



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

ADRIANA MACHADO PIMENTEL DE OLIVEIRA

ENTRE A PRÉ-HISTÓRIA E A HISTÓRIA
EM BUSCA DE UMA CULTURA HISTÓRICA SOBRE OS PRIMEIROS
HABITANTES DO CARIRI PARAIBANO

JOÃO PESSOA
2009

ADRIANA MACHADO PIMENTEL DE OLIVEIRA

ENTRE A PRÉ-HISTÓRIA E A HISTÓRIA
EM BUSCA DE UMA CULTURA HISTÓRICA SOBRE OS PRIMEIROS
HABITANTES DO CARIRI PARAIBANO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba-UFPB, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História.

ORIENTADOR: Prof. Dr. Ricardo Pinto de Medeiros

JOÃO PESSOA
2009

O48e Oliveira, Adriana Machado Pimentel de.

Entre a pré-história e a história: em busca de uma cultura histórica sobre os primeiros habitantes do Cariri Paraibano / Adriana Machado Pimentel de Oliveira.- João Pessoa, 2009.

130p.

Orientador: Ricardo Pinto de Medeiros

Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHLA

1. Historiografia. 2. Cultura histórica – Cariri Paraibano. 3. História Regional. 4. Arqueologia.

UFPB/BC

CDU: 930.2(043)

ADRIANA MACHADO PIMENTEL DE OLIVEIRA

**ENTRE A PRÉ-HISTÓRIA E A HISTÓRIA
EM BUSCA DE UMA CULTURA HISTÓRICA SOBRE OS PRIMEIROS
HABITANTES DO CARIRI PARAIBANO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba-UFPB, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História.

Aprovada em: ____ de ____ de ____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ricardo Pinto de Medeiros
Orientador (Universidade Federal da Paraíba – CCHLA)

Prof.. Dr. José Otávio Aguiar
Membro (Universidade Federal de Campina Grande – CH)

Prof. Dr. Carlos Xavier de Azevedo Netto
Membro (Universidade Federal da Paraíba – CCSA)

*DEDICO este trabalho ao meu pai e a minha mãe,
Marcelo Pimentel e Gleide Machado de Oliveira, às
minhas irmãs Flávia e Ana Raquel, ao meu querido
marido Cezar e meus filhos Ana Carolina e Marcelo
Alencar, sobretudo a Deus, por darem mais vida aos
meus dias e mais brilho à minha história.*

AGRADECIMENTOS

Para a realização deste trabalho, contei com a colaboração, empenho, apoio e amizade de várias pessoas as quais gostaria de agradecer.

Primeiramente, eu agradeço a Deus pela conclusão deste trabalho, pois sem a Sua força eu não teria conseguido vencer mais esta etapa da minha vida. Só ele sabe as dificuldades por mim enfrentadas para conseguir seguir adiante nesta empreitada.

A Ricardo Pinto de Medeiros, meu dedicado e competente orientador, que me ajudou a nortear o andamento desta dissertação de forma que ela se tornasse possível de ser concretizada. Pela sua paciência e sugestões imprescindíveis para a realização do mesmo. Foi bom poder contar com o seu apoio.

Não posso continuar meus agradecimentos sem mencionar o grande apoio da minha orientadora de monografia, a Prof. Dra. Regina Célia Gonçalves que sempre apostou na minha capacidade e me apoiou em diversos momentos nestes dois anos de atividades do mestrado. Ela me fez acreditar na minha capacidade e no meu projeto, pois trabalhar com duas ciências que atuam em áreas que podemos chamar de fronteiriças não é nada fácil e não são todas as pessoas que acham isso possível. Para mim, ela foi mais que uma incentivadora, ela foi uma amiga sempre presente, partidária das minhas idéias e incentivadora constante dos meus ideais. Pessoa presente em muitos momentos difíceis na minha história acadêmica e que acreditou e me fez acreditar em mim mesma e a seguir em frente com esta temática, apesar de todas as limitações encontradas durante a elaboração da mesma. A ela, minha eterna admiração, respeito e amizade.

Ao Prof. José Otávio Aguiar que, com a paciência e o brilho intelectual que lhe são característicos, ofereceu sua contribuição no decorrer desta pesquisa com as disciplinas de Metodologia I e II, um eterno obrigado.

Ao querido professor Carlos Xavier de Azevedo Netto, um incentivador nas minhas horas de aflição, que sempre acreditou nas minhas potencialidades, mesmo nos momentos mais difíceis durante o decorrer desta pesquisa. Ele, que sempre me deu muita força, procurando sempre me passar tranquilidade. Por suas preciosas sugestões, as quais eu incorporei, e que certamente deram elegância, ritmo e valorizou intelectualmente o meu trabalho. Agradeço o apoio, o estímulo e a amizade. Agradeço, também, os livros e as

discussões, as quais enriqueceram consideravelmente o desenrolar das minhas pesquisas. Eternamente lhe serei grata.

Aos meus colegas e amigos do NDIHR, Náugia, Janeclide, Waldeck, Patrícia, Conrad, Marcos, Pablo, Lidiane e Francisco, que muito me incentivaram nesta etapa da minha vida e, mesmo indiretamente, contribuíram e muito para a realização deste trabalho. Um muito obrigado!

Ao Prof. Paulo Rosa e ao LABEMA, como Maria e Liese, que sempre me fizeram acreditar na possibilidade de fazer um bom trabalho, mesmo com todas as dificuldades que poderia haver no meu caminho. Agradeço muito por isso.

Agradeço a Mayrinne, minha amiga, que, durante o mestrado, não me deixou esquecer a minha competência enquanto historiadora e, com disponibilidade, leu parte de meus textos.

Aos colegas e amigos do mestrado turma 2007, com quem tive o prazer e a alegria de dividir vários momentos felizes de nossa convivência. Foi ótimo crescer didática e intelectualmente com eles. Amigos como Luciana Carvalho, Railane Martins, Ana Elizabete, Hérick Dayan, Genes Duarte, grandes amigos e incentivadores das minhas idéias, colaborando, mesmo indiretamente, com minhas pesquisas, Elói, Ediene, Maria Célia, Adeilma e André por todo o apoio que recebi um muito obrigado.

Agradeço a todos os professores do Programa de Pós-graduação em História da UFPB que, de uma forma ou de outra, deram suas contribuições, muitas vezes, indiretamente. À Coordenação do Programa, pelas pesquisas, pelo conhecimento, pelas discussões, os meus sinceros agradecimentos.

À Virgínia, secretária da Coordenação, sempre muito calorosa e sorridente. Pelo carinho, dedicação e respeito com que trata o corpo discente.

Aos amigos de mestrado de períodos diversos que, de forma indireta, fizeram parte da minha trajetória pela Pós-graduação em História da UFPB.

Aos amigos em geral, todos eles, um a um, por fazerem parte da minha história.

*“Pois que se uniu a mim, eu o livrarei;
e o protegerei, pois conhece o meu nome.
Quando me invocar, eu o atenderei;
na tribulação estarei com ele.
Hei de livrá-lo e o cobrirei de glória.
Será favorecido de longos dias,
e mostrar-lhe-ei a minha salvação.”*

Salmo 90

RESUMO

A Cultura histórica é uma temática discutida atualmente na historiografia brasileira, e o objetivo deste trabalho é tratá-la mediante uma abordagem que compreenda as discussões sobre cultura material, memória e identidade e, desta forma, apresentar a cultura histórica referente aos primeiros habitantes do Cariri paraibano através da análise dos dados provenientes da arqueologia e da historiografia. Para tanto, utiliza-se uma fundamentação teórica baseada nas discussões sobre Cultura Histórica, Região, Cultura Material e Arqueologia e apresenta-se a relação entre os dados arqueológicos e as referências históricas sobre a ocupação indígena nesta região, como uma forma de se tornar possível a construção da mesma. Como recurso metodológico utilizado para demonstrar esta construção se optou por mostrar o desenrolar dos estudos relacionados à Cultura e sua importância para a História e a Arqueologia. Num segundo momento, para entender a ocupação do espaço denominado de Cariri paraibano no período Colonial foram feitas discussões sobre a constituição deste espaço e o papel dos agentes responsáveis pela ocupação do mesmo. Os debates sobre a História Regional e o ambiente do semi-árido são determinantes para a concepção da área hoje denominada de Cariri paraibano. Nas discussões referentes à Arqueologia, procurou-se discorrer sobre as pesquisas arqueológicas que ocorreram no Nordeste brasileiro e as pesquisas realizadas, especificamente, nesta área considerada. Analisar as fontes levantadas e poder concluir se existe, ou não, uma cultura histórica referente à ocupação dos primeiros habitantes do Cariri paraibano se tornou o nosso objetivo para a conclusão deste trabalho.

Palavras-chave: Cultura Histórica, História Regional e Arqueologia

ABSTRACT

The historical Culture is a thematic one argued currently in the Brazilian historiography, and the objective of this work is to treat it by means of a boarding that understands the quarrels on material culture, memory and identity and, in such a way, to present the referring historical culture to the first inhabitants of the Cariri paraibano through the analysis of the data proceeding from archaeology and the historiography. For in such a way, one uses an established theoretical recital in the quarrels on Historical Culture, Region, Material Culture and Archaeology and presents its relation between the archaeological data and the historical references on the aboriginal occupation in this region, as a form of becoming possible the construction of the same one. As methods resource used to demonstrate this construction if it opted to showing uncurling of the studies related to the Culture and its importance for History and Archaeology. At the second, to understand the occupation of the called space of Cariri paraibano in the period Colonial had been made quarrels on the constitution of this space and the paper of the responsible agents for the occupation of the same. The debates on Regional History and the environment of the half-barren one are determinative for the conception of the area today called of Cariri paraibano. In the referring quarrels to Archaeology, it was looked to discourse on the archaeological research that had occurred north-eastern Brazilian and the carried through research, specifically, in this considered area. To analyze the raised sources and to be able to conclude if exist, or not, a referring historical culture to the occupation of the first inhabitants of the Cariri paraibano if it became our objective for the conclusion of this work.

Key-words: Historical Culture, Regional History and Archaeology.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Dança Tapuia, de Albert Eckhout	23
Figura 2 - MAPA DO BRASIL, 1746	48
Figura 3 - Mapa de localização do município de São João do Cariri	57
Figura 4 - Mapa de Wilson Seixas sobre as vias de penetração no sertão da Paraíba e seus limites territoriais	60
Figura 5 - Nicho policrômico da Toca do Boqueirão da pedra furada/PI	90
Figura 6 - Sítio Xique-Xique/ RN	93
Figura 7 - Grafismo da tradição Nordeste – Sub-tradição Seridó	99
Figura 8 - Gravação – Serrote dos Letreiros/PB	107
Figura 9 - Gravação – Sítio Poção/PB	107
Figura 10 - Pinturas – Sítio Castanho/PB	108
Figura 11 - Pintura – Sítio Pedra Ferrada/ PB	108
Figura 12 - Material lítico – São João do Tigre/PB	111
Figura 13 - Pintura – São João do Tigre/PB	111
Figura 14 - Cerâmica com decoração plástica – Camalaú/PB	111
Figura 15 - Pintura apresentando cenas – Camalaú/PB	111
Figura 16 - Capa do primeiro exemplar do Boletim SPA	113

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Povos indígenas nos sertões da antiga Capitania da Paraíba	65
Quadro 2 - Levantamento arqueológico realizados p/ Ruth Trindade de Almeida.....	102
Quadro 3 - Levantamento dos sítios arqueológicos do Cariri Paraibano.....	109

LISTA DE SIGLAS

CCHLA – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes

FUNDHAM – Fundação Homem Americano

IHGP – Instituto Histórico e Geográfico Paraibano

MEC – Ministério da Educação e Cultura

PETROBRAS – Petróleo Brasileiro S/A

PROCA – Programa de Conscientização Arqueológica

RETAP – Revista Trimestral de Atividades do Proca

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
2 HISTÓRIA CULTURAL E CULTURA HISTÓRICA: ALGUMAS QUESTÕES CONCEITUAIS.....	20
2.1 O DESENROLAR DA CULTURA: A NOVA HISTÓRIA CULTURA.....	20
2.2 CULTURA MATERIAL, MEMÓRIA E IDENTIDADE E SUA IMPORTÂNCIA PARA A HISTÓRIA CULTURAL E PARA A ARQUEOLOGIA.....	24
2.3 A CONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA HISTÓRICA.....	38
3 A CULTURA HISTORIOGRÁFICA DA OCUPAÇÃO DO CARIRI PARAIBANO: O COLONIZADOR E O INDÍGENA	42
3.1 A VISÃO DA HISTORIOGRAFIA NA CONQUISTA DO INTERIOR PARAIBANO NO PERÍODO COLONIAL.....	44
3.2 O SERTÃO COLONIAL: UMA CONSTRUÇÃO SIMBÓLICA E CULTURAL.....	46
3.3 O MOVIMENTO DE CONQUISTA.....	51
3.3.1 Os Oliveira Ledo.....	58
3.4 OS ÍNDIOS DO INTERIOR PARAIBANO: OS TAPUIAS DO SERTÃO.....	62
3.4.1 Os índios Cariris do Sertão Paraibano.....	69
3.4.2. Guerra dos Bárbaros ou Confederação dos Cariris?.....	73
4 O REGISTRO ARQUEOLÓGICO NA CONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA HISTÓRICA DO CARIRI PARAIBANO.....	76
4.1 O CONTEXTO ARQUEOLÓGICO DO NORDESTE DO BRASIL.....	76
4.2 DIVISÕES DE ANÁLISE NO ESTUDO DO REGISTRO RUPESTRE NO NORDESTE BRASILEIRO: TRADIÇÕES E ESTILOS	80
4.2.1 Aspectos ambientais do semi-árido nordestino.....	83
4.2.2 Tradição Nordeste.....	86
4.2.3 Tradição Agreste.....	94
4.2.4 Tradição Itaquatiara.....	96
4.3 PESQUISAS E PROJETOS ARQUEOLÓGICOS NA PARAÍBA.....	97
4.3.1 Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba.....	98

4.3.2 PROCA (Programa de Conscientização Arqueológica).....	100
4.3.3 As pesquisas de Ruth Trindade de Almeida.....	100
4.3.4 Fundação Casa de José Américo.....	105
4.3.5 Programa Arqueológico do Cariri Paraibano.....	106
4.3.6 Sociedade Paraibana de Arqueologia.....	112
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	115
REFERÊNCIAS.....	119
ANEXOS	

1 INTRODUÇÃO

Quando falamos em arqueologia nos vem logo à cabeça a idéia de aventura, exemplificada nos filmes de Spilberg pela figura do arqueólogo desbravador, Indiana Jones. As imagens de grandes descobertas feitas pelo protagonista destes filmes nos revelam um misto de ficção e ciência que caminham juntas nas descobertas dos mistérios do passado.

Pensar em fazer parte de uma equipe de arqueologia pra entrar no interior paraibano, atrás de registros deixados pelos antepassados, primeiros habitantes locais, não era o meu pensamento quando entrei no curso de História. Não que esta idéia não me interessasse, mas a falta de pesquisadores arqueólogos na Paraíba colocava esta perspectiva como um pensamento distante da minha realidade.

Não foi a minha surpresa que, há seis anos, aproximadamente, em 2003, fui convidada pelo arqueólogo Prof. Dr. Carlos Xavier de Azevedo Netto, para participar de sua equipe de pesquisa na região do Cariri paraibano, pesquisa esta denominada, primeiramente, de *A arte rupestre na Bacia do Rio Taperoá*. Esta pesquisa contou com o apoio do CNPq, e foi o início, assim, da minha vida como pesquisadora na área da arqueologia, na minha carreira acadêmica. Desde então, foram dois anos como bolsista PIBIC/CNPq (2003/2005), enquanto ainda cursava a graduação, e outros mais até os dias atuais e que muito me abriram os caminhos para enveredar nos mistérios ainda por desvendar da pré-história paraibana.

Por causa das pesquisas realizadas na região do Cariri paraibano, procuro abordar temas que possam ser relacionados com a arqueologia como foi o caso da minha monografia de final de curso, a qual foi realizada em 2006 e intitulada: “A arte rupestre no município de São João do Cariri : um estudo de caso a propósito das relações entre história, memória e arqueologia”. Para a seleção de Mestrado procurei apresentar um projeto que seguisse a mesma linha de raciocínio, até então, e desenvolvi um projeto que procurasse estar de acordo com a área de concentração do Mestrado que é História e Cultura Histórica e com a linha de pesquisa História Regional.

Para continuar seguindo as mesmas discussões iniciadas na monografia estendi a minha área de atuação para todo o Cariri paraibano, não me limitando, apenas, ao município de São João do Cariri. A partir daí, aliei as discussões atuais sobre cultura histórica e inseri uma discussão sobre a arqueologia e sua importância neste processo. Assim, partindo do

princípio de que estas abordagens eram possíveis iniciei meu trabalho, o qual vem a demonstrar que a arqueologia, desde cedo, apresentou um caráter interdisciplinar, aliada a diversas outras ciências, e procurou entender o desenvolvimento e as representações de diversas sociedades.

Neste trabalho, procuramos discutir as relações específicas entre a arqueologia e a história, a partir da realização de uma discussão teórica sobre a construção de uma cultura histórica do Cariri paraibano. Nossa foco, além disso, se deterá nas abordagens históricas e arqueológicas que irão nortear a elaboração deste processo. Do ponto de vista do conhecimento histórico, estamos interessados em perceber como as pesquisas arqueológicas podem, ou não, contribuir para preencher as lacunas existentes na história da ocupação indígena daquele local e, desta forma, entender a dinâmica referente ao processo de ocupação desta área e a formação do espaço geográfico denominado de Cariri.

Ao abordarmos temas como Natureza, Cultura e Sociedade percebemos a urgência em conhecermos conceitos como cultura material, memória e identidade, principalmente quando relacionamos estudos dentro das áreas de História e Arqueologia. É bem verdade que a História e a Arqueologia andavam, muitas vezes, a se entrecruzarem. Segundo Funari (2006), a “Arqueologia deriva, ela própria, da História, tendo surgido como uma maneira de se disponibilizar as fontes escritas sobre o passado...”, de forma que se pudesse complementar as informações encontradas nos vestígios materiais deixados por povos que não possuíssem a escrita.

Assim, quando falamos no contato entre o europeu e o indígena no período colonial percebemos que o choque cultural provocado no encontro de dois grupos que possuíam processos culturais distintos pode ser devastador, principalmente quando suas origens e escolhas de valores se apresentam com objetivos distintos. Quando falamos no encontro dos europeus e dos índios que habitavam as terras americanas no período colonial não podemos fugir desta afirmação. Se, de um lado, os indígenas privilegiaram em seu cotidiano o aproveitamento dos recursos da natureza vivendo em harmonia com este mesmo meio de forma a conservar o equilíbrio com outras comunidades humanas, o europeu chega a terras americanas com o objetivo principal de obter riquezas, dispondo de dispositivos técnicos de destruição física e ideológica que, aos poucos, foram levando esses grupos à sua diminuição gradativa até, em alguns casos, à sua completa extinção. (PESSIS, 2003, p. 17-18).

Os processos culturais presentes nos grupos indígenas dos períodos pré-histórico ao histórico, demonstram que a diversidade cultural existente entre eles é latente de forma que

eles não podem ser enquadrados nos mesmos grupos culturais. Mesmo que eles tenham passado por momentos diversos no seu processo histórico, eles não se configuram numa mesma etnia, mostrando que esta diversidade representa uma dinâmica territorial que não obedece aos critérios geográficos estabelecidos na construção do espaço denominado atualmente de Cariri paraibano.

Podemos falar em uma história apresentada no tempo e no espaço, de forma a apresentar continuidades e rupturas. As continuidades presentes nos vestígios deixados pelo passado local e as rupturas provocadas pelo processo histórico. O confronto do europeu com o habitante local começa a provocar, aos poucos, rupturas nos seus processos culturais devido a este contato que, por sua fragilidade, adquire características da cultura que demonstra ser mais resistente às mudanças, como é o caso da cultura européia.

O acúmulo de conhecimentos produzidos ao longo de mais um século de estudos possibilita saber um pouco mais a respeito da presença indígena na região e o que precisa ainda ser estudado para resolver as questões do povoamento do Cariri paraibano e a relação entre tradições e estilos tecnológicos com etnicidades indígenas do passado conhecidas historicamente, até porque estas populações não mais existem.

Para a arqueologia, estudar as sociedades indígenas que viveram no passado de uma determinada região, como é o caso do Cariri paraibano, é relacionar o conhecimento a respeito dos grupos conhecidos etnográfica e historicamente com modelos interpretativos de forma a repensar as evidências arqueológicas encontradas em antigos assentamentos e cemitérios indígenas valendo das contribuições de outras áreas de conhecimento como a antropologia e a história.

Este trabalho parte do pressuposto de apresentar uma perspectiva mais holística na construção da história indígena do Cariri paraibano, de longa duração, e que procura rever a história regional do local propondo-se a observar os estudos etno-arqueológicos e etno-históricos para que se possa compreender melhor a relação entre a História e o registro arqueológico.

Não que podemos aferir que os registros arqueológicos existentes nesta região sejam registros obrigatoriamente deixados pelos indígenas que viveram no período da ocupação, mas que estes registros podem ter alguma relação com a própria história destas populações.

Com as pesquisas arqueológicas ainda se encontram em fase embrionária no que diz respeito à grande quantidade de dados que ainda precisam ser levantados para que muitas

dúvidas possam ser esclarecidas sobre a pré-história local ou, pelo menos, se tenta chegar a este objetivo, a nossa pesquisa se preocupou em demonstrar uma cultura histórica atual baseada em pesquisas realizadas na contemporaneidade e que fazem parte do presente desta região e que é responsável pela sociedade existente na atualidade.

Para tanto, esta dissertação encontra-se dividida em três capítulos. No primeiro capítulo, procuraremos entender o conceito de cultura histórica, abordando a trajetória da História Cultural, de forma que os debates sobre memória, identidade e cultura material se façam presentes nestas discussões, dando suporte aos debates historiográficos. Dialogamos a História com a Arqueologia com o intuito de procurar demonstrar a importância destas duas ciências, nesta construção. Construir este conceito a partir de opiniões de historiadores conceituados irão nos conduzir para o nosso próprio conceito que irá permear toda a nossa discussão.

A pergunta que está sempre presente é: como trabalhar os dados históricos e arqueológicos na identificação de uma cultura histórica? Como demonstrar a cultura historiográfica da atualidade sobre os registros históricos referentes à ocupação do Cariri paraibano e sua relação com os registros arqueológicos levantados para esta mesma região?

O segundo capítulo vem abordando a visão dos historiadores sobre a formação desta região. Questões como a organização deste espaço como um espaço socialmente construído nos levou a dissertar sobre a ocupação local feita pelos colonizadores, sobre os movimentos de conquista do sertão com a instalação de sesmarias e o papel do indígena neste movimento.

O que existe dentro da historiografia referente a estas mesmas populações não revela, muitas vezes, o modo de vida das mesmas; e vem demonstrando a visão do colonizador sobre os seus processos culturais, deixando transparecer nas suas linhas, e até nas entrelinhas, o silêncio dos primeiros habitantes, e que pouco se encontram presentes nos relatos apresentados na historiografia paraibana.

A preocupação em analisar os historiadores considerados clássicos defrontando-os com as novas abordagens defendidas por visões mais modernas no campo historiográfico demonstra que a História é um processo que sempre está em construção e isso faz com que seus assuntos nunca se esgotem nos debates sobre processos históricos. Utilizar novas abordagens não significa dizer que as antigas não mais são consultadas se tornando obsoletas, mas que uma nova visão pode ser incorporada nesta interpretação ampliando a gama de discussões apresentadas por estes temas.

Para o terceiro capítulo a nossa discussão irá permear na Arqueologia demonstrando como os estudos arqueológicos são apresentados nesta região e como são abordadas as pesquisas arqueológicas locais realizadas por diversos pesquisadores de áreas distintas.

Desta forma, o objetivo de nosso trabalho é ressaltar o que se pode apresentar sobre a cultura histórica existente sobre os primeiros habitantes que viveram no Cariri paraibano desde períodos anteriores à chegada dos europeus, evidenciada, a partir de alguns vestígios deixados por estas populações, os quais nos remetem a uma forma de identidade cultural, ou seja, indícios destas culturas que se perpetuaram no tempo, e apresentar, as rupturas deste processo, através da chegada do português ao Brasil, que, aos poucos, age sobre essas culturas, direta ou indiretamente, fazendo surgir uma nova sociedade nesta região que se encontra presente até os dias atuais, mostrando que esta cultura histórica atual é um reflexo dos processos culturais acumulados desde o passado remoto até os dias de hoje.

É através desta perspectiva que procuraremos discutir o tema proposto, procurando analisar as propostas oferecidas pelas ciências citadas e suas relevâncias para a compreensão da mesma.

2 HISTÓRIA CULTURAL E CULTURA HISTÓRICA: ALGUMAS QUESTÕES CONCEITUAIS

Entender o conceito de cultura histórica não é uma tarefa fácil nos dias de hoje. Até porque os estudos relacionados a este tema são de certa forma, recentes no campo historiográfico. Desde o momento da Nova História Cultural até os dias de hoje, o conhecimento histórico tenta explicar os novos conceitos que estão surgindo no meio do debate historiográfico. Termos como cultura histórica e cultura historiográfica são um exemplo disto. Estes mesmos termos expressam a polissemia do termo cultura. Segundo Ângela de Castro Gomes (1996), uma cultura histórica “extrapolou o pequeno mundo dos historiadores de ofício.” E é desta forma que procuraremos demonstrar uma cultura histórica do Cariri paraibano, construída a partir dos registros históricos e arqueológicos deixados pelos antepassados até os dias atuais e que demonstra a percepção da sociedade local sobre o seu processo histórico, produzidos por outros atores, além dos historiadores profissionais.

Assim, neste capítulo, procuraremos demonstrar o desenrolar, dentro da própria historiografia do século XX, dos estudos relacionados à cultura evidenciando os seus diversos conceitos e o desenrolar da Nova História Cultural o que, posteriormente, levou à construção do conceito de cultura histórica.

2.1 O DESENROLAR DA CULTURA: A NOVA HISTÓRIA CULTURAL

Para ocorrer uma melhor compreensão do que seja a construção de uma cultura histórica precisamos, primeiramente, procurar demonstrar o desenrolar das mudanças ocorridas na História no final do século XIX e durante o século XX, expondo as discussões sobre os aspectos culturais que começaram a fazer parte das discussões acerca dos processos históricos dentro do mundo acadêmico.

Segundo Le Goff (1988), o final do século XIX e o século XX, delineavam um período de mudanças para o conhecimento histórico. Estas mudanças levaram a História, na primeira metade do século XX, a uma problemática metodológica e teórica culminada com o movimento denominado de Escola dos Annales ou Movimento dos Annales. Na segunda

metade do século XX, a História procura alargar seus horizontes de forma a ampliar o conhecimento histórico. Devido a isso, os estudos sobre a cultura começam a merecer destaque nos meios acadêmicos. Le Goff faz referência ao desenrolar de todo o processo que dá início ao pensamento da história como sendo uma tentativa de história total, uma história que vem para ampliar o campo do documento histórico. É quando surge uma nova maneira de se pensar a História, de forma a ampliar seu universo das idéias, fazendo essa mesma História dialogar com outras ciências como a antropologia e a arqueologia.

Esta ampliação do que seria considerado como documento histórico faz surgir novos tipos de fontes que vieram a contribuir com as discussões historiográficas nas interpretações pertinentes aos processos históricos.

Confrontando-se as fontes arqueológicas com as fontes históricas percebe-se que elas se complementam e, enquanto uma faz referência aos aspectos da cultura material, a outra exige um conhecimento aprofundado de sociedades que, no nosso caso, são sociedades pretéritas, informações estas retiradas dos arquivos e bibliotecas de um modo geral.

Este alargamento do que se considera como fonte histórica pode ser percebido a partir do momento em que se analisa o termo cultura, pois se percebe que, ao longo do tempo, este termo vem ganhando significados diversos e isso demonstra, atualmente, a sua grande polissemia. Este fato é explicado por Peter Burke (2005) quando ele procura explicar o que é cultura e seus vários significados através dos tempos. Para ele, este termo dialoga com as artes e as ciências, descreve ações populares e se refere a artefatos e práticas de uma sociedade.

O conceito de cultura está muito ligado à antropologia, de forma que os próprios antropólogos “procuram definir os limites de sua ciência por meio da definição de cultura.” (SILVA, 2006, p.85).

Utilizando o conceito de cultura demonstrado por Cuche, observamos que ela:

[...] é compreendida a partir de então como um conjunto dinâmico mais ou menos homogêneo. Os elementos que compõe uma cultura jamais são integrados uns aos outros, pois provém de fontes diversas no espaço e no tempo. Em outras palavras, há um “jogo” no sistema, especialmente porque se trata de um sistema extremamente complexo. Este jogo está no interstício no qual a liberdade dos indivíduos e dos grupos se instala para “manipular” a cultura. (CUCHE, 2002, p. 140)

É sabido que o indivíduo, ao existir, já está produzindo cultura. Suas práticas, representações¹, visões de mundo e expressões fazem parte do seu comportamento cultural. Aos poucos, o termo cultura passou a abordar conceitos, de forma que se evidencia uma maior preocupação com o cotidiano e com as sociedades de uma maneira geral. Durante o período da antropologia histórica e da história cultural as preocupações com o cotidiano e com as sociedades consideradas como arcaicas aumentaram, e isto fez com que novos estudos relacionados a processos culturais começassem a ser produzidos no mundo acadêmico.

Este conceito mais antropológico é percebido na visão de Franz Boas (BOAS apud SILVA, 2006, p.85) quando critica a visão etnocêntrica de cultura e demonstra que cada cultura tem a sua visão particular, não sendo explicada a partir da história de outras culturas. Percebe-se que, no início do século XX, a influência da História é vista:

[...] para explicar a diversidade cultural, a grande diferença de culturas na humanidade, fazendo pela primeira vez uma aproximação entre História e Antropologia até hoje bastante utilizada, chegando a influenciar obras como Casa-Grande e Senzala, de Gilberto Freyre, discípulo de Franz Boas (SILVA, 2006, p.85).

A História Antropológica, um campo novo dentro da História Cultural, utiliza a antropologia como modelo de entendimento de sociedades que já não mais existem, recuperando sua vida cotidiana, demonstrando o modo de vida familiar, práticas culturais e representações destas sociedades. Analisar os usos e costumes dos primeiros habitantes que viveram na região do Cariri paraibano requer este viés por haver uma preocupação com os processos culturais presentes nestas sociedades.

No quadro abaixo, vemos uma pintura do holandês Albert Eckout que através de seu olhar de europeu do século XVII procurou demonstrar um dos hábitos culturais deste grupo denominado de Tapuia, e que estiveram presentes em vários locais do interior nordestino.

¹ Utilizamos o conceito de representação baseado em Diehl (2002) que a coloca como uma forma de demonstrar as expressões de ações humanas no passado com o objetivo de receber interpretações compreensíveis a partir de tradições, representações de valor, significações e de perspectivas de futuro.



Fig. 1: "Dança tapuia" (janduí), de Albert Eckhout, pintor holandês que veio com Maurício de Nassau para o Brasil em 1637 e aqui permaneceu até 1644.

Fonte: br.geocities.com/.../contatos/jandui.html

De acordo com Terry Eagleton (um historiador inglês e pesquisador de temas relacionados à cultura), a cultura é uma afirmação da pré e da pós modernidade, de forma que as discussões em torno deste tema se tornaram cada vez mais complexas, globais, e, mesmo analisando as produções do século XIX, a relação com o presente é inevitável, pois, nossas indagações sobre o conhecimento histórico se relacionam com o presente e este presente se relaciona com o passado.

Quando falamos em História Cultural sabemos que ela já existia desde antes do século XX, mas em 1970, ela foi redescoberta pelos profissionais da História, pois o olhar dos próprios historiadores passou a se voltar mais para a cultura, deixando de lado a história econômica e política.

Segundo Sandra Pesavento (2003), esta redescoberta da História Cultural denominada de Nova História Cultural, em 1980, foi uma nova forma de a História trabalhar a cultura. Isto é confirmado quando ela afirma que “trata-se, antes de tudo, de pensar a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo.” (PESAVENTO, 2003, p. 15).

A definição, segundo Peter Burke (2005) de História Cultural ainda espera uma resposta definitiva, pois mesmo que as fronteiras do tema estejam ampliadas, está cada vez mais difícil dizer, exatamente, onde estas fronteiras se encerram. Com relação ao historiador cultural e à sua abordagem, Burke (2005, p. 8) diz que seu ofício “abrange artes do passado que outros historiadores não conseguem alcançar”, de forma que, ao fazer esta afirmação, ele

procura dar uma maior ênfase em culturas inteiras por elas oferecerem uma saída para a atual fragmentação da disciplina em especialidades específicas.

Assim, abordando como a História se apropriou dos estudos relacionados a aspectos culturais de uma sociedade é que poderemos tentar entender como se constrói uma cultura histórica de uma dada sociedade e assim aplicar, através de um diálogo entre as fontes e os conceitos, esta compreensão na identificação de uma cultura histórica sobre os primeiros habitantes do Cariri paraibano.

2.2 CULTURA MATERIAL, MEMÓRIA, IDENTIDADE E SUA IMPORTÂNCIA PARA A HISTÓRIA CULTURAL E PARA A ARQUEOLOGIA

A partir do momento em que a História começa a abordar assuntos ligados ao conceito antropológico de cultura, em suas discussões, o debate historiográfico se amplia e isto favorece para que os estudos arqueológicos possam dar suporte aos estudos da Pré-história (PESEZ, 2005, p.238).

Os debates acerca da cultura material, memória e identidade, muitas vezes presentes nas discussões arqueológicas, ganham destaque, atualmente, nas discussões historiográficas de forma que elas são colocadas como uma das chaves que possa ajudar a compreender a atual perspectiva historiográfica, pois ela assume posições estruturais que irão dar sustentação aos debates historiográficos que estão presentes na atualidade, como pode ser observado em Certeau (1982), Pesez (1988) e Funari (2006). Isto é discutido por Diehl, pois, para ele:

Tempo, espaço e movimento passam a compor expectativas essencialmente existenciais, especialmente nos quadros de re-simbolização e revalorização dos sentidos e funções culturais. Portanto, parece-nos que uma das chaves da compreensão da situação atual das perspectivas historiográficas é o estudo da memória e da identidade. (DIEHL, 2002, p.112).

Analizando tanto a memória como a identidade, necessita-se compreender que elas têm que estar envolvidas com os principais aspectos que estão ligados aos déficits da historiografia atual como o tempo, o espaço e o movimento que são responsáveis por abrir outras possibilidades para o estudo da História.

Antes do século XIX pouco se falava em cultura material. Este termo só veio a despontar a partir do momento em que ocorre no final do século XIX e início do século XX,

uma ampliação significativa do conjunto de fontes arqueológicas marcadas pelos avanços técnicos e pelas mudanças epistemológicas e científicas que estavam acontecendo na Europa naquele período. Isto é percebido, pois, no século XIX, predominava um maior interesse pelo passado com escrita enquanto que, no século XX, desponta uma preocupação relevante com o passado das populações mais recuadas. Segundo o pensamento de Pesez (1988, p.210), a história da cultura material tem “o interesse de reintroduzir o homem na história, por intermédio da vivência material”.

Não é que a história não tivesse consciência da existência da cultura material, apenas não dava a ela o seu verdadeiro valor, e isto não a tornava como parte integrante dos estudos culturais de uma dada sociedade, principalmente quando nos referimos às sociedades pretéritas. Continuando o pensamento de Pesez (1998, p.182), ele argumenta que os livros, quando falavam em sociedades pretéritas abordavam a cultura material citando os instrumentos de pedra que a elas estavam relacionados. Em alguns casos, abordavam aspectos ligados à vida cotidiana destas populações, principalmente quando exemplificava o caso das sociedades da Antiguidade como os egípcios e os romanos.

No transcorrer da história, percebe-se que o homem, para superar os obstáculos do meio ambiente, criou diversos artefatos com o intuito de obter uma forma de proporcionar a si e aos demais habitantes de sua sociedade facilidades como uma forma de melhorar as condições de vida das mesmas, aproveitando as matérias-primas que se encontravam na natureza e que sofreram algumas adaptações antrópicas, para que facilitassem o seu uso como: canoas, armas, moradas, machados de pedra, adornos e outros objetos. Depois, paulatinamente, ele procurou elaborar formas que, além da utilidade prática, imprimissem nesses artefatos o requinte dos acabamentos como forma de proporcionar satisfações aos usuários e observadores. São esses conjuntos de construções e de readaptações que denominamos de "cultura material". (FUNARI, 2006).

Para Pesez (1988, p.181) a cultura material compreende não apenas os vestígios encontrados aleatoriamente no meio ambiente, mas elementos que fazem parte das “infra-estruturas” das sociedades. Segundo ele, “ela só se exprime no concreto, nos e pelos objetos”.

Quando falamos em período pré-histórico no Brasil fazemos referência a toda uma época anterior à chegada do europeu no continente americano. Alguns autores utilizam os termos pré-cabralinos, outros apenas pré-históricos ou pré-coloniais. Estudar estes povos se tornou uma forma de se entender as lacunas existentes na própria pré-história do Brasil que, durante muito tempo não se apresentou como um assunto relevante para os historiadores. A

busca por evidências que comprovem que nossas sociedades primitivas possuíam um sistema próprio de vida cotidiana faz com que, a História, juntamente com a Arqueologia, procure elementos ligados a atividades diárias dos mesmos, como forma de preencher estes espaços existentes no enorme quebra-cabeça que se tornou o mundo dos povos indígenas do período pré-histórico brasileiro (PROUS, 2006, p.13).

Entender estas sociedades é ver a necessidade de procurar compreender o que hoje somos de onde viemos e a complexidade da nossa origem, e nos faz tentar buscar respostas que nos mostrem a nossa identidade cultural. Voltar ao passado através dos vestígios encontrados se torna uma viagem no tempo onde a comunicação se dava, também, através de representações, as quais fazem parte do imaginário social de uma determinada sociedade. Até porque, não possuímos registros escritos destas mesmas populações que nos permitam ter acesso a informações mais substanciais sobre o modo de vida destas mesmas populações.

No século XIX, a cultura material passa a ser vista como fonte histórica e através de uma sistematização na coleta dos dados nas escavações se consegue estabelecer informações primordiais das ditas sociedades pretéritas, pois como diz Pesez (1988) “as massas silenciosas são colocadas em primeiro plano”.

Uma preocupação com o estudo da multiplicidade de cotidianos faz com que se possa sistematizar um estudo arqueológico sobre sociedades que até então não apresentavam elementos que pudessem nos ajudar na compreensão do seu cotidiano. De certa forma, este tipo de abordagem demonstra ser um terreno fértil para esta mesma compreensão, por ser possível revelar um modo de vida das camadas denominadas subalternas, chamadas assim por não fazerem parte da alta sociedade apresentada neste período. Isto demonstra que o objeto de estudo abordado, que não faz parte da camada privilegiada da sociedade, pode ser estudado, o que amplia de forma direta a difusão das fontes arqueológicas e a sua importância nos estudos da História e da Arqueologia (PESEZ, 1988/ 2005).

A criação de artefatos nestas sociedades pré-históricas passa a ser vista como uma forma de proporcionar uma melhoria nas condições de vida das mesmas, tudo isso com o objetivo de aproveitar as matérias-primas que se encontravam na natureza. O uso de objetos que facilitassem o seu dia-a-dia demonstra um avanço tecnológico presente em suas atividades diárias e, através do estudo destes elementos da cultura material, se procura entender um pouco destas sociedades que, por não apresentarem documentos escritos, são reveladas, aos poucos, por outras formas de documento. (PESEZ, 2005).

Através dos elementos da cultura material as culturas consideradas marginalizadas procuram estabelecer vínculos com as comunidades que se apresentam circunvizinhas e em condições semelhantes como forma de fortalecer o seu embasamento histórico e cultural. A construção e consolidação das memórias das populações indígenas através dos documentos arqueológicos os colocam como ligados à esfera da continuidade, pois são observados como uma referência às práticas culturais destas sociedades.

Essas práticas utilizadas nos estudos históricos e arqueológicos se preocupam com a interpretação e reconstituição do cotidiano dos povos que podemos aqui chamar de esquecidos. Analisá-los, contextualizando-os, se torna necessário para a compreensão de seu cotidiano, o que nos ajudará na construção de informações essenciais para o entendimento da dinâmica destas sociedades. Entender estas sociedades e sua cultura material os coloca como indivíduos inseridos em uma sociedade que os permite se adaptar ao meio social em que viviam os indivíduos da pré-história (FUNARI, 2006).

Segundo Funari (2003), percebemos que não podemos confundir vestígios materiais com cultura material, pois as evidências apresentadas juntamente com estes vestígios é que a tornam elementos da cultura material de uma determinada comunidade e quando estes elementos se relacionam, caracterizando um contexto arqueológico, e que podemos obter subsídios para uma pesquisa considerada científica.

O início dos estudos da arqueologia não foge a toda a transformação relacionada às ciências que ocorreu no século XIX. Do caráter puramente descritivo no período entre guerras, ela passa a ganhar uma nova dimensão, principalmente na França onde pesquisadores como Leroi-Gourhan começam a adotar métodos mais específicos nos trabalhos de campo. Ele começa a escavar em áreas semi-fechadas e abertas, em amplas superfícies com o intuito de procurar ampliar melhor o ângulo de visão do arqueólogo, inserindo o ambiente dentro das suas avaliações. Estes aspectos se tornaram importantes, principalmente, para aqueles que trabalhavam com a pré-história, pois a pouca ou nenhuma existência de registros documentais de determinadas sociedades demonstram a fragilidade de entendimento da cotidianidade destas sociedades (ALVES, 2002).

Como foi falado anteriormente, discutir a Pré-história do Brasil nos remete a estudar os usos e costumes dos povos indígenas que viveram em terras americanas antes da chegada dos europeus. Inserida no cotidiano desses grupos, a cultura material demonstra ser um sustentáculo de uma gama de informações reveladas através de uma linguagem embutida em cada uma das peças, capaz de expressar manifestações dos diversos segmentos da estrutura

que rege a sociedade que a produziu. Revelando dados referentes ao meio ambiente, organização social, tecnologia empregada e conhecimentos mágico-religiosos, os artefatos armazenam em si e dentro de situações correlatas, dados que juntos dimensionam uma visão que estabelecem padrões de comportamentos dentro da sociedade indígena. Vista também como mantenedora de identidade étnica, a cultura material permite encaixar-se nos diversos segmentos da vida e contribuindo ainda para perpetuar os usos e costumes destes indígenas.

Em sociedades indígenas, o conhecimento adquirido na fabricação de objetos de uso cotidiano é compartilhado pelos membros do próprio grupo ao longo de muitas gerações e, desta forma se tornam produto da história destes mesmos grupos. Suas tradições são identificadas de forma específica, relacionada com a sua identidade, indicando suas relações entre o indivíduo e o patrimônio cultural do mesmo (FUNARI, 2006).

Segundo Ribeiro *apud* Vidal e Silva (1995, p.371) o que se entende por cultura material dentro das sociedades indígenas vai além do objeto, ampliando o valor de seus significados, relacionando-os aos valores técnicos, estéticos, simbólicos e morais. E os estudos da cultura material nos fazem ver a riqueza existente dentro das sociedades ditas sem escrita e como podemos perceber a sua visão de mundo através da compreensão do seu universo dimensionado pelas informações contidas nos estudos da sua cultura material.

Na interpretação desta cultura material percebemos que há a preocupação da reconstituição dos processos sociais e culturais, a partir dos artefatos produzidos e utilizados por uma determinada sociedade em um determinado período. Desta forma, se pode colocar o investigador em contato direto com o objeto estudado e, de forma objetiva, fazer com que ele identifique e faça associações e recorrências das sociedades vividas num determinado local. Entendendo que, somente através de um processo de construção de identidades culturais é que se pode chegar a uma real formação de comunidades que se reconheçam com afinidades de presente e passado, é neste aspecto que a consolidação das identidades leva à conscientização do papel social desenvolvido pelo indivíduo perante a sociedade. Assim, a relação existente entre a preservação do patrimônio cultural e a sociedade pode ser apontada como sendo o reconhecimento e a valorização das identidades culturais de uma determinada região, e isto está diretamente relacionado com a identificação do sujeito na localidade em que ele vive, tornando-o uma parte deste passado, identificando-se com ele.

Os objetos produzidos e utilizados pelas sociedades indígenas podem se mostrar muito úteis na compreensão das sociedades que as produziram. Desta forma, para entendermos a cultura como uma forma de expressão destas sociedades através de um código simbólico, no

qual é compartilhado por todos os membros que dela participam, nos faz compreender que, através desses códigos pode-se entender os significados atribuídos por eles à vida cotidiana e a forma estabelecida para dimensionar sua concepção de mundo. Entender a cultura como que presente em toda a experiência humana nos faz ver que ela permeia as relações sociais e, através delas, é que podemos compreender as práticas sociais e as manifestações presentes em toda uma sociedade.

Seguindo o pensamento de Dolores Newton sobre a representação da cultura material, ela é caracterizada:

[...] como único fenômeno cultural codificado duas vezes: uma vez na mente do artesão e a outra na forma física do objeto. Essa dupla codificação permite comparar os três fenômenos culturais, ou seja, o artefato bem como seus aspectos cognitivos e comportamentais. Constitui, ao mesmo tempo, o único meio de se inferir algo sobre formas culturais do passado (AZEVEDO NETTO, 2005, 271).

Esta cultura material se faz presente nas manifestações cotidianas de uma determinada sociedade e, através de suas representações, se mostra como elemento definidor dos aspectos culturais desse grupo. É o que observamos através dos artefatos encontrados nos limites de uma escavação arqueológica ou em painéis de arte rupestre, tão comuns dentre os achados da pré-história do Brasil.

No século XIX, existia a ideia predominante de que os painéis de pintura ou gravuras em rochas seriam resultado do prazer estético apresentado pelo homem pré-histórico, como “a arte pela arte”, mas, na verdade, nos dias atuais, sabemos que isto seria limitar sensivelmente as manifestações culturais destes povos. Aos poucos, os conceitos foram sendo modificados e, nos dias atuais, eles devem ser entendidos “a partir das próprias figuras representadas e dos arranjos dos painéis, e não recorrendo-se a explicações exógenas” (GASPAR, 2003: 28).

Através de painéis de gravuras ou pinturas das populações pré-históricas, ligadas diretamente às atividades cotidianas das comunidades, se procurava uma forma de reforçar suas tradições, muitas vezes ligadas diretamente ao domínio ritualístico destes grupos.

A conscientização sobre a diversidade cultural brasileira faz com que os debates sobre os assuntos relacionados à cultura envolvam conceitos como memória e identidade, tão comuns dentro da Antropologia e, ao mesmo tempo, uma preocupação recente dos historiadores. Isto é percebido na discussão sobre as novas abordagens da cultura historiográfica.

Com o avanço dos estudos interdisciplinares se volta o olhar para os debates sobre pós-modernidade e multiculturalismo. Assim sendo, percebemos que esses conceitos estão indissociavelmente ligados de forma que recordar o passado, ou seja, a memória deste passado é evocar uma série de lembranças que fazem emergir nossa identidade enquanto indivíduo pertencente a um grupo social.

Segundo Le Goff (1994), quando nos referimos à memória coletiva tratamos da importância das diferenças entre sociedades de memória essencialmente oral e outras baseadas apenas na escrita como também as transições entre oral e escrita. Para os povos sem a escrita, a memória se baseia nos mitos de origem, presentes em muitas sociedades indígenas. São os estudos referentes a estes povos que baseiam as tradições estabelecidas e, juntamente com a confluência de ciências como a Antropologia, a Arqueologia e a História, se procura dar um fundamento histórico a estas sociedades.

Segundo Funari (2007), o conceito de Patrimônio Cultural é usado como referência a monumentos herdados de gerações anteriores, ou seja, este conceito vem das línguas românicas que se referem a “propriedade herdada do pai ou dos antepassados, uma herança” (FUNARI, 2007, p. 59). Esta idéia procura demonstrar a importância de se construir uma consciência histórica relacionada aos vestígios deixados pelos nossos antepassados e que apresentam suas continuidades no presente. Segundo ele, não existe identidade sem memória e, em razão disto:

Os monumentos históricos e os restos arqueológicos são importantes portadores de mensagens e, por sua própria natureza como cultura material, são usados pelos actores sociais para produzir significado, em especial ao materializar conceitos como identidade nacional e diferença étnica. (FUNARI, 2007, p. 60)

Quando nos referimos à identidade e à memória, percebemos que existe uma forte linha que as interliga, realçando a afirmação de que elas se encontram unidas e, muitas vezes, se entrelaçam nos seus conceitos, pois o estudo da memória e da identidade pode ser colocado como uma das chaves que venham a ajudar na compreensão da atual perspectiva historiográfica (DIEHL, 2002).

Nas idéias de Funari (2003, p.13), a arqueologia, em grego, significa “conhecimento dos primórdios” ou “relato das coisas antigas”, e tem, nos últimos anos, aumentado seu campo de estudo da cultura material para o passado e o presente, dividindo-se em várias áreas de

pesquisa como a arqueologia industrial, a arqueologia histórica, a arqueologia pré-histórica, dentre outras, se mostram necessários ao se relacionar a história à arqueologia na compreensão da pré-história.

As práticas utilizadas nos estudos arqueológicos se preocupam com a reconstituição dos contextos de cotidianidade de grupos que forma uma sociedade. Os dados arqueológicos podem ser considerados como o que chamamos, na história, de documentos históricos e são encontrados em arquivos públicos e/ou particulares, e, na arqueologia. Eles se apresentam a partir dos artefatos produzidos e utilizados por uma determinada sociedade, em um determinado período, e que demonstra a preocupação, de forma íntima, da reconstituição dos processos sociais e culturais de sociedades ditas históricas ou pré-históricas. Desta forma, se pode colocar o investigador em contato direto com o objeto estudado e, assim, de forma objetiva, fazer com que ele identifique e faça associações e recorrências das sociedades vividas num determinado local (AZEVEDO NETTO, 2003).

Através dos vestígios deixados por caçadores, coletores e/ou horticultores percebe-se a existência de uma marca de sua presença, relacionadas ao seu cotidiano. Quando falamos em patrimônio arqueológico, nos referimos aos registros rupestres encontrados por todo o território nacional. Essa marca fez “parte do sistema de comunicação do qual se preservavam apenas as expressões gráficas que resistiram ao tempo.” (GASPAR, 2003, p. 12). A perda desses grafismos implicaria num retrocesso em relação ao estudo da pré-história local, pois, devido à falta de uma bibliografia específica sobre a etno-história da região, é necessário buscar respostas nos vestígios arqueológicos ainda existentes, como forma de se fazer as relações necessárias para a construção da história local. Esses registros, incorporados pela história, devem fazer parte da construção das identidades locais, assentadas na memória da ocupação original de uma determinada área.

As idéias de Gordon Childe, para a definição do trabalho do arqueólogo e sua definição sobre os dados arqueológicos é demonstrada por Funari quando ele aponta que:

A arqueologia é uma forma de história e não uma simples disciplina auxiliar. Os dados arqueológicos são documentos históricos por direito próprio e não meras confirmações de textos escritos. Exatamente como qualquer outro historiador, um arqueólogo estuda e procura reconstruir o processo pelo qual se criou o mundo em que vivemos – e nós próprios, na medida em que somos criaturas do nosso próprio ambiente social (FUNARI, 2003, p. 22).

Percebemos que a arqueologia, por si só, é uma ciência que não caminha sozinha, pois necessitando compartilhar, com outras ciências sociais, muitas questões e que, como ciência, precisa de uma abordagem interdisciplinar, como forma de explicar a complexidade do seu objeto em estudo.

Quando abordamos colocações sobre a memória há a necessidade de aprofundar o conhecimento da dimensão social da sua formação, sobretudo para os profissionais de áreas como a Arqueologia, que deve tê-la não só como um filão para o trabalho, mas também por ser ela um daqueles sobre quem recai, por ofício, a responsabilidade de estabelecer critérios definidores sobre o que será, ou não, preservado como registro para a posterioridade. Não que outras ciências não a utilizem de forma adequada, mas entendendo-se que a memória só pode existir quando estão referendadas por alguma documentação existente do passado, seja ele distante ou não. Esta documentação é o que podemos chamar de cultura material (AZEVEDO NETTO, 2003, 14).

Desta forma, percebemos a relevância dos estudos arqueológicos, tanto para a história quanto para a pré-história, dando ênfase à sua importância para o pré-historiador, pois ele pode utilizar as informações obtidas através da cultura material que, muitas vezes, não são mencionadas nos documentos históricos.

Podemos dizer que a apropriação humana da natureza não é apenas uma questão que derive de uma característica natural/biológica do comportamento humano, mas segue uma organização sócio-cultural com um potencial produtivo definido. Assim, vemos que a arqueologia estuda a totalidade material desenvolvida pelas sociedades humanas, tanto a cultura material quanto a imaterial, sem limites de ordem cronológica. Ao longo dos últimos anos, ela deixou de ter apenas o propósito de colecionar, descrever e classificar os objetos, para buscar o estudo da cultura material, compreendendo as relações sociais e as transformações nas sociedades.

Desta forma, percebe-se que os artefatos são reflexos de comportamentos humanos, os quais nos dão informações referentes a cada grupo cultural. É um discurso formado através da visão histórica e antropológica que se baseia na existência de marcos distintivo e registros de sociedades diversas que, por meio da ocupação do mesmo espaço e tempo histórico, as identidades específicas são construídas, referenciadas pelos “locais de memória” e deixadas através dos tempos.

A memória tem sido um marco importante para a construção da identidade porque é através dela que podemos fixar e reconhecer os acontecimentos passados, conservando certas informações que o homem considera importantes para a sua memória individual ou coletiva.

Devido a isso, certos questionamentos levaram a memória a assumir um papel importante dentro do campo historiográfico. Atualmente, ela pode ser vista em suas diversas leituras. Ela surge como uma forma de mostrar os novos processos ligados aos novos estudos dentro do processo histórico. Segundo Diehl (2002), “o que sobrou dos tempos heróicos” é por ela demonstrada. Podemos dizer que os marcos da memória são considerados como produtos e objetos culturais. Menezes (1992) afirma que os objetos culturais aparecem como algo concreto, cuja produção e acabamento se realizam no passado e que cumpre transportar para o presente.

Os processos de globalização através de novas tecnologias de comunicação têm atingido a questão da preservação da memória e, consequentemente, das identidades culturais, uma vez que ela se move no tempo, fixando e registrando imagens de acontecimentos, possibilitando novos sentidos para a coletividade. Dessa forma, essas memórias estabelecidas nos quadros sociais, se fragmentam ao perder o referencial de sua identidade, dificultando, assim, a própria identificação da sociedade com o seu passado (AZEVEDO NETTO, 2003).

O problema surgido dentro da cultura historiográfica nos anos 80 e 90 relacionados à capacidade de perder a sua explicação estrutural dos movimentos sócio-culturais e dos processos civilizatórios, demonstrando que alguns aspectos precisam ser revistos na história vista como disciplina. A mudança paradigmática vem a partir do momento que vários questionamentos surgem com a intenção de tentar compreender alguns problemas surgidos entre os próprios historiadores (DIEHL, 2002, p. 13). É o caso de Michel de Certeau (1982) quando publica *A escrita da História*, onde faz a pergunta: *O que estou fazendo quando escrevo história?* Esse, e outros historiadores, entram na fase dos questionamentos analisando as consequências da crise da razão histórica, demonstrada por Rüssen (2001), em que procura indicar os fundamentos do conhecimento científico e analisa as operações elementares e gerais da consciência histórica humana.

Seguindo o pensamento de Diehl consideraremos a memória como uma importante fonte histórica que favorece as leituras do passado após a mudança paradigmática que aconteceu nas abordagens estruturais da história para as abordagens culturais. Assim, memória significa:

[...] experiências consistentes, ancoradas no tempo passado facilmente localizável. Memória possui contextualidade e é possível ser atualizada historicamente. Ela possui maior consistência do que lembrança, uma vez que é uma representação produzida pela e através da experiência. Constitui-se de um saber, formando tradições, caminhos – como canais de comunicação entre dimensões temporais - , ao invés de rastros e restos como no caso da lembrança. A memória pode constituir-se de elementos individuais e coletivos, fazendo parte de perspectivas de futuro, de utopias, de consciência histórica e cultural, uma vez que pode abranger a totalidade do passado num determinado corte temporal (DIEHL, 2002, p.116).

Desta forma, a memória denomina um processo que ocorre ao nível da mentalidade humana coletiva e, por isso tem sido utilizada para preservar a cultura material das sociedades através do tempo. Este elemento, o tempo, se constitui no lastro de memória que pode ser genericamente definida como a capacidade que o homem tem de reter e guardar o tempo que se foi, de evocar o passado. Sendo assim, na construção coletiva, a memória sofre ação das forças sociais por perceberem a sua importância, bem como a do seu controle, e considerando a sua dinamicidade e a sua capacidade de construção e recriação.

Le Goff (1992), em *História e Memória*, busca mostrar uma análise específica sobre as relações entre os elementos que conformam as memórias, em diferentes instâncias, e as concepções de documento e monumento, utilizando a importância da memória em sua explanação, como forma de referenciação de identidades.

Por seu lado, o campo da memória vem, a cada dia, ganhando forma na área do saber da História e da Arqueologia com o regaste e a preservação do patrimônio e a construção da identidade cultural que se dá através da reconstrução do cotidiano dos grupos sociais por meio do estudo da cultura material. A memória contribui no sentido de recuperar os elementos que não foram registrados pela história oficial, ou seja, tenta reconstruir o passado e os nexos perdidos.

De acordo com Funari (2006), pode-se dizer que dentro dos estudos arqueológicos, a cultura material é uma forma de documento que faz referência à memória de um grupo social. É o elemento que representa a ocupação de grupos humanos num determinado espaço e num tempo considerado. Existe a preocupação de se reconstruir os processos sociais, culturais e cognitivos da formação do registro arqueológico. É a partir da informação arqueológica que o investigador infere e identifica padrões, chegando-se a reconstituições da realidade dos integrantes de uma cultura, e é através de evidências presentes nos artefatos que a compreensão do passado se torna sólida.

Somente a cultura material atende à necessidade de se obter evidências diretas para períodos remotos, que não foram documentados de forma tradicional, mas apenas através dos vestígios das práticas cotidianas (CERTEAU, 1996).

Segundo Azevedo Netto:

[...] pode-se falar que a memória é um fenômeno, um ato de referenciamento, imbricado nas teias de relações sociais, já que ela apresenta-se como um meio ou instrumento de aprendizado e socialização, no qual, muitas vezes, a continuidade entre o evento no passado e a realidade no presente não pode ser explicitada claramente (2003, p. 15).

Podemos dizer que as informações que a arqueologia recupera de uma cultura material são de caráter “fenomenal”, pois se trata, muitas vezes, de informações efêmeras que a memória busca representar, estabelecendo uma identidade. Desta forma, essa recuperação só construirá sentido quando forem possíveis a sua preservação e incorporação no cotidiano das populações que se encontram no entorno desses remanescentes, pois considerando um sítio arqueológico como um local onde esses elementos da cultura material são recuperados esse local se torna um espaço socialmente construído e representa para o arqueólogo a existência de um grupo cultural que produz, através dos elementos de sua cultura material, suas formas de memória, ligados ao seu tempo e à sua historicidade (AZEVEDO NETTO, 2003).

Estas questões teóricas são fundamentais para a discussão sobre a importância da arqueologia nos estudos da história de uma determinada sociedade, principalmente em sociedades pretéritas, que já não existem e que, muitas vezes, possuem certas limitações para a realização de pesquisas, pois, segundo Funari (2006, p. 84) a arqueologia surgiu “como uma maneira de disponibilizar as fontes escritas sobre o passado e de complementar as informações existentes com evidências materiais sem escrita”. Este fator é essencial para um bom entendimento sobre a história e pré-história destas sociedades.

Através da memória buscamos elementos que permitem registrar o cotidiano dos grupos sociais e que os conduzam a um reconhecimento de suas práticas sociais ou conhecimento com a utilização da cultura material (FUNARI, 2006). Por seu lado, o campo da memória vem, a cada dia, ganhando forma na área do saber da Arqueologia com o regaste e a preservação do patrimônio e a construção da identidade cultural que se dá através da reconstrução do cotidiano dos grupos sociais por meio da cultura material. Desta forma, a arqueologia contribui com a memória no sentido de recuperar os elementos que não foram

registrados pela história oficial, ou seja, tenta reconstruir o passado e os nexos perdidos (DIEHL, 2002).

Atualmente, o conceito de identidade agregado ao termo cultural, dentro das ciências sociais, se encontra variado e se expande continuamente. Torna-se um instrumento que permite ao indivíduo se localizar em um sistema social e, ao mesmo tempo, ser localizado socialmente. Portanto, a definição de uma identidade se dá de modo relacional, considerando-se que esse processo de atribuição ocorre sempre que se comparam duas instâncias sociais diferentes, quer individuais, quer coletivas. Ela não poderia ficar apenas no campo da representação. Sua construção se faz dentro das sociedades e, em seus contextos, de forma que haja uma orientação de suas representações e escolhas (AZEVEDO NETTO, 2003).

Utilizando o conceito de identidade abordado por Diehl (2002, p. 128), evidenciamos que o tempo, o espaço e o movimento se apresentam como elementos presentes nos processos identitários. Assim, ele afirma que “identidade é uma espécie de metadiscozo sobre experiências históricas de difícil apreensão empírico-histórica” e interpreta essas três dimensões de forma que “o tempo é como força de corrosão, o espaço como locus da experiência da rememoração e o movimento como a estrutura simbólica (e agora metadiscozo) da cultura como elementos constituidores da(s) memória(s) e da(s) identidade(s)”.

Segundo Boaventura de Souza Santos (2002) as sociedades sofreram mudanças nas últimas três décadas, passando a ser apontadas pela intensificação das desigualdades sociais. As discussões acerca das identidades culturais passaram, cada vez mais, a enfrentar uma acirrada tentativa de reafirmação dos processos identitários de forma a procurar entender a relação existente entre o espaço-tempo nestas relações. Stuart Hall, ao analisar o pensamento de David Harvey, demonstra que o impacto do processo de globalização sobre o processo de identidade aborda a relação espaço-tempo, e argumenta que:

À medida que o espaço se encolhe para se tornar uma aldeia “global” de telecomunicações e uma “espaçonave planetária” de interdependências econômicas e ecológicas – para usar apenas duas imagens familiares e cotidianas – e à medida em que os horizontes temporais se encurtam até ao ponto em que o presente é tudo que existe, temos que aprender a lidar com um sentimento avassalador de compreensão de nossos mundos espaciais e temporais. (HALL, 2005, p.70).

As transformações ocorridas na modernidade demonstram que o indivíduo começa a buscar uma concepção mais social do sujeito, relacionada à suas relações sociais, se sobrepondo aos princípios do período pré-moderno em que as identidades se apresentavam mais coerentes e unificadas de forma que estivessem presas a apoios estáveis nas implicações conceituais a que estavam ligadas naquele período.

Segundo Cuche (1996), a construção da identidade é elaborada quando se opõe um grupo a outros grupos em contato, explicada pela relação de alteridade que necessita da existência do outro para ser estabelecida. Isto é explicado pelo fato de haver interações entre os grupos, pois uma cultura, por si só, não é o bastante para que seja observada esta construção. Ela sempre existe em relação à outra, é a ligação existente entre alteridade e identidade.

Assim, ela se constrói constantemente dentro das trocas existentes nas sociedades e isto mostra que devemos elaborar a seu respeito, uma concepção dinâmica, evolutiva e processual. Podemos chamá-la de identificação, melhor definida pela identidade de si mesmo e por identidades de natureza diferentes, sendo que a primeira possui uma maior ou menor legitimidade, de acordo com a relação entre os grupos de contato. Portanto a:

[...] identidade é um modo de categorização utilizado pelos grupos para organizar suas trocas. Também para definir a identidade de um grupo, o importante não é inventariar seus traços culturais distintivos, mas localizar aqueles que são utilizados pelos membros do grupo para afirmar e manter uma distinção cultural [...] esta identidade resulta unicamente das interações entre grupos e os procedimentos de diferenciação que eles utilizam em suas relações. (Cuche, 1996, p.182)

Desta forma, podemos chamá-la de identificação melhor definida por “auto-identidade” e por “hetero-identidade”, sendo que a auto-identidade possui uma maior ou menor legitimidade, de acordo com a relação entre os grupos de contato. Esse processo de alteridade e identidade se apresenta não como fenômenos antagônicos, mas sim complementares.

A evolução de grupos dominados leva freqüentemente a uma identidade negativa, ou seja, que não se apresenta de acordo com os grupos hegemônicos que acabam impondo uma visão pejorativa sobre seus hábitos, suas crenças e seus valores. Mas, este processo torna-se dialético na medida em que se torna uma forma de reafirmação e uma imposição desta

identidade negativa frente à identidade predominante fazendo com que se torne positiva aos olhos destes e não uma forma de rejeição.

A marginalização de certos grupos sociais se faz por estarem fora de qualquer classificação pré-existente, por serem muito diferentes para se engajarem na sociedade estabelecida como legítima. Cabe, então, ao cientista, o estudo dos processos de identificação sem que haja um prévio julgamento, de forma a levar os grupos sociais a identificarem em qual posição se encontram e em que identidade se classifica.

Desta forma, observamos que a identidade existe sempre em relação a uma outra, um processo em que uma identificação é seguida de uma diferenciação, agrupando por semelhanças e diferenças. É através de um processo que se constrói identidades culturais e que se pode chegar a uma formação de comunidades que apresentem afinidades, independendo do tempo histórico, como forma de manter a união do indivíduo e das estruturas.

Assim, precisamos entender que a memória e a identidade de uma sociedade, se torna essencial para que as expressões culturais referenciadas no passado se tornem as manifestações presentes na cultura histórica das populações denominadas como marginais dentro do processo histórico. As práticas e as representações destas sociedades evidenciam que esses processos culturais estão demonstrados nos marcos culturais referenciais de sociedades apresentadas, anteriormente, como a-históricas.

2.3 A CONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA HISTÓRICA

Conceituar cultura histórica se tornou bastante complicado, pois é um termo que apresenta uma complexidade, em função dos termos polissêmicos que utiliza, e que não está, ainda, definido no debate historiográfico, mas que ao mesmo tempo, nos faz pensar em sua abrangência. Mas, como o objeto de nossa pesquisa é exatamente identificar a cultura histórica referente aos primeiros habitantes do Cariri paraibano iremos transcorrer sobre este conceito e apontar o que para nós podemos chamar de cultura histórica.

Para o historiador Jacques Le Goff, a definição de cultura histórica vem de Bernard Guenée e aborda a relação da sociedade com o seu passado, demonstrando “a bagagem profissional do historiador e sua biblioteca de obras históricas, o público e a audiência dos

historiadores.” (LE GOFF, 1997, p.47). Ela é construída não só pela produção historiográfica profissional, mas, também, por amadores que veem o passado de acordo com seus interesses próprios (GOMES, 2007).

O conceito de Cultura Histórica na visão de Ângela de Castro Gomes (2007) demonstra o papel dos intelectuais na construção de uma identidade nacional sem a perspectiva de alienação e manipulação. Desta forma, Gomes (2007, p.46) propõe uma análise de como o estudo das relações que uma sociedade mantém com seu passado, de forma que o conceito de cultura histórica “possibilite entender melhor o quê especificamente os homens consideram seu passado e que lugar (espaço e valor) lhe destinam em determinado momento”. Assim sendo, este conceito exigiria o entendimento de um conjunto de propostas que envolveria o conhecimento histórico, quem são os historiadores, e outras formas de expressão cultural referenciadas no passado, como por exemplo, a literatura, o folclore, além de outras manifestações culturais.

Como foi falado anteriormente, para Diehl (2002), o estudo da memória e da identidade se apresenta como uma das chaves de compreensão da atual perspectiva historiográfica. Assim, , a formação de uma cultura histórica busca, na confrontação desses conceitos, elementos que sugerem os aportes teóricos para que as sociedades busquem estabelecer os vínculos com o seu passado, de forma que os aspectos culturais destas sociedades sejam estabelecidos como referenciais apresentados em relação ao passado, na percepção do presente e na construção do futuro. Estas manifestações de identidade cultural ou étnica podem ser exemplificadas como os modos de vida de sociedades indígenas que viveram na região denominada atualmente de Cariri paraibano.

Analisando por este prisma, a cultura histórica se apresenta como a interseção do homem com a sua própria história e, desta forma, através de uma perspectiva estabelecida pela crítica à História Cultural, “a expressão cultura histórica procura inventariar a articulação entre processo histórico e a produção, transmissão e recepção do conhecimento histórico”. (FLORES, 2007, p.3)

Em seu entendimento sobre cultura histórica, Diehl aponta para a necessidade de se compreender o *Outro*, nos seus valores e na sua cultura, em suas respectivas dimensões, pois só a partir daí é que se pode entender a sua própria cultura neste universo de pluralidade cultural, mesmo ela estando em tempos históricos diversos, aproximando-se, assim, do *perspectivismo* proposto por Castro (2002). Desta forma, será possível o diálogo dentro de

uma mesma cultura ou em relação à outra, ou seja, “o diálogo entre polarizações que denominamos de cultura histórica” (DIEHL, 2002, p.55).

Flores também aponta a necessidade de:

[...] explorar um campo de pesquisas inovador no que se vem designando como cultura histórica, tanto no que concerne aos saberes históricos escolares (formação do historiador e ensino de história) quanto na produção e difusão de uma tradição escrita e midiática à margem da ciência histórica propriamente dita... (FLORES, 2007, p.3)

Analizando todos estes significados dados à cultura histórica por diversos autores percebe-se que eles se entrelaçam na idéia da relação homem (no presente) *versus* passado, de forma a estabelecer um vínculo que perpassa os processos culturais da sociedade estudada.

Tanto para Le Goff(1992) quanto para Flores (2007) optar por cultura histórica vai além da qualificação profissional que se faz necessária para a operação histórica. Atravessa toda uma formação teórico-metodológica, não estando fixa ao ofício do historiador, pois seria uma forma de aprofundar os métodos de pesquisa.

Ao discorrer sobre a dimensão teórico-metodológica de uma cultura histórica, Flores afirma que, ao assumir a escala de regionalidades, ela:

[...] se constitui numa práxis de estudos sobre particularidades históricas das sociedades nacionais e das economias mundializadas. A relevância que tais processos têm tido no tempo presente, na construção de uma cultura política aplicada à cidadania e à democracia e, particularmente, na renovação do ensino de história na educação básica e no ensino superior, possibilita um aprofundamento no campo da história e da cultura histórica. (FLORES, 2007, p.3 – 4).

E são esses estudos sobre as particularidades históricas regionais que nos fazem analisar as sociedades indígenas pré-históricas e históricas do Cariri paraibano e perceber que, valores como identidade nacional, economia mundializada, cidadania e democracia não se encontravam presentes em seu universo cultural, mas que, de alguma forma, seus costumes e tradições se fazem presentes quando muitas vezes nos apercebemos que certos hábitos nossos são de herança indígena. Termos como economia, identidade nacional e globalização são utilizados em períodos mais recentes. E isto nos faz afirmar que estas sociedades apresentavam uma maneira particular no seu caráter social, o que fugia da maneira de

estruturação social apresentada pelos europeus mesmo eles estando em períodos contemporâneos.

Essa diversidade de pensamento fez com que a visão de cada sociedade vista em lados distintos não se mostrasse coerentes nem igualitárias de forma que cada sociedade apresentava uma maneira particular de ver o outro e de interpretá-lo. Assim, cada leitura limitava-se a interesses próprios de interpretação destas sociedades.

Para que se possa construir uma cultura histórica se faz necessário uma leitura do passado que se pretende analisar, ou seja, uma seleção de um conhecimento que faz parte de uma cultura histórica. E esta cultura histórica é construída tanto por historiadores como por qualquer um que produza um conhecimento histórico, e que seja transmitido e recepcionado pela sociedade, diferentemente da historiografia, pois nem tudo que por ela é produzida é transmitida e recepcionada por esta mesma sociedade.

Esta forma de produzir um conhecimento sem ser um historiador de ofício é o que diferencia a cultura histórica da cultura historiográfica. A cultura histórica pode ser produzida por qualquer pessoa que faça parte de uma sociedade. É a produção de saberes históricos que vão além do ofício de historiador. Para a cultura historiográfica, estes saberes estão diretamente ligados ao seu ofício, o que não significa que serão considerados mais importantes do que o produzido pela sociedade em geral.

Desta forma, podemos dizer que a cultura histórica não está diretamente ligada à produção de um conhecimento produzido apenas por um historiador, mas também por outros profissionais como, por exemplo, os arqueólogos, que através de suas buscas por vestígios materiais deixados por povos que, muitas vezes, não mais existem, estabelecem um conhecimento científico que, muitas vezes vem a somar às informações obtidas dentro do documento histórico.

Uma sociedade que, muitas vezes, não possui o conhecimento sobre a riqueza de seu passado, mas que através do interesse de pesquisadores consegue identificar fragmentos de sua História que estão presentes nos dias atuais, e que fazem parte de seu cotidiano, constrói uma cultura histórica que é recepcionada por esta mesma sociedade, reafirmando sua memória e o seu aspecto identitário regional.

Uma vez definido o que se entende por cultura histórica passaremos nos capítulos seguintes a trabalhar como a História e a Arqueologia vem contribuindo para a cultura histórica do Cariri paraibano.

3 A CULTURA HISTORIOGRÁFICA DA OCUPAÇÃO DO CARIRI PARAIBANO: O COLONIZADOR E O INDÍGENA

A cultura historiográfica faz parte do universo de uma cultura histórica. Por isso a nossa preocupação em demonstrar como se constrói esta cultura historiográfica, que retratou esta história da conquista do interior paraibano e a participação do índio e do próprio colonizador neste processo. Até porque, para os historiadores do Instituto Histórico local essa história só passou a ser relatada quando seus membros se debruçaram sobre as mais diversas fontes e discorreram sobre este fato.

O nosso objetivo neste capítulo é dissertar sobre as diversas abordagens empreendidas na construção desta história local, abordando a discussão sobre a construção do espaço geográfico denominado de Cariri, envolvendo o movimento de conquista com a participação dos colonizadores e, apresentando, principalmente, a participação dos índios Tapuias. Por ser uma discussão atual, abrangemos várias visões acerca destes assuntos de forma a procurar demonstrar a diversidade de pensamento existente sobre a ocupação desta área. Bebemos na informação de historiadores clássicos e de outros historiadores contemporâneos, que revisitaram, em suas discussões e abordagens, estes mesmos historiadores mais tradicionais. Contudo, as informações obtidas na construção deste capítulo, por se tratarem de levantamentos feitos por historiadores em períodos diversos cada qual apresentando uma visão desta historiografia de acordo com o espaço e tempo em que esses mesmos estão inseridos, esses estudos não são isentos de juízos. Isto porque eles são oriundos de uma forma de pensamento que demonstrava, em certos períodos, que o indígena, lamentavelmente, ainda podia ser considerado culturalmente inferior ao homem europeu. Este pensamento revela um subjetivismo presente nestas fontes, as quais refletem a dificuldade de alguns autores em entender a cultura indígena em sua complexidade.

Assim, não houve a preocupação em analisar a documentação primária que foi a base da construção desta historiografia, pois ressaltar a memória existente sobre a ocupação da área do Cariri paraibano, a qual se encontra presente na historiografia paraibana. Isso nos levou a demonstrar uma forma de evidenciar a contextualização desta ocupação, não sendo necessário, desta forma, a análise da documentação primária, posto que não era o objeto de nosso estudo.

Além de historiadores fazemos uma ponte em nossas discussões com o mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju e assim procuramos apresentar a cultura historiográfica presente em nossa discussão. Isto porque, a cultura histórica aborda uma cultura historiográfica e é a junção de uma historiografia local com abordagens mais atuais sobre os processos de ocupação deste espaço que nos ajudará na consolidação desta cultura histórica.

3.1 A VISÃO DA HISTORIOGRAFIA PARAIBANA NA CONQUISTA DO INTERIOR NO PERÍODO COLONIAL

Escrever uma História da Paraíba pelas mãos dos próprios paraibanos fez com que estudiosos da área se reunissem e decidissem institucionalizar essa idéia. A necessidade de se formular uma história da Paraíba levou, em 1905, à criação do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano que vem com o objetivo de escrever uma história paraibana sem estar ligada a Pernambuco e ao Brasil. Uma história genuinamente local, com o intuito de demonstrar a grandeza deste Estado. Este fato, relativo à efetivação do IHGP, coloca este momento como um marco na historiografia local, pois, segundo os seus fundadores, a Paraíba passa a ser vista como uma Paraíba com história e, esta mesma, escrita por paraibanos (DIAS, 1996, p. 36). Desta forma, a cultura historiográfica referente a esta história local começa a ser feita com a participação direta de seus filhos da terra.

A conquista e a colonização do sertão da Paraíba é fruto da ação de colonizadores e vários grupos indígenas, o que resultou na expansão territorial dos conquistadores. Atualmente, a importância da formação histórica e cultural do Brasil vem demonstrando uma preocupação com a história dos povos indígenas, pois os agentes que ocupavam todo o território paraibano, *de norte a sul, leste a oeste*, eram os povos que se adequaram à vegetação e ao clima característico deste lugar, de forma a estabelecer meios de sobrevivência, apesar de sempre estarem nas margens da história nacional e ocupando um papel de não protagonista da história.

A conquista do sertão paraibano começa a se estruturar a partir da segunda metade do século XVII, perdendo força durante a terceira década do século XVIII. Neste momento, o movimento de conquista toma outro rumo, colocando-se os índios, segundo a visão dos historiadores clássicos, no papel de coadjuvantes neste processo, pois eles deixaram de ser

uma ameaça de guerras e conflitos, passando a ser cada vez mais vistos como um objeto na política indigenista realizada pelos missionários a mando da Metrópole.

Uma discussão bastante interessante é tratada por Guedes (2006, p.126) quando aponta a importância dos índios guias que participaram das entradas e expansão da fronteira agro-pastoril no Oeste da capitania. Segundo suas observações os colonizadores muito aprenderam com os hábitos indígenas. Conhecer suas técnicas em muito os ajudou na sobrevivência diária numa região que apresentava um ambiente hostil. A utilização dos próprios caminhos indígenas em muito colaboraram com as expedições colonizadoras, pois facilitava suas entradas por áreas semi-áridas.

A historiografia clássica, no fim do século XIX e início do século XX, pronunciada pelos historiadores dos Institutos Históricos apontaram os povos indígenas como elementos passivos que se adequavam à cultura européia. A subjugação dos povos indígenas às políticas missionárias estabelecidas vem a confirmar as estratégias de dominação exercida pelo europeu sobre esses povos. Não é à toa que dentro do processo missionário realizado se formulou estratégias de controle destas populações através do estabelecimento de manuais de catecismo, como o realizado pelo Pe. Luís Vicencio Mamiani, em 1698, entre outros, caracterizando a importância de estabelecer algum tipo de comunicação com estes povos.

Nestes movimentos missionários a necessidade de aprendizado da linguagem dos povos indígenas faz com que muitos missionários interagissem com a cultura destas populações procurando estabelecer vias de comunicação que proporcionassem elementos para uma doutrina cristão destes indígenas. Podemos classificar isto como uma estratégia de dominação estabelecida pelo europeu.

A busca por metais, predominante durante o período da expansão ultramarina, fez com que as potências colonizadoras se lançassem na conquista de suas Colônias realizando seu processo de reconhecimento e povoamento, como forma de expansão comercial, favorecendo a economia européia na busca de se abastecer de metais nobres.

Inicialmente, o Sistema Colonial português não estava interessado em conquistar o sertão nordestino como um todo, pois preferiam se preocupar em permanecer na região litorânea, ocupados com a produção açucareira e o comércio de escravos. É o que fala Bradônio nos *Diálogos das grandezas do Brasil*, de Ambrósio Fernandes Brandão (1956 [1618]), quando ele questiona a falta de interesse dos portugueses em alargar os limites territoriais do sertão.

A existência dos índios “Tapuias” no interior paraibano sejam eles índios Cariri ou índios Tarairiú, e o choque de culturas e conflitos decorrentes do contato, aponta para um novo questionamento acerca da própria relação destes povos com os conquistadores e questiona o posicionamento de alguns pesquisadores acerca do papel desempenhado por estas populações sobre as trocas culturais existentes entre os mesmos.

Estes povos permaneceram desconhecidos até a segunda metade do século XVII, pois o domínio português muito se preocupou com a economia açucareira que estava limitada ao litoral nordestino. Com a restauração portuguesa, os interesses da metrópole foram revistos. Isto porque foi percebida a necessidade de adentrar por áreas até então desconhecidas por eles. Desbravar lugares que iam além de onde o olhar alcançava se tornou, assim, uma preocupação dos portugueses como forma de confirmar o seu domínio na Colônia e conseguir controlar o interesse de outros países em suas terras coloniais. O lema passa a ser “Povoar para resguardar”.

Durante o período holandês, a necessidade de se manter dentro do território colonial português, fez com que se travassem alianças com os índios, pois isto ajudaria no seu projeto conquistador flamengo, empreendido dentro da Colônia portuguesa. Por isso, aliaram-se a algumas tribos denominadas de “Tapuias”, como os Cariris e Tarairiús, conservando a sua natural liberdade como forma de estabelecer a sua política de alianças.

Com a expulsão dos holandeses, em 1654, as estratégias criadas pelos portugueses para estabelecer alianças com os povos indígenas que viviam nos sertões os fizeram se lançar em entradas e bandeiras na conquista deste sertão. Alianças estas, nem sempre com resultados positivos, o que será visto mais adiante na discussão sobre a guerra estabelecida com estes povos. Percebe-se que neste momento aumenta-se o número de conflitos existentes entre os colonizadores e os índios, isto porque os ataques oferecidos pelos Tapuias que moravam no sertão, às fazendas de gado, fez com que se intensifiquem as expedições responsáveis pela punição destes elementos. Segundo PUNTONI (2002, p.44), “neste novo contexto, o confronto peculiar ou geral que se armara no sertão fazia-se especificamente, entre a fronteira da economia pecuária e os índios de grupos não-típicos, isto é, tapuias, historicamente irredutíveis”. Não é à toa que os holandeses estabeleceram contato com estes povos, principalmente pela necessidade de alianças, pois em muito os auxiliaria na conquista de territórios.

A partir do momento que o português toma as rédeas da sua história, ele estabelece, através desta sua conquista, os primeiros contatos com estes povos e, fora dos seus planos,

também se estabelecem os primeiros conflitos. A política indigenista aplicada na Colônia portuguesa sofreu mudanças através dos tempos. No período pré-pombalino os índios deveriam ser isolados da sociedade, ocorrendo uma integração de forma controlada pela Coroa de modo a inseri-los nos costumes portugueses, fazendo com que fossem perdendo, aos poucos, seu referencial cultural.

Os movimentos de resistência ocasionados neste período ajudaram na intensificação do imaginário existente em torno destes índios, que passaram a serem chamados de brabos, guerreiros e bárbaros, diferentemente da imagem que se tinha e se fazia pensar dos índios que viviam no litoral. Almeida (1978) demonstra uma projeção de alteridade contraposta às visões entre o litoral e o sertão, “*Tupi versus Tapuias*”, tão presente na historiografia paraibana e que, aos poucos está sendo revista.

E neste imaginário, continuamos a nossa discussão demonstrando que a construção simbólica do que seria a área do Cariri paraibano no período considerado, pela historiografia paraibana, como a “Conquista do interior”, reforça a idéia de se trabalhar com uma abordagem regional como uma forma de entender as relações sociais e culturais vividas dentro de um espaço selecionado, o qual chamamos de região.

3.2 O SERTÃO COLONIAL: UMA CONSTRUÇÃO SIMBÓLICA E CULTURAL

Os conceitos de região e espaço foram sofrendo transformações conceituais dentro do campo da geografia ocasionadas por mudanças nos processos culturais das regiões e pela própria evolução do pensamento geográfico, tudo isso devido ao reflexo de escolhas e necessidades ocasionadas pela emergência de sobrevivência dos povos que habitavam esses espaços.

Para Paulo César da Costa Gomes, o conceito de região formulado desde a antiguidade demonstra que:

A palavra região deriva do latim *regere*, palavra composta pelo radical *reg*, que deu origem a outras palavras como regente, regência, regra etc. *Regione* nos tempos do Império Romano era a denominação utilizada para designar áreas que, ainda que dispusessem de uma administração local, estavam subordinadas às regras gerais e hegemônicas das magistraturas sediadas em Roma (GOMES, 1995, p.50).

A interpretação deste conceito demonstra que há uma relação entre um poder central e um local de forma que se abrange suas diversidades sociais, culturais e espaciais. É a formação de uma unidade administrativa que atua sobre poderes locais e exerce sobre eles uma forma de hierarquia administrativa.

Para o Cariri paraibano no período colonial, suas fronteiras geográficas ainda não estavam estabelecidas e a formação de sua área ainda apresentava muitos locais desconhecidos pelos colonizadores, mas habitados pelos colonizados. Então, essa hierarquia administrativa ainda iria ser formada de maneira que era do interesse desses colonizadores entrarem neste interior e ocuparem suas áreas.

Desta forma, a discussão apontada, coloca, a partir da produção do que um seria sua fronteira geográfica, discutida através da abordagem de História Regional, apontando a diferença cultural e ressaltando seu poder simbólico, para a área que era considerada, para as populações indígenas, sua territorialidade.

Trabalhar com uma abordagem regional nos faz atender à nossa linha de pesquisa de forma que se passe a discutir o Cariri paraibano através de um olhar crítico na construção de seus limites que, para o período relacionado aos primeiros habitantes, ainda não estavam determinados geograficamente, mas que vai, lentamente, através de suas expedições, estabelecendo suas fronteiras territoriais.

Assim, seguindo a linha de raciocínio ligada a critérios estabelecidos de modo a caracterizar as divisões do saber histórico, quando falamos sobre as abordagens utilizadas para tal afirmativa, vemos que a História Regional é um campo de atuação da cultura histórica que favorece o estabelecimento de saberes históricos relacionados à construção de identidades. Essa abordagem regional evidencia o entendimento das relações culturais estabelecidas numa determinada região. Como afirma José de Assunção Barros, ela pode ser classificada como uma abordagem que elege um campo de observação específico e constrói-se uma reflexão historiográfica sobre esta região. Com isso ele afirma que:

Examinando um espaço de atuação onde os homens desenvolvem suas relações sociais, políticas e culturais, a História Regional viabiliza através de sua abordagem um tipo de saber historiográfico que permite estudar uma ou mais dimensões nesta região que pode ser analisada tanto no que concerne a desenvolvimentos internos, como no que se refere à inserção em universos mais amplos (BARROS, 2006, p. 146).

Ao escolhermos a atual região do Cariri paraibano para as nossas pesquisas percebemos que a noção de sertão durante o período colonial difere da idéia que hoje se faz desta região, de forma que, atualmente, se baseia em torno de uma dimensão geográfica.

Esta construção imaginária é percebida pelas representações simbólicas que se tinham sobre o território colonial, que a colocavam como um espaço dicotômico ao ser confrontado com o termo litoral, revelando-se exatamente o contrário com relação às suas características, como é percebido na figura abaixo (fig. 2). Era o contraponto litoral *versus* sertão, que demonstrava o pensamento dominante do imaginário colonial sobre este espaço.



Fig. 2: Tesouro dos Mapas

Fonte: Carte du Brésil, Primiere Partie: Depuis la Rivière dês Amazones jusq' à la Bage de Tour lês. Saints. Jean Baptiste Bourguignen D'Anville, 1746 (Tamanho original 22,4x 30,3 cm)

A evolução do pensamento geográfico leva a geografia a assumir um caráter de disciplina acadêmica no final do século XIX, na qual emerge mudanças de paradigmas que se inserem no bojo da história. Neste momento, os conceitos de região e de organização espacial são básicos para se compreender a geografia nas ciências sociais de forma a entender uma sociedade através das relações entre natureza e história (CORREA, 1987).

Nesta revolução de conceitos surge a teoria de Vidal de La Blanche, muito ligada à região física, ou região natural, que destacava os aspectos ambientais como influenciadores do desenvolvimento social, político, econômico e cultural. Isto levou a história a basear suas

análises a um determinismo geográfico que é explicado pela inferência das condições naturais, como o clima, no comportamento do homem, interferindo na sua capacidade de progredir (CORREA, 1987).

No determinismo geográfico, o processo histórico de uma sociedade estaria associado a mecanismos que ocorrem na natureza, de forma que as mudanças que, porventura, viesssem a surgir nesta sociedade, já estariam pré-determinadas. A determinidade estaria ligada à atemporalidade, pois levaria à negação do tempo. Isto é o que critica Cornelius Castoriadis quando coloca que se algo se modifica “os modos de sua mudança e as formas que essa mudança pode produzir estão já determinados” (CASTORIADIS, 1987, p. 226).

Esta idéia de determinidade, defendida pelos estruturalistas, é combatida por Castoriadis que afirma que a criação de um contexto social-histórico só é possível quando as sociedades humanas se mostrarem diversas, com suas escolhas e autonomia. Como toda uma sociedade é histórica, também é uma construção e, por isso, não podemos determiná-la em absoluto.

Bourdieu quando discute a questão da região e menciona sobre os limites regionais que foram impostos num determinado local, coloca como legítimo o seu domínio fronteiriço. Segundo ele:

O discurso regionalista é um discurso *performativo*, que tem em vista impor como legítima uma nova definição das fronteiras e dar a conhecer e fazer reconhecer a *região* assim delimitada – e, como tal, desconhecida – contra a definição dominante, portanto, reconhecida e legítima, que a ignora. O acto de categorização, quando consegue fazer-se reconhecer ou quando é exercido por uma autoridade reconhecida, exerce poder por si: as categorias “étnicas” ou “regionais”, como as categorias de parentesco, instituem uma realidade usando do poder de *revelação* e de *construção* exercido pela *objectivação no discurso* (BOURDIEU, 2007, p.116)

Através do espaço que é abordado em nossa pesquisa, o Cariri paraibano, discorremos sobre o que se entendia por ele desde o período da chegada do europeu em terras americanas até o contexto da conquista e colonização da Capitania Real da Paraíba e que, enquanto espaço geográfico, já existia desde tempos anteriores à presença dos portugueses em terras brasilianas.

Quando observamos que a historiografia trata esta área como sertão, analisamos que, no período colonial, ela representava, de certa forma, toda uma área onde a colonização não estava presente incluindo, assim, não só as proximidades da Copaoba mas, o Cariri, Seridó,

Brejo, Curimataú, e o próprio Sertão atual, que, aos poucos, vão sendo conquistados e colonizados, estabelecendo suas fronteiras geográficas, sua territorialidade.

Guedes (2006, p.24), analisando as idéias de Cristina Pompa, afirma que “a medida que a colonização avançou sertão adentro, as narrativas dos cronistas constróem este lugar cultural cristalizando o sertão enquanto conceito, ao mesmo tempo em que ele se dilui enquanto espaço geográfico”, e isto é o que percebemos à medida que esta mesma colonização avança pelo interior e estabelece seus limites de conquista.

“Nomear” este desconhecido, um local de clima semi-árido, vegetação rarefeita e de difícil sobrevivência era o que representava a idéia de sertão. O sertão, como era chamado o interior paraibano até então, não apresentava suas fronteiras territoriais e o Cariri paraibano ainda não era um território construído geograficamente.

Isto demonstra a maneira simbólica como ele é visto no seu espaço físico, ocorrendo uma valorização da representação em que foi construída, mas que, mesmo com os adjetivos de “terra sem lei”, onde quem manda é o coronel. Como um local que foi palco de confrontos do próprio cangaço, aos poucos, esta construção passou por mudanças de forma que suas delimitações foram sendo estabelecidas e, ao invés de se generalizar o termo “sertão” como todo o território contrário ao litoral, foi sendo dividido, geograficamente, de acordo com os fatores climáticos e de vegetação, característicos de cada local, ou sub-região.

Atualmente, se olharmos no mapa da Paraíba percebe-se que a região do Cariri está dividida em Cariri Ocidental e Cariri Oriental, compreendendo 29 municípios. No período colonial os conceitos e divisões regionais não demonstravam a mesma coerência com que hoje é apresentada. Não porque eles estivessem errados, mas porque o desconhecimento do território como um todo e a idéia de região não se apresentavam de forma esclarecedora como acontece atualmente.

Ao se fazer uma abordagem ambiental numa pesquisa histórica, como é o nosso caso, se faz necessário analisar as relações entre a paisagem, a organização social, as representações simbólicas, etc. Por isso, quando trabalhamos com uma abordagem antropológica nos estudos históricos, se faz necessário estabelecer um diálogo entre a história, a etnologia e a etnografia e isso contribui para que haja uma valorização dos instrumentos de análise.

Contudo, ao analisarmos a região denominada de Cariri paraibano percebemos a importância da estruturação do espaço urbano e/ou rural com a participação dos agentes que fazem parte deste processo histórico, ou seja, a participação do europeu, especificamente os

portugueses. Segundo Crosby, quando se refere à colonização de uma forma geral e à expansão dos interesses europeus, ele afirma que “os emigrantes europeus e seus descendentes estão em toda parte, e isso exige uma explicação. Mais que qualquer outra, é difícil explicar a distribuição pelo mundo dessa subdivisão da espécie humana”. Continuando seu pensamento, ele afirma que os europeus “parecem ter brincado de pular carniça por todos os quilômetros quadrantes do globo” (CROSBY, 1993, p. 13).

Na tentativa de se entender uma região e, assim, sua atuação política e cultural e que se apresente como pertencente a uma sociedade construída por agentes participantes de sua formação, percebe-se que há a construção de uma unidade estabelecida pelo sentimento de se fazer parte, demonstrando sua identidade local e fazendo parte de sua diversidade cultural. Assim, uma abordagem regional ressalta, exatamente, à formação de saberes históricos que estão relacionados à construção de identidades.

A partir daí se pretende discorrer sobre esses agentes que fizeram parte desta colonização incluindo não só o europeu nesta discussão, mas o papel do indígena que estava presente nesta área e que atuou na construção das sociedades que hoje estão presentes no Cariri paraibano e que fazem parte da sua história atual e de sua cultura histórica.

3.3 O MOVIMENTO DE CONQUISTA

Uma das grandes dificuldades encontradas por pesquisadores que se interessam pela história dos povos indígenas é, justamente, a falta de documentação acerca destas populações. Esses povos habitavam todo o continente brasileiro e demonstravam um profundo conhecimento sobre como viver em locais de mata fechada e em outros ambientes, convivendo sustentavelmente, sem processo depredatório, danificando o ambiente até destruí-lo. Puntoni (2002, p.14) ao abordar as idéias de Evaldo Cabral de Mello coloca que, “são raras as fontes narrativas, a documentação, quase toda monotonamente administrativa, é de consulta difícil e penosa e, mercê deste caráter oficial, exclui, automaticamente, grandes fatias do passado colonial”.

Este mesmo problema é apontado por Medeiros (2002), quando aborda os povos chamados de “povos sem história”, na visão historiográfica ocidental. Segundo ele, as sociedades consideradas “sem Estado” eram vistas como sociedades improdutivas, e, no caso do Nordeste do Brasil, ele coloca que os índios, nesta visão, não ocuparam o papel de

protagonistas no processo histórico do período colonial, deixando-o como mero coadjuvante na construção de uma identidade nacional.

Não se pode pensar que apenas a pecuária foi a responsável por este movimento expansionista em direção ao interior. A historiografia tradicional mostra que a busca por metais preciosos impulsionou este movimento de interiorização na Colônia portuguesa, onde se buscava o eldorado, desde o século XVI. O contato existente entre o europeu e o nativo das costas brasileiras marca o início do genocídio que ocorreu nas nações indígenas ao longo dos séculos XVI ao XIX. Um dos maiores objetivo dos conflitos existentes entre os europeus e os nativos era a busca de um extermínio destas populações, tanto físico quanto cultural, como forma de se estabelecer a propriedade de uma terra que na verdade pertencia, até então, aos habitantes primitivos destas localidades.

Segundo Puntoni (2002, p. 21), a pecuária limitava-se ao interior dos sertões e seria uma “economia acessória ao complexo açucareiro”. O gado bovino, no litoral, era visto como elemento de tração animal, movendo as moendas, transportando mercadorias e fornecendo a carne e o couro para os habitantes que viviam nos canaviais e nas cidades do litoral.

O crescimento da pecuária permitiu que ocorresse a expansão do povoamento em direção a este sertão nordestino que, devido às suas condições climáticas e de relevo, favoreciam a criação de animais, por apresentarem formações rochosas em denominadas de chapadões e uma vegetação rala que facilitava a passagem dos homens e animais através da paisagem, não sendo necessário a realização de nenhum tratamento prévio destas paragens, não deixando de ser, este, um elemento encorajador para os criadores.

A penetração ocasionada pelas fazendas de gado favoreceu o povoamento do interior. Os movimentos de mineração e ocupação pelas fazendas de gado foram responsáveis pela “expansão da obra colonizadora” na visão de Caio Prado Júnior (Puntoni, 2002). A situação econômica da Colônia encontrava-se problemática, pois o período posterior à expulsão dos holandeses exigia da economia açucareira uma retomada do crescimento, pois o açúcar produzido nas Antilhas a partir de 1680 tinha afetado o comércio deste produto no exterior, atingindo, assim, os interesses comerciais dos produtores locais. As expansões que visavam o interior foram vistas, a partir deste momento, como uma alternativa de suprir as perdas que estavam acontecendo na Colônia, devido ao desgaste sofrido com os conflitos existentes contra os holandeses até a sua total expulsão em 1654, conflitos estes que fizeram muitos dos índios destes locais aliados ou inimigos, dependendo da área de conflito e dos interesses que se apresentavam no momento. As atividades existentes no sertão, como a criação de gado

vacum e cavalar, com a produção de carne e couro, além de alguma produção agrícola, foram responsáveis pelo estímulo ao seu processo de ocupação.

Ao analisar a expansão que ocorreu em todo o interior das terras portuguesas, tome-se como exemplo as regiões localizadas próximas ao rio São Francisco onde existia uma grande quantidade de salitre, o que fez com que se intensificassem sua busca nestas paragens. Isto porque ele é utilizado na fabricação da pólvora negra, alimentando a produção bélica da Colônia. Estas minas estavam localizadas no médio São Francisco e permitiram uma vantagem tecnológica para a afirmação das potências coloniais, pois deixavam a Colônia mais livre da pólvora importada e vinda da Índia que, muitas vezes demorava muito tempo para chegar ao seu destino.

As ordens religiosas possuíam grandes propriedades de gado no sertão. Os missionários foram detentores, também, de um grande contingente de pessoas que os auxiliavam na manutenção de suas terras. O uso do escravo negro e índio demonstra que a necessidade de mão-de-obra era fator importante e indispensável numa economia latifundiária. Segundo Medeiros (2003):

As alianças entre os portugueses e alguns povos indígenas foram fundamentais para o êxito da conquista da região que hoje conhecemos por sertão paraibano. Na visão dos conquistadores, as alianças entre os povos indígenas e a Coroa Portuguesa significavam vassalagem ao rei, tornando-se seus súditos e apoando-o contra os seus inimigos. Significavam também a aceitação da religião católica e da civilização. Para os povos indígenas, estas alianças significavam a possibilidade de ataque e destruição dos seus inimigos. Os portugueses souberam muito bem explorar os conflitos existentes entre os povos indígenas e os utilizaram em favor próprio.(MEDEIROS, 2003, p.1)

Não que estejamos vitimizando os índios, mas o discurso reproduzido na historiografia apresenta a supremacia européia sobre os próprios indígenas.

A economia pastoril se baseava num sistema de trabalho estabelecido através de relações de “vassalagem”, favorecendo a dependência e a lealdade, onde o proprietário das terras responsabilizou os vaqueiros no manejo do gado. O trabalho destes vaqueiros era remunerado e, segundo Caio Prado Júnior, eles recebiam um percentual das crias de gado após um determinado tempo, sendo descontado deste vaqueiro todo o prejuízo existente na empreitada (PUNTONI, 2002).

A utilização do cavalo pelo sertanejo era, principalmente, como um instrumento de trabalho no trato do gado. Eram de propriedade dos grandes senhores, além de ser um elemento raro dentro da Colônia, até porque ele foi trazido pelo europeu, não existindo aqui na Colônia. Não foi de extrema importância ele ser utilizado pelas tropas sertanejas nas “Guerras dos Bárbaros”, pois a necessidade de mobilidade dos soldados na vegetação da caatinga ficaria prejudicada, comprometendo o seu manejo. Não é à toa que as vestimentas utilizadas pelos vaqueiros correspondem a uma verdadeira couraça. O cavalo só vai se tornar comum com o desenvolvimento da mineração, a partir do século XVIII.

As entradas ocorridas em direção ao interior, muitas vezes, foram responsáveis pelo suprimento de mão-de-obra necessária na economia da Capitania. Essa necessidade fez com que se buscasse, cada vez mais, o elemento indígena pelo interior do sertão paraibano. Mas, percebeu-se uma resistência desses indígenas nas atividades veiculadas ao litoral, ou seja, à grande produção canavieira. Neste momento, percebe-se que a atividade pastoril se adequava mais aos modos de viver destes habitantes quando comparado com a economia açucareira, e se apresentavam mais “disponíveis e baratos” em sua aquisição, além do que, poderiam favorecer os colonizadores no decorrer do contato com outros grupos indígenas existentes no sertão.

Falar sobre o papel do indígena no processo colonizador mostra a idéia de presença destes povos no território colonial como forma de povoamento, afastando, assim, os inimigos externos. Apesar do confronto que ocorreu entre populações indígenas hostis, a ocupação territorial por eles realizada ajudava na manutenção do domínio português em terras coloniais, exercendo a tarefa de ocupação e defesa.

Desde o início da colonização, os indígenas, para além de sua utilidade como força de trabalho, apareciam como aquele substrato mínimo de povoadores necessário para a manutenção do domínio, ante as tentativas de conquista ou de invasão de outras potências européias, ou mesmo de resistência de grupos nativos hostis. (PUNTOMI, 2002, p. 49)

A questão da alteridade entre os povos indígenas do litoral e sertão direcionam o imaginário que permeou todo o período colonial, pois as populações que viviam no litoral possuíam um caráter mais amistoso, diferentemente das do sertão, que são quase sempre relatadas como índios bravos.

Seguindo as idéias de Joffily (1977), a formação da Paraíba se dá através de duas fortes bandeiras que adentraram por suas terras na conquista do sertão. A primeira delas por Teodósio de Oliveira Ledo que, em sua viagem acompanhou o rio Paraíba, marginando-o até chegar à região do boqueirão, na serra do Cornoyó, estabelecendo um povoamento que recebe o nome de Boqueirão. Para chegar até esta localidade, Teodósio teve que travar muitos conflitos com os índios Cariri que viviam nestes locais. A segunda entrada se deu pelo Capitão-mor Luiz Soares, a qual Joffily (1977) faz referência em não saber ao certo seu local de penetração, indicando que talvez possa ser a região Norte. O que é importante afirmar é que a entrada mais importante que andou por estradas redondezas foi a da família Oliveira Ledo que desbravou essas terras conquistando e povoando o sertão paraibano.

Falar em interior paraibano é o mesmo que relacionar toda a região que, por ora, era diferenciado de litoral. Isto não difere quando nos referimos à região do Cariri, até porque, a divisão geográfica atual que compreende as microrregiões, só foi estabelecida séculos depois da conquista. A ocupação regional do sertão se caracteriza por apresentar um povoamento ocorrido de forma aleatória, pois, a família Oliveira Ledo, os responsáveis pela ocupação do interior paraibano, se estabeleceram de forma latitudinal, ou seja, de leste para oeste, visando as vias de penetração como forma a seguir o curso dos grandes rios como o rio Paraíba e o rio Taperoá, afluente deste. Isto porque as fazendas de gado iam se estabelecendo seguindo esses cursos, ocupando toda a sua margem (MELLO, 1994).

A partir daí, percebe-se que os cursos d'água foram os grandes *lócus* de ocupação desta região de forma que os maiores rios estabeleceram os critérios de ocupação deste interior. Ao mesmo tempo, isto era uma estratégia de ocupação se tornava um problema para os colonizadores, pois essas regiões, muitas vezes, também eram ocupadas pelos índios que por lá viviam. Assim, começa a se formalizar uma “quebra de braço” entre os colonizadores e os povos indígenas, habitantes destes locais. Isto é percebido ao se analisar as concessões de sesmarias apontadas por Tavares (1982 [1909]). Nos pedidos feitos aos governadores para essas concessões, a principal característica que apresentavam essas terras era a proximidade de rios e lagoas.

Na porção ocidental, transpondo os colonizadores, rumo ao norte, as nascentes do Pajeú, caíam no vale do Piancó, estavam na região do Piranhas. Marchando pela Borborema, partindo do Moxotó, alcançavam as cabeceiras do rio Paraíba, entravam nos Cariris Velhos. Segundo de leste para oeste, pelo curso do Paraíba, em sentido inverso, cedo chegavam ao planalto da Borborema, à mesma zona dos Cariris. A ligação entre as duas partes, a do

centro com a ocidental, deu-se no início da década de 1670. (ALMEIDA, 1978, p.14).

O interesse por terras que apresentem proximidade dos grandes rios e afluentes, além de lagos e lagoas é um ponto de interesse entre as sociedades indígenas e os conquistadores. Isto é exemplificado pelas solicitações de sesmarias feitas ao Rei durante este período.

Um dos principais afluentes do rio Paraíba é o rio Taperoá que atravessa toda a região sul do Cariri paraibano. Ao longo deste rio foram estabelecidas várias sesmarias concedidas pelo governo, algumas delas pertencentes às populações indígenas que ocupavam essa região. Um exemplo disso é na discussão de Tavares (1982 [1909]) que aponta a existência de solicitações feitas por índios da nação Cariri. Em 24 de Março de 1714, foi concedida uma faixa de terra em sesmarias, medindo três légoas de terra, aos índios Cariri, num lugar chamado Bultrins. Outra concessão foi feita em 11 de Fevereiro de 1720 a Antônio de Miranda Paes que solicitava meia légua de terra que se encontrava junto às terras dos Cariri. Desta forma, várias concessões foram apresentadas ao governo a fim de conseguirem a posse do interior paraibano, já que essas terras, teoricamente, eram consideradas devolutas.

Uma das regiões mais importantes do atual Cariri paraibano no período da ocupação foi a localidade de Boqueirão, onde foi estabelecida o primeiro núcleo de povoamento, a região de Pilar, onde se localizavam os índios Cariri denominados Bultrins, e a região onde hoje se localiza a cidade de São João do Cariri. Os registros rupestres encontrados nesta região evidenciam a existência de populações pré-históricas que povoaram o local e, ao mesmo tempo, deixaram suas marcas identitárias no registro do seu passado.

O município de São João do Cariri (fig.3) foi considerado, entre os anos de 1949 e 1954, o maior município da Paraíba, com 3594 Km² de área, sendo integrado pelos distritos da Sede, Caraúbas, Congo, Coxixola, Santa Luzia do Cariri, São José dos Cordeiros, Serra Branca, Gurjão, Santo André, Parari, Sucuru. Com o desenvolvimento local, os distritos de Serra Branca, São José dos Cordeiros, Gurjão e Congo passaram à categoria de municípios no final dos anos 1950.



Fig. 3: O município de São João do Cariri

Fonte: www.cprm.gov.br

João de Lyra Tavares (1982 [1909]), ao analisar a distribuição das sesmarias, percebe que em meados do século XVII, o território hoje ocupado pelo município de São João do Cariri foi concedido ao alferes Custódio Alves Martins, morador da Capitania de Pernambuco, requerida por doação em 17 de novembro de 1699. Este, que havia descoberto terras na cabeceira e nascentes do Rio Paraíba, delas se apossou por um período de três anos, dando-lhe o nome de Sítio São João. Com o intuito de povoar as terras paraibanas adentrou pelo sertão ocupando-o com a criação de gado. O medo de cair nas mãos dos gentios fez com que certos locais não estivessem ocupados pelos colonizadores. Esta jurisdição pertencia ao governo e a concessão das terras foi feita pelo capitão-mor Manoel Soares de Albergaria. As terras solicitadas por ele compreendiam duas léguas rio acima e duas léguas rio abaixo.

Nesta sua entrada, Custódio Alves Martins descobriu terras que o gentio, denominado bravo, chamava de “Cujajique” e que denominou de Sítio São João. Esta concessão deixou de fora as pedreiras e algumas aldeias de índios. Ela foi confirmada pelo Rei de Portugal em 22 de Março de 1702 e, neste período, as populações indígenas ainda se encontravam na região.

Segundo a *Encyclopédia dos Municípios Paraibanos* (1975), o Sítio São João foi o primeiro núcleo populacional depois das populações indígenas que ali viviam. Seus desbravadores, portugueses e brasileiros, procedentes da Capitania de Pernambuco, aliaram-se aos índios Cariri e formaram uma aldeia a que deram o nome de Travessia que teve rápido desenvolvimento. A 3 de abril de 1750 foi criada a Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres

que teve, como sede, uma igreja construída pelos jesuítas em uma época não identificada, tornando-se a padroeira do município, com festa se realizando nos dias 7 e 8 de setembro.

Ainda de acordo com as informações contidas na Enciclopédia dos Municípios Paraibanos, em 1776, foi elevada à categoria de Julgado, através do Alvará de 17 de abril, recebendo o nome de Cariri Velho, ou Cariri de Fora, segundo alguns autores, para distinguir-se de outra aldeia de Cariris, localizada em Fagundes, posteriormente transferida para Pilar. Campina Grande, reunindo melhores vantagens, disputou-lhe a supremacia. Sua elevação à Vila data de 3 de abril de 1798, com o topônimo de São Pedro, em homenagem ao Príncipe Regente. Com a doação do terreno pelo Sargento-Mor, José Francisco Alves Pequeno, a vila foi instalada oficialmente a 5 de maio de 1803, estando presente o Ouvidor-Geral da Capitania. Recebeu, então, a denominação de Vila Real de São João, também homenageando o príncipe regente D. João. Em 1822, mesmo ano da Independência do Brasil, o território da província da Parahyba foi dividido em três comarcas: a da Capital, a de Campina Grande e a de São João do Cariri.

Continuou a progredir e teve sua elevação à categoria de comarca pela Lei Provincial nº 27, de 6 de julho de 1854, sendo suprimida em 1930 e restaurada pelo Decreto nº 403, de 25 de julho de 1933.

A população atual do município descende de remanescentes dos índios Cariris, de colonos portugueses e brasileiros procedentes de Pernambuco, sendo insignificante o elemento negro.

3.3.1 Os Oliveira Ledo

Não poderíamos falar do sertão paraibano sem mencionar o papel que a família Oliveira Ledo teve no movimento de conquista. Adentrar em terras habitadas por povos alheios aos costumes civilizatórios, nos modos de vida europeizados, não era uma tarefa das mais fáceis. A família Oliveira Ledo teve um papel importantíssimo neste momento da penetração do gado no sertão paraibano, pois, segundo os historiadores paraibanos, como Elpídio de Almeida (1979), Celso Mariz (1980), Horácio de Almeida (1978), Wilson Seixas (2000) dentre outros, foram os membros dessa família os primeiros a se situarem no interior da Paraíba, a uma distância superior a 14 léguas de distância da região litorânea.

Fazendo uma pesquisa sobre a genealogia desta família percebemos que tudo começou com Antônio de Oliveira Ledo e Custódio de Oliveira Ledo, seu irmão, os quais saíram da Bahia, mais precisamente da região san-franciscana, em 1664, para explorar uma sesmaria que lhe havia sido concedida ao longo do Rio Paraíba, medindo 50 léguas de comprimento por 10 léguas de largura².

Quem governava a Capitania da Paraíba, no momento da chegada dos Oliveira Ledo nestas terras, era Alexandre de Sousa Azevedo que, ao saber das atividades de Antônio de Oliveira Ledo o convidou para uma missão de reconhecimento do sertão paraibano. Esta sua primeira ida ao sertão, por ter sido um pedido feito pelo governador da Capitania, lhe rendeu o título de Capitão da Infantaria de Ordenanças do Sertão da Paraíba

E a figura de sertanista que se impõe como o primeiro a pisar o semi-árido paraibano foi Antônio de Oliveira Ledo, o qual, procedente da Bahia, atravessou o São Francisco e, seguindo o curso do Moxotó, um dos principais afluentes desse rio da unidade nacional, entrou na Paraíba através do rio Sucuru e prosseguiu pelo rio Paraíba até atingir a região do Boqueirão. Ali fundou uma aldeia que recebeu este nome e se estabeleceu, dando os primeiros passos para o povoamento da região do Cariri Velho. (SEIXAS, 2000, p.101)

Para Mello (1994, p.69), a chegada de Antônio de Oliveira Ledo nas terras da Capitania da Paraíba, não demonstra que eles foram os grandes descobridores destas paragens, pois o sertão já havia sido parcialmente ocupado pela Casa da Torre desde 1663. Segundo Seixas (2000, p.111), as terras dos Dias d'Ávila ocupavam mais de 70 léguas entre os rios São Francisco e Parnaíba (fig. 4). A Casa da Torre empreendeu um roteiro de entrada por estes sertões que atravessavam a Paraíba nas imediações do Rio do Peixe e, após a morte de Francisco Dias d'Ávila, sua esposa, Leonor Pereira Marinho assume a responsabilidade dos negócios da Casa da Torre e arrenda algumas sesmarias para Theodósio de Oliveira Ledo.

Para vermos como era grande a extensão de terras pertencentes à Casa da Torre observamos o que diz Seixas sobre sua extensão territorial na Capitania da Paraíba:

A Casa da Torre, graças ao regime latifundiário que instituíra no Nordeste brasileiro, detivera em suas mãos quase um terço das terras do sertão da Paraíba. Era sesmeira no Piancó, Piranhas de Cima e Rio do Peixe. No livro de Notas do Cartório de Pombal, encontramos diversas escrituras públicas, relativas aos domínios territoriais da Casa da Torre, também conhecida como

² Em nossa pesquisa observou-se que esta sesmaria não está relacionada nos Apontamentos para a História Territorial da Paraíba, de João de Lyra Tavares. As semarias número 17 e 18 deste mesmo volume se limitam aos anos de 1624 e 1699, não sendo citado o ano de 1664.

Casa de Tatuapara. A escritura de arrendamento que fizera, em 1702, o capitão-mor Teodósio de Oliveira Ledo, de 16 propriedades situadas no rio do Peixe e pertencentes à Casa da Torre, prova o marco de sua expansão povoadora no sertão da Paraíba (SEIXAS, 2000, p. 112)

Na ocupação da família Oliveira Ledo do sertão paraibano, sua expansão se deu de forma latitudinal, ou seja, de leste para oeste, estabelecendo vias de penetração visando atingir duas direções. A primeira delas seguindo o curso do rio Paraíba até o rio Taperoá, afluente deste, seguindo até o curso do rio Espinharas, nas imediações de Patos, voltando até o rio Piranhas e alcançando a região do Seridó. A outra ia em direção ao sul, desde Boqueirão, chegando a alcançar o território pernambucano (MELLO, 1994).



Fig. 4: Mapa Original de Wilson Seixas sobre as vias de penetração no sertão da Paraíba e seus limites territoriais (1975).

Fonte: Pesquisas para a história do sertão. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, João Pessoa, n. 21, 1975.

Constantino de Oliveira Ledo, filho de Custódio de Oliveira Ledo, em 1692, assume o cargo de capitão das fronteiras de Piranhas e Piancó. Seixas (2000) afirma que ele tem um papel de destaque na atuação da luta contra os índios tapuias do sertão da Paraíba, mas, em 1694, vem a falecer, passando o cargo que possuía a Teodósio de Oliveira Ledo, seu irmão.

Nestas suas lutas contra os tapuias do sertão Teodósio agiu de forma rígida contra os povos que, por ventura, ele veio a enfrentar. Quando ele assume este cargo de capitão, empreende vários combates com os índios tapuias que vinham hostilizando os moradores dos sertões. Isto porque, estes índios estavam descontentes com a ocupação realizada pelo movimento expansionista que, na maioria das vezes faziam estas populações nativas saírem de seus locais de moradia para dar lugar aos núcleos de povoamento estabelecidos pelos colonizadores.

Em alguns destes conflitos, como forma de manter o controle da agressividade indígena, Teodósio mandou executar alguns destes índios por considerá-los “inválidos” para seus propósitos, fato este muito censurado pelo Conselho Ultramarino que recomendou um tratamento mais atenuado ao gentio, pois este tipo de atitude poderia prejudicar as intenções da Coroa que buscava a paz com os Tapuias por motivo de procurar estabelecer a indústria pastoril e a lavoura nos locais colonizados (SEIXAS, 2000).

Em 1698, ele fundou o arraial de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Piancó, na região do Piranhas, atualmente a cidade de Pombal. Este arraial foi a primeira localidade chamada de povoação e o principal centro irradiador do povoamento do sertão da Paraíba, do Rio Grande do Norte e Ceará (MELLO, 1994).

Demonstrando a dimensão desta povoação Seixas diz:

A jurisdição desta povoação abrangia todo o sertão do Piranhas, cujos limites se estendiam desde o sertão do Cariri Velho, na Paraíba, até a vila do Icó e o sertão do Jaguaribe, no Ceará, desde o sertão do Pajeú, em Pernambuco, até o vale do Jucurutu, no Rio Grande do Norte. (SEIXAS, 2000, p. 108)

No pensamento de Mello (1994) e Seixas (2000), Teodósio de Oliveira Ledo pode ser considerado o pioneiro do movimento de entradas no sertão paraibano e tinha a preocupação de procurar estabelecer um meio de comunicação entre o litoral e o sertão, de forma a procurar sempre manter contatos com o litoral. Isto demonstra que mesmo com a distância e as dificuldades encontradas pelos conquistadores, sejam eles capitães ou bandeirantes, sempre existia uma rede de relações estabelecidas entre os centros de poder das capitâncias e as diversas atividades existentes na mesma e que eram, de certa forma, controladas por um governo centralizador. Estes movimentos denominados entradas e bandeiras se tornaram característicos no que era considerado sertão no período colonial e puseram em evidência o controle fundiário exercido sobre as terras paraibanas e que demonstra uma zona sertaneja em

monopólio, dividido entre a Casa da Torre e os Oliveira Ledo que exerciam o controle da organização política, econômica e social destas regiões.

As fronteiras territoriais da Paraíba foram, aos poucos, se consolidando a partir do momento em que as fazendas do sertão vão sendo ocupadas completando a sua unidade territorial, principalmente após o século XVIII, com a intensificação da ocupação territorial realizada pelos colonos.

A grande quantidade de solicitações de sesmarias, de terras consideradas devolutas, ao reino, figura o sistema latifundiário existente nas terras brasileiras durante tantos anos. A grande concentração de terras faz com que apenas uma parte da população se favoreça deste sistema latifundiário que caracterizou a História do Brasil até os dias atuais. O Coronelismo é um reflexo desta concentração, demonstrando o grande poder que se tinha em possuir grandes quantidades de terra e procurar manipular todo um modo de vida das populações consideradas desfavorecidas. Tudo passa a girar em torno das oligarquias. O poder dos governos passa pelas mãos dos grandes senhores. Acontece, neste momento, o início da guerra de poder das famílias do sertão, disputas estas existentes em vários municípios até os dias atuais.

3.4 OS ÍNDIOS DO INTERIOR PARAIBANO: OS TAPUIAS DO SERTÃO

Como sabemos, a maioria dos estudos sobre os povos indígenas do Nordeste no período colonial se dá com relação aos índios que se localizavam na região do litoral, os tabajaras e os potiguaras. Mas isto, aos poucos, está mudando. Já existe uma maior preocupação de muitos pesquisadores de diversas áreas, dentre elas a Antropologia e a Arqueologia, que demonstram uma preocupação maior em analisar as populações que viviam no interior do Nordeste, no período colonial.

Segundo Ricardo Medeiros (2002), a utilização de novas fontes e a proposta de novas metodologias e áreas de saber como a Antropologia, a Lingüística e a Arqueologia, permite um maior avanço dos estudos culturais destes povos que, na maioria das vezes, não mais estão presentes no nosso território.

Ao historiador, interessa entender os diversos modos de vida destes povos indígenas, percebendo-se a necessidade de se estabelecer uma visão diferente dos estudos sobre estas populações, de forma a estudá-los de uma maneira que mostre o índio sempre presente na nossa história, e que o distanciamento percebido e confirmado pela historiografia dita

positivista, colocando-os como elementos coadjuvantes no nosso processo histórico e social, ou seja, “de dentro para fora”, deixe de ser a base da nossa proposta de estudo para colocá-lo como o nosso foco principal de análise.

Os povos considerados ágrafos se tornaram pouco visíveis como sujeitos no processo histórico, de forma a não lhes ser dado os direitos indígenas enquanto parte de seu processo histórico, o que vem aos poucos provocando uma mudança de pensamento dos próprios grupos indígenas na atualidade, a partir do momento em que eles se preocupam em reivindicar estes direitos, principalmente quando mencionamos assuntos relacionados à questão territorial.

Certas mudanças vêm acontecendo graças ao esforço de alguns pesquisadores como historiadores, arqueólogos, lingüistas e antropólogos que começam a se preocupar em elaborar o que podemos chamar de uma *nova história indígena*, que vem buscando unir as propostas teóricas em relação à antropologia e à história numa nova vertente devido à crescente demanda de pesquisas que vem acontecendo nos últimos anos.

Todo este movimento se deu a partir dos anos 80, demonstrando uma nova tendência da historiografia brasileira através de uma renovação no estudo das fontes de pesquisa, onde os estudos do período colonial se renovaram e aumentaram, assim, os estudos sobre os personagens, até então, esquecidos pela história. Acredita-se que toda a conjuntura vivida pelos brasileiros durante o início da abertura política e o fim da ditadura tenha corroborado para se repensar o modo que a história estava sendo escrita.

Autores como Manuela Carneiro da Cunha (1992), Cristina Pompa (2001) e Beatriz G. Dantas (1992), dentre outros, procuram sempre colocar a história dos povos indígenas numa visão menos estática, de forma que estes povos fossem descendentes de populações que se instalaram por aqui há milhares de anos e ocupavam todo o território brasileiro.

O século XVI foi o período em que as bases coloniais estavam sendo implantadas. A economia açucareira vem para se estabelecer favorecendo a ocupação do litoral até porque esta atividade não se adaptaria nas terras do sertão, pois estas apresentavam um clima semi-árido, incompatível com a produção açucareira. Isto favoreceu o estabelecimento de engenhos em toda a costa colonial demonstrando que a preocupação da Metrópole, nesta época, estava limitada apenas ao litoral, chegando até as serras da Chapada, pois existia uma grande indeterminação quando se pensava nas regiões mais ocidentais da Capitania.

A falta de informações relacionadas às populações que viviam no interior, em muito contribuíram para que ocorressem interrogações sobre os próprios grupos que por lá viviam. Esta generalização não se limita apenas ao topônimo, mas a uma indefinição quanto a alguns aspectos das fronteiras culturais destes povos.

Nas observações de Rodolfo Garcia no prefácio da obra de Mamiani sobre os indígenas que eram denominados Tapuias ele declara que:

Sob o nome genérico de Tapuias andaram nos primeiros tempos confudidos com outros índios que infestavam a região de seu domínio. Por isso mesmo, ainda hoje torna-se difícil saber, com absoluta certeza, entre tantas alcunhas tribais, quais eram o de origem Quiriri, que eram os Caraíbas e os Gês. Quiriri alterado em Cariri, é qualificativo tupi, que significa – calado, silencioso – e que indica, sem dúvida, uma característica etnográfica tanto mais notável quanto se sabe que os outros índios eram palradores incoercíveis. Quiriri aplicar-s-eia propriamente às tribos da Baía: Cariri às tribos do Norte. (GARCIA apud MAMIANI, 1942 [1698], p. 21-22).

A descrição utilizada para o que explicaria o termo “Tapuia” incluía a todos os povos que não falassem a língua Tupi, e, segundo Lima ao analisar Gabriel Soares de Souza:

Corre esta corda dos tapuias toda esta terra do Brasil pelas cabeceiras do outro gentio (os povos tópicos), e há entre eles diferentes castas, com muitos diferentes costumes, e são contrários uns dos outros (...) são tantos e estão tão divididos em bandos, costumes e linguagem, para se poder dizer deles muito, era necessário de propósito e devagar tomar grandes informações de suas divisões, vida e costumes. (LIMA, 2003, p.35)

Alguns historiadores, quando falam sobre as populações que viviam no interior paraibano, dividem este território como ocupado por duas grandes nações indígenas: a nação Cariri e a nação Tarairiu. Sabe-se, ao analisar a diversidade de grupos existentes nesta região, que esse topônimo Tarairiú compreende uma complexidade de populações que se apresentam dispersas e possuem aspectos culturais e étnicos distintos.

Dizer que as populações denominadas Tarairiú apresentavam uma homogeneidade em seu aspecto cultural e idiomático seria um pouco complicado, até porque, esses povos que viviam no interior paraibano não deixaram documentos escritos que pudessem fazer esta afirmativa e agrupá-los de forma a considerá-los como se fossem apenas uma única unidade. Afirmar isto, demonstraria uma contradição relacionada aos aspectos culturais e históricos dos mesmos. É o caso de Borges (1993) e Mello (1994), pois, nestas visões, os Tarairiús são

divididos em diversas tribos como os Janduís, os Ariús, os Pegas, os Panatis, os Sucurus, os Paiacus, os Canindés, os Genipapos, os Cavalcantis e os Vidais.

Para Borges (1993), a necessidade de novos estudos sobre os indígenas da Paraíba dificulta a possibilidade de se estabelecer uma classificação que procure explanar sobre os índios que viveram no sertão paraibano. Seria preciso estudar os grupos indígenas Cariris e Tarairiús, pois foram de extrema importância para que se entendesse o povoamento do interior e que hoje se encontram praticamente extintos. Isto é percebido pelo mapa por ele apresentado e, em sua análise, ele distingue apenas esses dois grupos indígenas para o interior da Paraíba, chamando os Tarairiús de “verdadeiros tapuias do Nordeste” (BORGES, 1993, p.22).

Medeiros (2003) elabora uma tabela a partir de suas pesquisas com os documentos do Arquivo Histórico Ultramarino e da Biblioteca Nacional, mostrando os etnônimos e topônimos que pudessem identificar os grupos indígenas que viviam no sertão da Paraíba.

Relação de Aldeias da Capitania da Paraíba sujeitas ao Bispado de Pernambuco em 1746			
Região	Aldeia	Missionário	Povos
Paraíba	Jacoca	Beneditino	Caboclos de língua geral
Paraíba	Utinga	Beneditino	Caboclos de língua geral
Mamanguape	Baía da Traição	Carmelita da reforma	Caboclos de língua geral
Mamanguape	Preguiça	Carmelita da reforma	Caboclos de língua geral
Mamanguape	Boa Vista	Religioso S. Teresa	Canindé e Xucuru
Taipu	Cariris	Capuchinho	Tapuia
Cariri	Campina Grande	Hábito S. Pedro	Cavalcanti
Cariri	Brejo	Capuchinho	Fagundes
Piancó	Panati	Religioso S. Teresa	Tapuia
Piancó	Corema	Jesuíta	Tapuia
Piranhas	Pega	Sem missionário	Tapuia
Rio do Peixe	Icó Pequeno	Sem missionário	Tapuia

Quadro 1: Tabela apresentada por Medeiros no Encontro Nacional da ANPUH/2003, com o trabalho “Entre Guerras, Currais E Missões: Povos Indígenas Nos Sertões Da Antiga Capitania Da Paraíba”.

Os Tarairiú, pela sua barbárie, foram classificados como tapuias que não se apresentam dentro dos denominados Cariris, mas que, ao mesmo tempo, fazem parte do sertão

nordestino. Estes grupos apresentam uma grande capacidade de mobilidade dentro do espaço semi-árido, onde a caatinga e a seca castigam seus habitantes, mesmo os que já se adequaram ao ambiente hostil.

Os índios de Corso, caçadores-coletores nômades, também conhecidos como bárbaros, andantes, ocupavam grandes regiões – áreas de perambulação – uma vez que a economia extrativista exigia migrações mais extensas a fim de atender as demandas de abastecimento grupais. Não possuíam mais que instrumentos de pedra, osso ou madeira, úteis na caça e coleta. Estes grupos, muitas vezes, eram formados por largos contingentes, divididos em pequenos subgrupos, estratégia necessária como forma de distribuir mais eficientemente as áreas de coleta. (LIMA, 2003, p. 44)

Outros índios tapuias que ocuparam a região do atual Cariri paraibano eram os índios Sucurus. Eles ocuparam o sul da Capitania, formando uma área triangular entre as serras de Jacarará e Jabitacá e o rio Sucuru, onde hoje está localizada a cidade de Monteiro e algumas cidades circunvizinhas. Suas aldeias se localizavam entre os rios Curimataú e o Araçagi. Durante os conflitos existentes a partir do contato, eles foram levados ao norte da Capitania para combater com os índios Janduys, denominado Tarairiú, que se encontravam na fronteira com o Rio Grande. Os índios Janduys estavam devastando esta região, causando medo aos habitantes do local. (JOFFILY, 1977).

Maximiano Lopes Machado (1977), analisando pesquisadores ou interessados na história indígena paraibana, coloca que ocorreram dois tipos distintos de populações indígenas neste território. Uma seria mais parecida com a etnia mongol, com a cor da pele e rosto característico da região asiática, os tapuias, e a outra de ramificações menores de origem caucaseana, falantes da língua tupi. As conclusões afirmadas por Machado (1977) sobre o fato de alguns povos apresentarem características caucasianas, podemos dizer que foi uma visão distorcida, pois se analisar as características destes povos veremos que eles não possuem semelhança com os povos que por aqui habitaram em períodos passados. É complicado fazer esta afirmação sem uma análise mais aprofundada das características físicas dos mesmos.

Continuando suas afirmações, percebe-se entre eles uma grande diferença tanto relacionada ao porte físico como ao fator cultural destes povos. Em suas palavras ele os caracterizava de forma que possuíam “as maçãs do rosto muito salientes e o ângulo do olho inclinado para frente”. Eram robustos e com baixa estatura.

Esta visão é feita de forma interpretativa, pois o período em que foi escrito a obra clássica de Machado estes grupos não mais existiam nesta região.

Observando o mapa de Curt Nimuiendajú (2002), a região do Cariri paraibano demonstra a presença de índios Sucuru, Ariú, Canindé, considerados Tarairiús, por alguns autores, e os próprios Cariri. A partir deste dado, podemos colocar a hipótese de que o etnônimo Tarairiú é utilizado em relação aos Cariri do mesmo modo que o Tapuia é relacionado aos Tupi, ou seja, elementos de classificação que se constroem em oposição ao outro.

Esta denominação Tarairiús coloca todos os grupos indígenas que não se denominavam Cariri como uma única etnia, o que não se enquadrava na realidade destes grupos que apresentavam uma grande diversidade cultural.

O termo genérico “Tapuia” se tornou historicamente construído pelos responsáveis pela expansão colonial que se lançaram na conquista do sertão, como forma de ocupação da região na busca de metais preciosos. Personagens como os Oliveira Ledo, provenientes da Bahia, juntamente com os índios Tapuias que viviam nestas paragens, se tornaram atores principais deste processo de colonização.

Os Tapuias são povos que habitavam a região do semi-árido nordestino, que Elias Herckman (1982, p.67), em sua “Descrição Geral da Capitania da Paraíba”, descreve como “um povo que habita no interior para o lado do ocidente sobre os montes e em sua vizinhança, em lugares que são os limites mais afastados das Capitanias, ora ocupadas pelos brancos, assim neerlandeses como portugueses”. Seguindo suas idéias, os Tapuias adotam um sistema de semi-nomadismo, ou seja, vagueiam por períodos intercalados.

Uma característica destes povos é que possuíam crenças religiosas ligadas a astros, adorando, principalmente, a Ursa maior. Acreditavam na imortalidade da alma e na felicidade eterna. Uma morte repentina representava uma atitude negativa da parte divina. Quando a morte vem naturalmente:

A alma dirigia-se para o ocidente, e parava á margem de outra margem, conduzida por um demônio, que lhe outorgava a faculdade d'entrar n'um logar encantado, em que o mel, a fructa e a caça enovavam eternamente todas as delicias imaginaveis da vida selvagem. (MACHADO, 1977, p.107)

Sabe-se, pela historiografia tradicional, que estes povos possuíam costumes antropofágicos o que causava um impacto nas suas relações com os colonizadores. O receio de se tornarem prisioneiros e, muitas vezes, serem sacrificados fez com que o português mostrasse, de certo modo, uma reserva nas suas relações de amizade com o elemento tapuia. Os próprios missionários foram vítimas desta barbárie por parte destes povos e isto aumentou a preocupação da Coroa em dinamizar o processo de dominação sobre estas populações.

Os tapuyas dividiam-se em setenta e seis tribus, e cada uma delas adoptava um nome particular. Nem todas eram anthropofagias segundo está provado por testemunhas oculares, e pelas mais sinceras relações. Contudo era costume devorarem o cadáver do chefe, o guerreiro o do guerreiro, e assim por diante, em meio de gritos afflictivos e de copiosas lagrimas! (MACHADO, 1977, p. 107)

Estes povos permaneceram desconhecidos até a segunda metade do século XVII, quando ocorreu a expulsão dos holandeses da colônia e início da restauração portuguesa. Com a expulsão dos holandeses percebe-se a necessidade de ocupação do sertão e a busca de alianças com os povos que viviam por lá.

É a partir deste momento que se iniciam os primeiros conflitos originados pelo contato. Estes movimentos de resistência destes povos do sertão ajudaram no imaginário gerado em torno dos povos tapuias, os colocando como gentio brabo, guerreiros e bárbaros, uma projeção de alteridade frente às visões ocasionadas pelo contraste litoral e sertão. Segundo Lima (2003, p.36), “os tapuias são seres de estranha desumana natureza, por isto não são passíveis de serem colocados abaixo de sujeição, ou dentro de qualquer forma regular de convivência, sempre mais aptos a destruir que a plantar ou armazenar...”.

Na obra de Ambrósio Fernandes Brandão, *Diálogos das Grandezas do Brasil*, de 1618, o gentio tapuia é um extrativista, saindo em bandos em busca do seu sustento. Para Brandônio, além de vida andarilha estes povos eram excelentes caçadores, possuindo uma técnica arrojada na busca pelo alimento:

Estes tapuias vivem no sertão, e não têm aldeias nem casas ordenadas para viverem nelas, nem menos plantam mantimentos para sua sustentação; porque todos vivem pelos campos, e do mel que colhem das árvores e as abelhas lavram na terra, e assim da caça, que tomam em grande abundância pela frecha, se sustentam, e para isto guardam esta ordem: vão todos juntamente em cabilda assentar seu rancho na parte que melhor lhes parece, elevando para isso algumas choupanas de pouca importância, e dali vão buscar o mel e caça por roda, por distância de duas ou três léguas. E

enquanto acham esta comedia, não desamparam o sítio, mas, tanto que ela lhe vai faltando, logo se mudam para outra parte, aonde fazem o mesmo; e desta maneira vão continuando com sua vivenda sempre no campo, com ajudar sítios, sem se cansarem em lavrar nem cultivar a terra; porque a sua frecha é o seu verdadeiro arado e enxada, a qual também não usam juntamente com o arco, como faz o demais gentío; porque com ela tomada sobre mão, com a encaixarem em uns canudos, que no dêdo trazem, fazem tiros tão certeiros e com tanta fôrça que causa espanto, de modo que quase nunca se lhe vai a caça, a que lançam a frecha por esta via. (BRANDÃO, 1618, p.78)

A diversidade existente entre os povos que habitavam o interior, os chamados tapuias, demonstra a diversidade cultural e histórica presente numa área que apresentava suas dificuldades ambientais, mas que, ao mesmo tempo, foi palco de diversos conflitos de terra no período da restauração.

3.4.1 Os índios Cariri do sertão paraibano

Cariri é a designação da principal família de línguas indígenas do sertão do Nordeste, onde vários grupos locais ou etnias foram ou são referidos como pertencentes ou relacionados a ela. O mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju (2002) mostra o deslocamento desses índios e os divide em Kipea-Kariri e Dzubukua, que ocupam espaços distintos geograficamente. Os muitos grupos cariri existentes ao norte do Rio São Francisco, principalmente nos atuais estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, enfrentaram a epopéia de uma guerra de extermínio que se seguiu a expulsão dos holandeses e que durou toda a segunda metade do século XVII. Eles ocuparam, preferencialmente, as áreas próximas ao rio São Francisco e seus principais afluentes, seguindo em direção setentrional em busca de outros locais adequados para sobrevivência. Isto é percebido quando Beatriz G. Dantas *et all* relata, ao se referir aos povos indígenas do sertão nordestino, analisando os índios Cariri como presente em várias localidades além da região do rio São Francisco. Segundo ela:

Reconhece-se, porém, sem dificuldade, a predominância da família Kariri, presente desde o Ceará e a Paraíba até a porção setentrional do sertão baiano, mas não se definem bem os seus contornos já que apenas quatro de suas línguas – Kipeá, Dzubukuá, Kamuru e Sauyá – chegaram a ser identificadas e apenas a primeira delas suficientemente bem descrita, ainda no período colonial, graças ao trabalho de Mamiani (1968). (Dantas, 1982, p.432)

Os registros mais abundantes sobre estes povos do sertão, de uma forma geral, são os de origem religiosa que estabeleciam um contato com estes povos com a intenção de propagar a fé cristã, alegando a necessidade de expandir a doutrina católica.

Capistrano de Abreu, em *Caminhos antigos e povoamento do Brasil* apresenta os índios Cariri como majoritários dentro do sertão nordestino, o que nos coloca uma interrogação quando paramos para analisar este fato (LIMA, 2003). Esses índios tiveram um contato mais intenso e contínuo com os conquistadores e missionários, mas isso não os qualifica numa posição de destaque frente aos outros grupos que viviam nesta região semi-árida.

Segundo Martinho de Nantes, quando falamos em sua religiosidade, esses índios:

Tinham um deus para as culturas que a terra produzia; outro para a caça; outro para os rios e as pescarias, e a todos esses deuses deixavam tempo para as festas em sua honra, e manifestavam sua adoração com alguns sacrifícios, que incluíam as mesmas coisas que recebiam, por meio de cerimônias pouco diferentes, constituídas de danças, pintura do corpo, festins quase sempre impudicos, praticando o adultério, a que não davam nenhuma importância (apud LIMA, 2003, p.72).

Falar sobre os relatos escritos pelos missionários nos limita a uma análise das fronteiras culturais destes povos. A importância desses registros afasta-nos de um contexto etnológico, por apresentarem um caráter subjetivo, dado pelos próprios missionários com a sua visão européia. Esses mesmos registros não conseguem transparecer a realidade em que estes povos viviam, apenas demonstravam a visão do colonizador e o que eles achavam necessário que fosse visto e comentado.

Observando os mitos existentes entre os índios Cariri se percebe que a existência de um “pan-culturalismo”, como diz Lima (2003, p.70), demonstrando que ocorreu no Brasil, também na Paraíba, uma convivência “pan-cultural e pan-linguística” dos povos que habitavam a região dos sertões de forma a questionar este conceito não vai reafirmar o termo genérico “tapuia” utilizado para agrupar todos os povos que viviam nestes locais antes da chegada dos europeus. Isto é percebido porque se tentou, através da generalidade, envolver diversos grupos em apenas um único, o que distorce a realidade dos mesmos por cada um deles apresentarem características culturais próprias.

Segundo Joffily:

São oito as aldeiras Carirys, mencionadas nos documentos públicos: aldeia dos Icós Pequenos (Souza); aldeia dos Pegas (Pombal); aldeia de Nossa Senhora do Rosário do Curema de São João do Brejo de Fagundes; aldeia do Pilar; aldeia de Santa Thereza e Santo Antônio da Bôa Vista, das tribus Sucurús e Canindés; não faltando na primeira de todas, a do Boqueirão, no rio Parahyba. (JOFFILY, 1977, p.120)

A existência de diversas tribos dentro do Nordeste estabelece uma preocupação na formação das fronteiras culturais de cada uma das populações que viviam nesta região. Os próprios índios Cariri apresentavam-se dispersos em todo o território paraibano. É verdade que existiam lugares onde ocorriam uma maior concentração desta população, mas isto não os fazia se limitar apenas a estas regiões, podendo estar dispersos em outros locais, pois, muitas vezes, eles mudavam de local em busca de melhores condições de vida ou, muitas vezes, fugindo do próprio colonizador que se apossava dos locais onde estavam as aldeias destes povos.

As informações contidas no Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju (2002), principalmente as que revelam os diferentes etnônimos encontrados no sertão nordestino, de leste a oeste, se observa a presença dos índios Cariri em vários locais do interior paraibano, como no Agreste, Borborema e no atual Sertão. No mapa, ele coloca esses índios como uma família linguística, procurando demonstrar sua distribuição geográfica, assim como faz com as outras famílias e línguas isoladas. Esse mapa, além de distinguir as sociedades indígenas segundo a classificação lingüística, as situa em mais de um local, conforme seu deslocamento ao longo do tempo, anotando sob seu nome, e em alguns casos, o ano em que ali se encontrava.

Na região do Pilar, numa localidade denominada Bultrin, existia um aldeamento Cariri, nas proximidades da Serra de Bodopitá, “uma cordilheira de grande extensão de elevação residual soerguida no platô do Planalto da Borborema (BRITO *et all*, 2006). Era o Julgado de Cariri de Fora. Segundo Sales (1990) não se sabe ao certo quais os missionários foram os responsáveis pela catequização dos mesmos, pois não se tem registro dos missionários que por lá estiveram. Os índios Bultrins se transferiram, em 1670, para a missão de Nossa Senhora do Pilar, em Taipu. Esses índios foram expulsos de suas terras, as quais se transformaram em sesmarias e foram arrendadas por diversas famílias da região.

Toda a região marcada pela presença dos Cariri, é vista desde as serras dos Cariris Velhos e dos Cariris Novos, respectivamente nas divisas entre Paraíba e Pernambuco e entre Paraíba e Ceará; na região do Cariri, a sudoeste de Campina Grande, na Paraíba, e, no Vale do

Cariri, que ocupa toda a bacia do Alto Jaguaribe, no Sul do Ceará. Dos Cariri do São Francisco para o Sul, chegaram a habitar diversas missões de padres capuchinhos situadas nas ilhas do rio, no século XVIII, sobre os quais há dois importantes relatos feitos pelos padres: Bernardo de Nantes, hoje uma obra rara; Martinho de Nantes , autor da "Relação de uma Missão no São Francisco". Ambos trazem preciosos relatos dos costumes dos povos Cariri.

Isto é verificado por Martin de Nantes e Bernardo de Nantes quando fazem relatos sobre os hábitos culturais destes povos. Segundo Bernardo de Nantes:

Ora, de modo a dar um conhecimento claro sobre o estado presente em que se encontram esses índios cariris e essa nova cristandade, convém primeiramente dar a receber a respeito das condições passadas nas quais eles se encontravam, pois é daí que se pode julgar de uma maneira sã o pouco ou muito do fruto que Deus operou pelos ministros. Eram, portanto, antigamente, homens em aparência e selvagens de fato, demonstrando forma humana por fora, mas guardando instintos de bestas por dentro, vivendo sem fé, sem rei e sem lei, o que demonstra certamente a língua deles que não admite essas 3 letras: "F", "R" e "L", que constituem as três letras primordiais desses 3 substantivos, de maneira que para dizer "Filipe", eles dizem "Pilipe", e para dizer "Pedro", eles dizem "Petro", sem pronunciar de modo distinto nem o "L", nem o "R", mas confundindo um com o outro (apud Lima, 2003, p. 71).

Nas idéias de Irineo Joffily (1977), os primeiros passos para a catequese dos índios Cariri foi dado oitenta anos após iniciada a colonização da Paraíba. Tudo começou nas proximidades de Pilar, lá sendo fixada uma missão cariri. Eles convenceram os índios a se instalarem na margem esquerda do rio Paraíba. As missões avançaram em direção à Borborema e, neste planalto, funda-se a segunda aldeia dos Cariri onde está localizada a atual cidade de Campina Grande.

O desejo de novas descobertas faz com que os movimentos de bandeiras e entradas continuem na conquista do sertão paraibano e, aos poucos, chegam a regiões mais distantes como a localidade de Piranhas. Com a confrontação do movimento de conquista do sertão, as tribos dos índios Cariri refugiaram-se nas serras, em locais onde podiam avistar os seus perseguidores que, normalmente, vinham pelos caminhos às margens dos rios.

Devido à insatisfação indígena existente frente às medidas tomadas pelo colonizador que via apenas os seus próprios interesses nas relações entre eles, esses povos se unem e passam a estabelecer conflitos diretos com esses colonizadores demonstrando resistência à idéia de submissão imposta pelo europeu.

3.4.2. Guerra dos Bárbaros ou Confederação dos Cariris?

Quando falamos em “Guerra dos Bárbaros” nos referimos aos conflitos dos povos generalizados como Tapuia do sertão nordestino. Na própria documentação colonial quando fala de sublevações indígenas, se utiliza esta denominação. Segundo Puntoni (2002, p.77), “a Guerra dos Bárbaros foi igualmente tomada pela historiografia como uma confederação das tribos hostis ao império português, um genuíno movimento organizado de resistência ao colonizador”.

Nas palavras de Puntoni (2002), o termo “Confederação dos Cariris” seria uma denominação romântica do que seria a Guerra dos Bárbaros. Segundo Câmara Cascudo (apud Puntoni, 2002, p.13), a guerra dos índios no sertão do Rio Grande pode ser definida por “... muita confusão. Muita luta. Muito mistério”. Estes adjetivos não se relacionam apenas quando se fala no Rio Grande, mas a todos os conflitos existentes contra os povos nordestinos, o qual Puntoni, em sua obra, denominada de “Guerra dos Bárbaros”, relata que esses conflitos foram resultado das mais diversas situações criadas ao longo do século XVII, principalmente na segunda metade, e não se restringiu a um movimento único de resistência (PUNTONI, 2002).

Os colonizadores, na sua tentativa de estabelecer um domínio dos campos agrícolas e de criação de gado, tentaram, de todas as formas, eliminar as nações tapuias, que se localizavam em todos os sertões do Nordeste. Através da catequização e das chamadas “guerras justas”, a escravidão e o massacre demonstraram que o europeu não estava preocupado em procurar conviver pacificamente com os processos culturais dos povos que viviam no interior. Estabelecer os núcleos de povoamento, na maioria das vezes, significava deslocar as populações indígenas localizadas nas proximidades dos rios e isto era estabelecer conflitos com estes tapuias.

A resistência indígena à avassaladora penetração do conquistador branco nos sertões deu-se através do que ficou historicamente conhecido como a *Guerra dos Bárbaros* ou *Confederação dos Cariri* que durante muitos anos, deu a idéia de unidade ao movimento organizado de resistência ao colonizador. Segundo Puntoni (2002, p. 79), ela era “produto do olhar europeu e aparece, portanto, no bojo da documentação colonial”. A idéia de que esses grupos que viviam nestas áreas, como o Cariri paraibano, e que combateram o colonizador de maneira aliada ou isolada reflete a complexidade cultural que estava presente nesta região demonstra a diversidade de grupos que nela existiam. Estes conflitos explanavam as

investidas guerreiras das nações Tapuia contra o estabelecimento colonial e, por assim dizer, contra as medidas impostas pelo colonizador ao colonizado.

No Nordeste, especialmente no Rio Grande do Norte e no Ceará, a Confederação dos Cariris, embora muito menos falada, quase destruiu, em seus fundamentos, a colonização lusa. Ela pegou de surpresa muitos capitães-mores do interior, que, por terem sido muitas vezes pegos de surpresa, não conseguiram esboçar qualquer reação contra estes indígenas, num primeiro momento, fazendo com que os índios rebelados fossem duramente combatidos, causando uma guerra de extermínio que contou com o auxílio de forças armadas vindas de todo o país, sobretudo de bandeirantes paulistas.

Depois das batalhas, os prisioneiros mais fortes eram exterminados a ferro frio, as mulheres e as crianças eram escravizadas e enviadas para as fazendas para indenizar os proprietários de terra dos custos da “guerra justa”. Dessas mulheres escravizadas e violadas descendemos nós - o povo caboclo. Darcy Ribeiro (2006) fala que esses primeiros “mestiços” eram “ninguém” e que, para existir, precisavam reinventar-se a si mesmo. Assim reinventamos uma nova cultura, uma nova civilização do semi-árido.

Segundo José Otávio de Arruda Mello (1994), a Guerra dos Bárbaros foi dividida em três fases. A primeira se deu no Rio Grande do Norte, em Açu, onde ocorreram conflitos com os indígenas que apresentavam um armamento contendo armas de fogo contrabandeadas dos franceses. Na segunda fase, a que teve uma maior duração, ocorreu na Paraíba, na região do Piancó, na divisa com o Rio Grande do Norte. Abrangeu, também, o sertão do Cariri, à leste, e o do Jaguaribe, à oeste, no Ceará. E a terceira e última fase, que ocorreu no Ceará com os índios refugiados dos conflitos anteriores. Os sobreviventes dessa guerra chegaram a ser reunidos em estabelecimentos missionários espalhados pelo sertão da Paraíba; pelas regiões do Seridó e do Açu, no Rio Grande do Norte; e por todo o Centro e Sul do Ceará. O comportamento rude e bélico desses índios deixou um rastro de medo e destruição em alguns locais do sertão, principalmente em locais próximos às suas aldeias.

As missões religiosas estabeleceram uma política que tinha como objetivo manter o interior povoados, favorecendo a expansão do empreendimento colonial, mesmo admitindo a existência de problemas ocasionados por esta expansão. A participação dos povos indígenas nas guerras e conflitos com os portugueses, sendo aliados ou contrários, demonstra a grande barbárie empreendida na conquista por melhores terras, as quais pertenciam às tribos que ocupavam esta área. Os documentos oficiais que retratam essas concessões demonstram apenas esses acontecimentos sob a ótica do conquistador.

Desta forma, os Cariri e os Tarairiú vão, aos poucos, sendo apagados do território paraibano, dizimados, perseguidos, e o que resta deles é aos poucos sendo esquecido, pois suas identidades vão se perdendo através do extermínio ou da presente existência de novas identidades criadas a partir deste contato, em seu processo histórico.

4 O REGISTRO ARQUEOLÓGICO NA CONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA HISTÓRICA DO CARIRI PARAIBANO

Após dissertarmos sobre a construção do espaço denominado Cariri paraibano e dos agentes responsáveis pela sua colonização e formadores das sociedades atuais procuraremos dar continuidade às nossas discussões abordando, agora, as pesquisas arqueológicas.

Discutir os estudos arqueológicos feitos na região do Cariri paraibano é o nosso objetivo neste capítulo. Para tanto, iniciamos a mesma relatando as pesquisas feitas em todo o Nordeste brasileiro e como, aos poucos, ela vai sendo efetivada e se espalha por toda esta região, chegando até a nossa área de estudo. Assim, ao explanarmos as pesquisas históricas feitas no capítulo anterior e aos arqueológicos que serão apresentadas neste capítulo nos defrontaremos com o que se pode apresentar sobre a cultura histórica existente referente aos primeiros habitantes que viveram no Cariri paraibano.

4.1.O CONTEXTO ARQUEOLÓGICO DO NORDESTE DO BRASIL

Falar em pré-história do Brasil nos remete ao período anterior à chegada do europeu por esta região. A busca por coleções que iriam valorizar o acervo museológico de países da Europa fez com que diversos estudiosos viessem ao Brasil em busca do desconhecido. É o que explica Martin quando fala que:

A pesquisa arqueológica no Brasil nasceu à sombra de viajantes, naturalistas, botânicos, geólogos e paleontólogos estrangeiros, enviados por seus países para enriquecimento de coleções de museus europeus, e também de etnólogos, estudiosos de sociedades primitivas remanescentes. (MARTÍN, 1999, p. 23)

Assim, quando analisamos a história da Arqueologia no Brasil percebe-se que o imaginário criado em torno do sertão castigado por uma vegetação espinhenta num clima denominado seco fez com que as interpretações míticas florescessem dentro da própria literatura relacionada a esta região. Nas palavras de Martín sobre as origens pré-históricas nordestinas:

[...] pode-se distinguir três tendências dominantes: a interpretação dos textos bíblicos, as navegações dos fenícios e o mito da Atlântida, esta última relacionada com a Ilha Brasil e a lenda das Sete Cidades. Dificilmente a Arqueologia pré-científica do século XIX e dos começos do atual (século XX), deixou de seguir algum desses roteiros que, na realidade, têm sua origem no desejo de derivar culturas indígenas americanas de civilizações superiores mediterrâneas. (MARTÍN, 1999, p. 35)

Não é a toa que o pensamento em torno dos registros rupestres encontrados na Pedra do Ingá levou muitos pesquisadores a levantarem a hipótese sobre a vinda dos fenícios por estes lados. Por volta de 1872, os registros da Pedra do Ingá foram encontrados, despertando o interesse do alagoano Ladislau Netto, o qual foi diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro e protegido de D. Pedro II. Durante algum tempo ele alimentou o mito fenício em torno destes registros e, mais tarde, “acabou sendo identificada como a enigmática e conhecida Itacoatiara de Ingá, na Paraíba, a mais famosa e expressiva gravura rupestre do Brasil” (MARTÍN, 1999, p. 26).

No início das pesquisas arqueológicas no Nordeste do Brasil a falta de um contexto arqueológico disponível que pudesse ser tomado como referência fez com que ocorresse, primeiramente, uma fase descritiva dos registros rupestres encontrados. Preliminarmente, esses registros foram classificados com o objetivo de estabelecer classes gerais que permitissem, no futuro, uma melhor sistematização das pesquisas aliando-se a elas um maior número de informações complementares sobre as populações que viviam nos períodos referentes à realização dos mesmos. De acordo com Pessis (1992, p. 37): “...utilizar este tipo de procedimento para o estudo das pinturas pré-históricas, resulta pouco viável, pela falta de conhecimento que se dispõe sobre os grupos culturais da época estudada o que, com freqüência, restringe os trabalhos a apenas descrições exaustivas das obras”.

Esta fase descritiva foi, naquele momento, o modo possível de dar início aos procedimentos das pesquisas que eram realizadas na região de forma que se pudesse estabelecer as classes iniciais de uma pesquisa arqueológica.

Face às características gerais dos conjuntos descobertos, utilizou-se como primeiro critério taxonômico a técnica de realização do registro, distinguindo dois grandes grupos: registros pintados e registros gravados. Este critério foi primeiramente selecionado baseado na existência de diferenças culturais, no plano da tecnologia, que supõe o domínio das duas técnicas, a gravura e a pintura. As técnicas de realização têm as especificidades próprias de uma cultura, independentemente da observação do pesquisador (PESSIS, 1992, p. 42).

Após esse período descritivo percebe-se a existência de dois tipos de registros encontrados na região, os reconhecíveis e os não-reconhecíveis. Os reconhecíveis eram apresentados como elementos do mundo sensível, enquanto que os não-reconhecíveis não apresentavam possibilidades de reconhecimento cognitivo. Através destes critérios possibilitou-se o estabelecimento das tradições existentes nos Nordeste do Brasil.

O começo da pesquisa científica na pré-história do Nordeste deu seus primeiros passos nas décadas de 1940 e 1950. As pesquisas arqueológicas existentes no Brasil, anteriores a este período, estavam limitadas à região da Amazônia, aos sambaquis localizados na região Sul e às pesquisas sistematizadas em Minas Gerais. Mais uma vez, o Nordeste se encontrava à margem do interesse dos pesquisadores o que, de forma direta, retarda o conhecimento e as pesquisas sistematizadas desta região, pesquisas estas relacionadas aos povos que por lá viveram antes da chegada dos europeus. Por volta da década de 1960, alguns artigos começam a ser escritos o que vai impulsionando, aos poucos, o interesse do meio científico por esta região. Este interesse inicial se dá com os Institutos Históricos locais que vão editando em suas revistas e anais algumas informações arqueológicas, muitas delas sem a sistematização de uma pesquisa de campo. (MARTÍN, 1999).

Com o objetivo de propor uma padronização metodológica através de comparações baseadas em generalizações sobre as culturas pré-históricas brasileiras, uniformizando as técnicas e métodos para a pesquisa arqueológica foi criado o PRONAPA (Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas) entre os anos de 1965 e 1970, sob a coordenação de Clifford Evans e Betty Meggers e com o apoio da Fundação Smithsonian, do CNPq (Conselho Nacional de Pesquisas) e a colaboração do IPHAN (Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Este programa fomentou a multiplicação de centros de pesquisas arqueológicas no país, o que proporcionou o aumento de profissionais qualificados em pesquisa arqueológica (ALVES, 2002). Não poderíamos deixar de citar a participação do antropólogo Nassaro Nasser neste programa e que deu a sua contribuição para a arqueologia do Nordeste através de suas prospecções na Bacia de Cunhaú – Curimataú, no Rio Grande do Norte (MARTÍN, 1999).

A região Nordeste ficou fora deste programa, exceto pelo estado da Bahia, onde o arqueólogo Valentin Calderón realizava suas pesquisas as quais já existiam desde antes da criação do PRONAPA. As pesquisas de Calderón foram iniciadas na década de 60 e, até o fim do PRONAPA, desenvolveu várias pesquisas arqueológicas na Bahia e em Pernambuco,

especialmente no Recôncavo e no Vale do São Francisco, percorrendo, também, boa parte do litoral nordestino em busca de sambaquis (MARTÍN, 1999).

Os trabalhos sistemáticos realizados no sudoeste do Piauí começaram por volta de 1970, quando a doutora Niéde Guidon visitou o lugar onde hoje se encontra o Parque Nacional da Serra da Capivara e se depara com um grande número de painéis rupestres. Em 1979, o Parque Nacional é criado pela Presidência da República e se torna um local único de preservação arqueológica e ecológica da região (MARTÍN, 1999).

Dentro destes estudos arqueológicos evidencia-se a existência de sítios de registros rupestres encontrados em todo o território brasileiro, o que desperta o interesse de muitos pesquisadores que estudam os elementos produtores destas pinturas e/ou gravuras. A atração exercida pelos registros rupestres encontrados dentro da região Nordeste se confunde com a miragem europeia das origens clássicas do mundo antigo. Não foi à toa que os primeiros trabalhos arqueológicos realizados nesta região fazem referência aos registros de pintura e/ou gravuras rupestres encontradas por todo o interior do Nordeste e que, muitas vezes, são relatados na literatura historiográfica da época. Para o estudo do Brasil pré-histórico, as evidências encontradas se dividem em líticas, cerâmicas e rupestres que variam segundo suas distâncias e temporalidade (MARTÍN, 1999).

Esses registros rupestres evidenciados em todo o território brasileiro e distribuídos no que consideramos como áreas arqueológicas definidas, segundo Martín (1999, p.89) são considerados como “divisões geográficas que compartem das mesmas condições ecológicas e nas quais está delimitado um número expressivo de sítios pré-históricos”. Estes sítios estão de acordo com a ocupação humana de uma determinada área onde são observadas as suas condições de ocupação que porventura favoreceram o assentamento de determinados grupos étnicos.

Para o estudo do registro rupestre se precisa expor o conceito de termos como tradição, sub-tradição e estilo e, neste trabalho, os registros rupestres e as suas divisões de análise seguem a idéia colocada por Martín (1999) e Pessis (2003). Para Martín, o termo tradição:

Compreende a representação visual de todo um universo simbólico primitivo que pode ter sido transmitido durante milênios sem que, necessariamente, as pinturas de uma tradição pertençam aos mesmos grupos étnicos, além do que poderiam estar separados por cronologias muito distantes (MARTÍN, 1999, p. 240)

Mesmo ocorrendo uma ambigüidade com relação a este conceito entre diversos arqueólogos como André Prous (1992), Pessis e Guidon (apud MARTÍN 1999), podemos afirmar que é unânime o fato de “reconhecer como elementos chave identificatórios de uma tradição rupestre a temática e como essa temática vem a ser representada, identificando-se nela certos grafismos emblemáticos ou heráldicos” o que representa as ações identificadas em numerosos sítios. Segundo esta idéia, a tradição apresenta sub-divisões denominadas sub-tradições e correspondem“ a um meio geográfico e ecológico diferentes”. Outra divisão estabelecida foi o estilo que, “é a classe mais particular decorrente da evolução de uma sub-tradição segundo as variações da técnica e da apresentação gráfica, com inovações temáticas que refletem a manifestação criativa de cada comunidade.” (MARTÍN, 1999, p.241).

4.2. DIVISÕES DE ANÁLISE NO ESTUDO DO REGISTRO RUPESTRE NO NORDESTE DO BRASIL: TRADIÇÕES E ESTILOS

Quando falamos em unidade de análise relacionada ao registro rupestre estamos nos referindo aos sítios arqueológicos que apresentam um mesmo horizonte cultural, ou seja, à mesma tradição. Essas unidades de análise podem ser as técnicas, as temáticas, os pigmentos dos painéis, o suporte, a escolha dos sítios e o seu posicionamento, enfim, elas abordam todas as características técnicas presentes no registro rupestre (MARTIN, 1999).

A definição de tradição defendida por Martín (1999), Anne-Marie Pessis e Niéde Guidón (1992) se estabelece a partir dos tipos de figuras existente nos painéis, suas proporções e a relação estabelecida entre os mesmos, procurando fazer uma síntese das manifestações gráficas existentes dentro de uma área arqueológica. Barbosa (2007) argumenta que:

Ao longo de três décadas, a área arqueológica Serra da Capivara, sudeste do Estado do Piauí, tem sido objeto de pesquisas sistemáticas, baseadas em prospecções intensivas, estudos geológicos e paleoclimáticos, com o propósito de se obter um quadro regional do paleoambiente e do homem pré-histórico que nele habitava. Tais estudos, realizados em sincronia com o desenvolvimento das escavações dos sítios arqueológicos concentrados em áreas previamente determinadas nos planos de pesquisa da Fundação do Museu do Homem Americano (FUMDHAM), sediada no município de São Raimundo Nonato, possibilitaram acumular conhecimentos científicos suficientes para a construção de um quadro teórico e metodológico, a partir das últimas três décadas até a presente data, que vem servindo como referência regional e parâmetro para a realização de estudos arqueológicos em todo o semi-árido do Nordeste brasileiro. (BARBOSA, 2007, p. 17)

Desde o início das pesquisas de Guidón, no Piauí, ela percebe a existência de duas tradições nas pinturas rupestres. Ela, juntamente com Gabriela Martín determinou a Tradição Nordeste e, a Tradição Agreste foi determinada por Alice Aguiar (1982). É o que definiram como ‘categorias de entrada’, pois “as divisões dentro dessas duas tradições nem sempre foram determinadas com a precisão e a clareza necessárias” (MARTÍN, 2003, p. 13).

A falta de pesquisas nas áreas compreendidas dentro dos limites destas tradições, em muitos pontos, restringe as afirmações sobre o que seria uma ou outra tradição dentro das mesmas, e, como a Tradição Agreste não se mostra tão rebuscada quanto a Tradição Nordeste, ela se transforma no que não poderia ser considerado como Tradição Nordeste, no que diz respeito ao relacionamento dessas, então o que não fosse considerado Tradição Nordeste seria classificado como Tradição Agreste. E, com a intensificação das pesquisas e acumulação de informações, se tornou necessário a criação de divisões taxonômicas como sub-tradições, estilos, variedades, complexos, classes, etc.

A definição de Tradição usada por Pessis e Guidon demonstrada por Martín (1999) abrange, de forma mais sistemática, os tipos de figuras que estão presentes nos painéis de forma a relativizar suas proporções e as relações estabelecidas entre os diversos grafismos. Isto é demonstrado, pois:

Os tipos que caracterizam uma tradição são estabelecidos a partir da síntese de todas as manifestações gráficas existentes na área arqueológica determinada, ou resumindo: “a classe inicial conhecida como tradição ordena os registros gráficos por grupos que representam identidades culturais de caráter geral”

Pode-se afirmar que, todavia, há unanimidade em reconhecer como elementos chave identificatórios de uma tradição rupestre a temática e como essa temática deve ser representada, identificando-se nela certos grafismos emblemáticos e “heráldicos” que representam uma ação não reconhecível que se repete em numerosos sítios. Concede-se também ao conceito de tradição, sem discrepâncias, grande abrangência geográfica (MARTÍN, 1999, p. 241).

A importância das cenas se dá para que se consiga identificar sua técnica de elaboração e a disposição destas mesmas cenas configurando, assim, a determinação de que tradição faz parte. (MARTÍN, 1999).

Segundo Prous (1992), existe ainda outra tradição que se encontra presente no Nordeste brasileiro que é a tradição geométrica, a qual ocorre em todo o território brasileiro e que, segundo ele, é dividida em setentrional e meridional. Por questão de seqüência lógica nos limitaremos, apenas, à correspondente à região setentrional, da qual podemos exemplificar, a ‘Itaquatiara do Ingá’ ou ‘Pedra Lavrada do Ingá’.

Para Pessis:

O que se procura estabelecendo tradições é a integração de obras gráficas pertencentes a um mesmo grupo cultural, independentemente de unidade cronológica, e identificar as características dos registros próprias do meio cultural ao qual os autores pertenciam. São, portanto, elementos recorrentes que devem ser segregados da diversidade do “corpus” estudado (1992, p. 45).

Depois das Tradições vieram as sub-tradições, criada para “definir o grupo desvinculado de uma tradição e adaptado a um meio geográfico e ecológico diferentes, que implica na presença de elementos novos” (MARTÍN, 1999, p. 241). O termo estilo apresentado por Pessis e Guidon em Martín (1999) pode ser definido como “a classe mais particular decorrente da evolução de uma sub-tradução segundo as variações da técnica e da apresentação gráfica, com inovações temáticas que refletem a manifestação criativa de cada comunidade.” (MARTÍN, 1999, p. 241).

De acordo com o pensamento de Pessis:

Se no quadro de uma tradição ou sub-tradição podemos distinguir estilos, provavelmente eles corresponderão a momentos cronológicos diferentes, sobretudo se consideramos, como no caso da tradição Nordeste, que estamos trabalhando num período de 6.000 anos de prática gráfico rupestre. Para poder se estabelecer estes estilos é preciso poder detectar uma variação de parâmetros escolhidos das três dimensões do fenômeno gráfico e confrontar essas variações com referenciais arqueológicas. Definir quais são esses parâmetros somente pode ser feito a partir da identificação de diferenças ou particularidades no “corpus” gráfico, mas serão elementos pertencentes a qualquer das três dimensões do fenômeno gráfico. Esses parâmetros são estabelecidos a partir da análise do conjunto da obra gráfica, mas o essencial para poder ponderá-los é estabelecer uma hierarquia para os mesmos (PESSIS, 1992, p. 54).

Por isso, ao mencionar tradições, sub-tradições e estilos estamos nos referenciando a períodos considerados distintos dentro dos estudos arqueológicos e a necessidade de se

estabelecer critérios que os diferenciem demonstram a preocupação em estabelecer uma hierarquia entre estas três dimensões que irão apontar qual o período estabelecido para as representações gráficas encontradas nos painéis de registro rupestre.

4.2.1 Aspectos ambientais do semi-árido nordestino

A importância de se estudar o ambiente relacionado à área em que se encontram os sítios arqueológicos diz respeito ao território em que esses sítios estão inseridos, fazendo parte não só geograficamente deste espaço, mas atingindo diretamente os aspectos culturais relacionados aos povos que neles estavam inseridos. De acordo com Azevedo Netto *et all* (2007), o conceito de território para a arqueologia assume contornos específicos, e está sempre norteado pela delimitação de espaços, determinado pelos elementos de uma comunidade e expressados pela identidade regional e ética que, de acordo com o pensamento de Bourdieu (1989), está “intimamente ligadas à propriedade, enquanto signos originários, que são referenciados pelo lugar, com seus sinais duradouros, que se vinculam como produtoras da identidade do grupo – uma vez que as regiões, paisagens ou territórios são produtos histórica e culturalmente determinados” (AZEVEDO NETTO, 2007, p.54).

Através da Resolução CONAMA-01 de 1988 (Conselho Nacional do Meio Ambiente), responsável pelas regulamentações referentes ao meio ambiente, o patrimônio arqueológico começou a fazer parte do patrimônio ambiental brasileiro, buscando aumentar a conscientização acerca do valor das identidades culturais. Entender a história local e se inserir nela, procurando valorizar o passado como instrumento para a compreensão do mundo em que se vive são, sem dúvida, fundamentais. É importante sabermos a nossa origem e como a nossa cultura se desenrola durante tantos anos. Por isso percebemos a importância de se estudar o meio ambiente, pois,

Para o estabelecimento de uma área arqueológica, que deverá ser pesquisada durante anos, parte-se, teoricamente, do estudo geomorfológico prévio de uma determinada microrregião que seja adequada para se iniciar a pesquisa arqueológica, e, em seguida, realizam-se prospecções extensivas nessa área escolhida. Não poucas vezes o achado é casual ou a notícia chegou através de um leigo que se interessava pela arqueologia da sua região, o que obriga a procura de maiores informações para o posterior estabelecimento da área arqueológica (MARTIN, 1999: 89).

Uma das características principais do interior da região Nordeste é o que diz respeito à sua conformação ambiental, visto que se trata de um clima semi-árido, a vegetação de caatinga, assim denominada genericamente, de caráter notadamente frágil e de equilíbrio precário. Esses ambientes foram objeto de um número reduzido de estudos, o que os torna muito mal conhecidos, quer seja no tocante às suas peculiaridades, quer seja quanto ao potencial para abrigar grandes contingentes populacionais. De acordo com Barbosa:

A vasta extensão territorial da região Nordeste (1.540.827 Km²) apresenta grandes variações de relevo, predominando altitudes de 500 m de depressão sertaneja, de 900 a 1.000 m no Planalto da Borborema e nas chapadas de Ibiapina e Araripe, e até 1.200 m na Chapada Diamantina. As condições climáticas são complexas na região, onde diversos sistemas de circulação atmosférica se sobrepõem e ocasionam diferenças de continentalidade e oceanicidade, que vão refletir nos tipos vegetacionais, no ritmo biológico e na dinâmica das plantas. (2007, p. 68)

A região Nordeste possui solos de pouca profundidade, com aproximadamente cinqüenta centímetros de espessura, demonstrando, logo em seguida, rochas cristalinas, impermeáveis, sendo cobertas pela vegetação nativa que se apresenta, historicamente, como a vegetação mais rarefeita do semi-árido paraibano. Ela guarda um clima seco com umidade relativa do ar quase sempre abaixo de 65% e com altas temperaturas durante o dia, decrescendo com o cair da tarde, mesmo nos dias de verão. O rigor climático presente na região proporciona uma vegetação de caatinga, classificada como hiperxerófila, distribuída em solo de baixa profundidade e bastante pedregoso (COSTA, 2003).

Essa tipologia de vegetação foi classificada pelo IBGE (1992) como Savana-Estépica Arborizada. Ela ocupa uma área de 734.478 km² por todo o nordeste do Brasil e é o único bioma exclusivamente brasileiro. Isto significa que grande parte do patrimônio biológico dessa região não é encontrada em outro lugar do mundo além do Nordeste do Brasil e ocupa cerca de 7% do território brasileiro. Este tipo de vegetação estende-se pelos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Alagoas, Bahia e norte de Minas Gerais. Ela tem uma fisionomia desértica, com índices pluviométricos muito baixos, em torno de 500 a 700 mm anuais. Segundo Barbosa:

As caatingas (considerando a diversificação setorial) caracterizam-se por serem formação xerófilas, lenhosas, deciduais, em geral espinhosas, com presença de plantas suculentas, variando do padrão arbóreo ao arbustivo e com estrato herbáceo estacional. De acordo com Emparaire (1991), a caducifolia é um comportamento fisiológico de cautela às condições desfavoráveis e à perda de água. Com relação à flora, predominam as

cactaceae, bromeliaceae e leguminosae, especialmente as *mimosoideae*. As *cactaceae* dão uma fisionomia específica a certos tipos de caatinga. (2007, p. 70)

Segundo Costa (2003), o semi-árido paraibano não se mostra de forma uniforme, pois existem certas diferenciações entre as sub-regiões que apresentam a mesma classificação climática, mas aspectos pluviométricos, geológicos, de temperaturas, vegetação e solos distintos. Alguns fenômenos meteorológicos ocorridos em locais distantes do semi-árido afetam o seu clima, alterando direta e/ou indiretamente o volume e a distribuição pluviométrica da região e são, muitas vezes, fruto da ação antrópica, ou seja, do homem, sobre a natureza, ocorrendo uma interferência no processo histórico sobre o fenômeno natural, acelerando a secagem das terras, da vegetação e de todo o semi-árido. Na apresentação da geografia e do meio ambiente local do semi-árido paraibano não se pode deixar de destacar a importância das serras na sua geomorfologia, pois, com a formação do Planalto da Borborema se originam as principais nascentes dos rios que cortam a Paraíba. Na encosta oriental, na serra dos Cariris Velhos, encontra-se a nascente do rio Paraíba, com seu principal afluente, o rio Taperoá, originado na serra de Teixeira.

A estabilidade do ambiente, em muitos casos, pode ser determinada pela vegetação que recobre o solo, evitando processos erosivos susceptíveis em áreas não recobertas. A dinâmica se faz presente no ambiente e sempre ocorrem modificações. As árvores da caatinga nordestina têm sua própria história. Há milhares de anos atrás, o local onde se encontra o clima semi-árido, já foi espaço de grande umidade. Por volta de 12 mil anos atrás, esta região era um ambiente mais úmido que o atual, sendo abrigo de mamíferos enormes, animais da mega-fauna, e uma vegetação típica de cerrado. As mudanças climáticas ocasionadas no planeta, na transição do Pleistoceno para o Holoceno³, a transformaram numa área com um enorme vácuo de correntes de massas de ar carregadas de nebulosidades, reduzindo, assim, a quantidade de chuvas que caíam naquela região. O clima deixava de ser úmido e quente, transformando-se em semi-árido. A caatinga que cobria o restante da Paraíba foi praticamente devastada, demonstrando que o meio ambiente, em si, foi bastante modificado, ao longo dos anos.

Isto nos faz afirmar que, em decorrência do baixo índice pluviométrico, os ambientes paisagísticos contidos nessas áreas semi-áridas apresentam condições bioclimáticas desfavoráveis, que determinam, juntamente com outros fatores, certa fragilidade ambiental no

³ Dois períodos geológicos do Quaternário

que diz respeito à dinâmica da paisagem, sendo então considerada como uma região subdesértica. Não obstante, a vegetação e animais endêmicos, ou seja, nativos, apenas encontrados nesta região, possuem artifícios de convivência com este ecossistema, o que facilita sua sobrevivência, diferente dos seres humanos, que dependem do solo e da vegetação para sobreviver (COSTA, 2003).

Os danos causados ao meio ambiente demonstram um sério risco à preservação e conservação dos sítios arqueológicos, especialmente aqueles que contem registro rupestre. Isso porque:

Os problemas de desertificação e de alteração da paisagem da região exigem a participação das autoridades competentes para regular as ações predatórias do ambiente. A necessidade de se compartilhar a produtividade com a preservação ambiental é prioritária ao se implantar um programa de preservação do Patrimônio (PESSIS, MARTIN, 2002: 204).

Percebe-se que, com o povoamento intenso da região semi-árida, as condições de vida na região do Cariri foram, aos poucos, sendo agravadas, e, nos dias atuais, a desertificações desta área é um problema que muito afeta o ecossistema do local. Isto demonstra que este ambiente semi-árido nordestino é palco de várias manifestações de ordem climática e, assim, procura seu equilíbrio e o da população humana que habita seu interior. Devido a este fator, busca diversas maneiras de sobrevivência com relação ao fenômeno da seca que o castiga, a cada ano, com maior ou menor intensidade.

4.2.2. Tradição Nordeste

As pinturas da Tradição Nordeste existem à aproximadamente 12.000 anos e o seu maior complexo se encontra, atualmente, no Parque Nacional da Serra da Capivara, no sudeste do Piauí, região semi-árida nordestina. Os primeiros autores deste tipo de Tradição criaram regras gráficas utilizadas com uma finalidade social, estabelecendo uma evolução estilística que permaneceu durante seis milênios de existência (PESSIS, 2003, p. 111).

A importância que se dá às pinturas encontradas nesta região é devido à complexidade de registros encontrados, além de que, segundo Pessis: “A Tradição Nordeste de pintura rupestre teria se iniciado no começo do Holoceno, coincidindo com a mudança climática que transformou as condições de vida na região” (PESSIS, 2003, p. 86).

De acordo com Martín (1999) e Pessis (2003), esta região foi o centro dispersor dos indícios arqueológicos da Tradição Nordeste. Dali, ela se expandiu por toda a região Nordeste do Brasil. Dentro desta concepção classificatória usada, na tradição existem as chamadas sub-tradições que variam de acordo com a região em que estão localizadas. Para o Sudeste do Piauí encontra-se a sub-tradição Várzea Grande que compreende os estilos Serra da Capivara e o estilo Serra Branca, alem de um complexo estilístico denominado de Serra Talhada.

Desta forma:

Fazem parte dela figuras reconhecíveis por qualquer observador, dispostas sobre as paredes, rochosas, representando ações e acontecimentos. São figuras reconhecíveis, de caráter antropomórficos e de outras espécies animais. Existem também representações de plantas e de objetos, mas são minoritárias no conjunto. Pela sua complexidade, diversidade e pela maneira como as figuras se relacionam, as pinturas desta tradição são uma fonte de informações extremamente rica que permite a reconstituição de aspectos da vida das comunidades humanas em épocas pré-históricas. O conjunto das figuras fornece informações sobre a vida cotidiana, as crenças religiosas, as manifestações rituais, os ornamentos, as armas e outros objetos. Realizadas com aprimoramento técnico, que reflete maestria pictural e domínio dos recursos gráficos, as pinturas evidenciam a preocupação de fornecer ao observador os elementos de identificação essenciais que permitam reconhecer as figuras. (PESSIS, 2003, p. 83-84)

Podemos identificar esta tradição devido à variedade de temas por ela representada de forma a demonstrar, em suas figuras, uma riqueza de enfeites e atributos que podem indicar possíveis hierarquias e uma diversidade cultural e étnica existente. A cor predominante por ela apresentada é a cor vermelha nas suas mais diversas variações. Também é comum a utilização de cores como o amarelo, o branco, o preto e o cinza. Muitos dos sítios arqueológicos apresentam a policromia em suas pinturas, de forma a demonstrar que através deste fato se perceba uma sensibilidade para as nuances apresentadas por alguns grafismos (MARTÍN, 1999).

Observando os seis mil anos desta tradição percebeu-se que a maioria dos Estados nordestinos apresenta sítios rupestres que possuíam pinturas relacionadas à elas, as quais demonstram variações de acordo com cada região e através destas evidências, as marcas pertencentes a estas pinturas procuraram demonstrar as marcas de transformações que foram vivenciadas por este tronco cultural e as escavações arqueológicas fazem um grande esforço para apresentar vestígios que se tornaram fundamentais na compreensão das mudanças ocorridas na vida material e imaterial destes grupos humanos (PESSIS, 2003).

O estilo Serra da Capivara apresenta figuras humanas representadas de maneira simples, constituídas com traços essenciais de reconhecimento da condição humana, de forma caricatural, onde algumas não possuem atributos culturais tais como adornos e vestimentas que podem representar uma finalidade ceremonial, pois as roupas utilizadas no cotidiano não são representadas (PESSIS, 2003).

De acordo com Barbosa (2007), esta classe estilística, inicial desta sub-tradição, apresenta pinturas simples e precisas, demonstrando qualidades técnicas aprimoradas que possuem traços de identificação os quais permitem a definição de gênero, favorece o estabelecimento de identidades de forma a permitir a identificação de um diferenciador sexual nas próprias figuras. As cenas de dança, tanto lúdicas quanto ceremoniais, são retratadas de forma a estabelecer, através dos gestos, os atributos culturais referentes às figuras envolvidas.

O tema da sexualidade é muito presente dentro deste estilo tanto nas representações de cópulas como de genitais de ambos os sexos. A diferenciação sexual das figuras aparece presente por estarem vinculadas aos traços identitários estabelecidos pelo gênero. Os masculinos apresentam falo e os femininos possuem traços que o identificam de forma a representar características morfológicas externas. Existe ainda um terceiro tipo de figura humana em que não apresenta nenhum indicador de gênero, mas pode representar uma sociedade onde não existe divisão sexual do trabalho, colocando a mulher num mesmo patamar do homem, como participante das atividades existentes nesta sociedade, sem distinção de nível social (PESSIS, 2003).

Nesta tradição, o tratamento do espaço começa a ser observado e:

Constata-se a existência de conjuntos de grafismos dispostos sobre planos horizontais, verticais e oblíquos, apresentando uma alternância que parece segregar unidades gráficas. As superfícies recobertas de grafismos tomam formas de conjuntos circulares. As figuras mantêm entre si distâncias reduzidas, mas regulares, que agregam à alternância dos planos, formas de separar unidades (BARBOSA, 2007, p.45).

Nas representações de animais, os veados se destacam como o de maior quantidade de representação nesta tradição e estilo, indicando ser paleolhamas e aparecem em posição privilegiada na hierarquia de preferência das representações de animais, seguida pela ema, em grupos ou individualmente. Além destes animais, também ocorrem as representações de tatus, onças, coatis e macacos, seguidos de algumas espécies de lagartos, caranguejos e peixes, esses de forma mais rara (PESSIS, 2003).

Com relação às características técnicas apresentadas em sua realização, estas:

[...] aparecem salientadas nas figuras de animais. Observa-se que as espécies animais são, em geral, representadas com um número reduzido de traços essenciais de identificação. As figuras humanas simples, apesar da sobriedade de seus componentes, levam o observador a um imaginário que lhe permite reconstruir o tipo humano correspondente às especificidades evocadas pela morfologia da figura e pela função desempenhada. O imaginário decodifica as particularidades gráficas e as representa sobre os tipos humanos observáveis. Os veados, no imaginário, permanecem sempre como espécies e não como indivíduos da espécie. Isso contribui para que se observem as transformações técnicas sem ter em consideração eventuais diferenças individuais que, aliás, não é possível distinguirem-se à primeira vista (PESSIS, 2003, p. 119).

O estilo Serra da Capivara apresenta painéis compostos por cenas, onde uma é central, e outras, periféricas. Estas figuras apresentam sua forma aprimorada de feitura de acordo com a importância da zona em que se encontram. As cenas de dança apresentam-se de forma lúdica ou ceremoniais. Nas lúdicas, elas estão dispostas de forma simples e um número reduzido de participantes. Na dança ceremonial, muitas das figuras humanas apresentam vestimentas e ornamentos com uma dinâmica gestual mais sóbria, cada figura adotando uma postura mais determinada (PESSIS, 2003).

A flora está pouco representada, por isso não se pode indicar a espécie que está representada. Neste estilo, há uma grande variedade de figuras humanas em torno de árvores de forma a perceber que nos seis milênios em que ele esteve presente, estas cenas desenvolveram-se de forma variada e complexa (PESSIS, 2003).

Segundo Pessis (1988) o complexo estilístico Serra Talhada possui características muito próximas do estilo Serra da Capivara, mas possui algumas variações que não chegam a defini-lo como um estilo, propriamente dito. Eles não chegam a permitir, ainda, o estabelecimento de uma cronografia própria, se apropriando dos componentes existentes na Serra da Capivara, de forma a estabelecer em sua apresentação gráfica elementos que compõem o estilo citado acima. Nestas pinturas:

Aparecem novas figuras humanas ornamentadas por cocares que apresentam uma deformação morfológica nas costas; as figuras de dimensões reduzidas, próprias do estilo Serra da Capivara, tornam-se verdadeiras miniaturas com especificidades, aparecendo também os bastonetes dispostos em filas. As figuras apresentam esboços de preenchimento, sobretudo as figuras animais. As representações de objetos se multiplicam e se particularizam (PESSIS, 1988, p. 15).

Este complexo estilístico tem início por volta de 9.000 AP⁴, período em que ocorrem mudanças significativas no estilo Serra da Capivara, que decorrem de transformações advindas do meio ambiente e do aumento populacional existente neste momento. Isto leva, de acordo com Pessis (2003) a um aperfeiçoamento técnico, com a introdução de novas temáticas e modalidades nas formas de apresentar os temas tradicionais da Tradição Nordeste. Isto pode ser percebido na figura abaixo que demonstra as particularidades desta tradição, como por exemplo, a diversidade temática e a técnica utilizada.

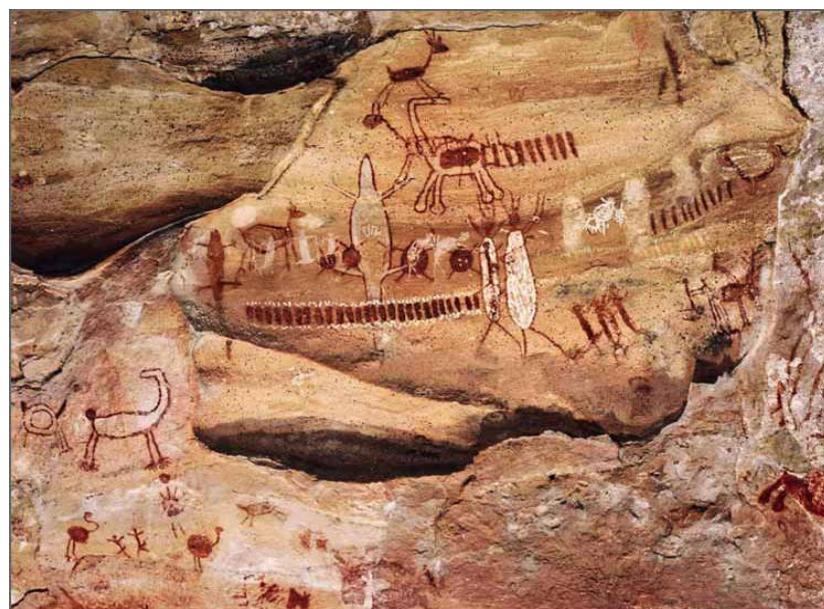


Fig. 5: Nicho Policromico – Toca do Boqueirão da Pedra Furada – Serra da Capivara – PI (Tradição Nordeste)

Fonte: <http://www.ab-arterupeste.org.br/arterupeste.asp>

Continuando o pensamento de Pessis, nela:

[...] aparece uma série de especificidades que não são próprias de nenhuma das duas classes crono-estilísticas citadas, mas sem dúvidas pertencentes a mesma sub-tradição. Essa classe é muito complexa, em razão da diversidade de seus componentes, pelo que foi designada com o termo de complexo crono-estilístico e no caso da sub-tradição Várzea Grande denominado de Serra Talhada (PESSIS, 1992, p. 58)

⁴ AP significa Anos Presente e é uma forma de apresentação de resultado de Datação Absoluta. Por convenção, a data *presente* é o ano de 1950, o qual dever ser tomado como base para conversões. Este é o conceito defendido por Alfredo Mendonça de Souza (1997).

Percebe-se que mudanças terminológicas vão sendo introduzidas nas classificações, pois, desta forma, se consegue ordenar e avançar na pesquisa através da introdução de novos dados (PESSIS, 1992). Uma mudança de forma gradativa, que se considera como:

Uma evolução gráfica que parece corresponder, na origem, a uma mudança social, mas não necessariamente cultural. As transformações na pintura não alteram a identidade gráfica de origem. São leves alterações que, às vezes, atingem apenas um aspecto do estilo Serra da Capivara, conservando todas as características restantes. Pode tratar-se de variações de tamanho, associadas às técnicas gráficas que permitem realizar traços curvilíneos. Esse procedimento permite o desenho de figuras de tamanho reduzido, com ângulos arredondados, mas que desenvolvem sempre a temática central do estilo de origem; também existem figuras humanas feitas com distorções morfológicas tornando-se filiformes ou completamente redondas (BARBOSA, 2007, p. 47-48).

Outro estilo presente nesta sub-tradição é o estilo Serra Branca que surge no final do período de transição da Tradição Nordeste, e se configura como sendo uma nova modalidade de apresentação gráfica onde adota um sistema de apresentação em que se privilegiam os componentes ornamentais, as vestimentas e os cocares. Percebe-se o desenvolvimento de uma decoração gráfica de composições contrastando com as características iniciais desta tradição. A forma do tipo retangular é privilegiada, e se apresentam de forma decorada, acentuando as individualidades nas encenações. As figuras características no estilo Serra da Capivara não são excluídas.

Este estilo apresenta o caráter ornamental como um traço diferenciador de identidade simbólica. A decoração se torna um símbolo de diferenciação cultural com a principal função de “servir de suporte dessa decoração simbólica” (PESSIS, 2003, p. 148).

No estilo Serra Branca, esta disposição emblemática mantém a postura das figuras, mas as torna mais complexas na ornamentação, na diferenciação sexual e na informação complementar, como, por exemplo, os indícios de gravidez. A simplicidade da encenação das figuras do primeiro estilo torna-se mais complexa com o acréscimo de maiores informações e componentes gráficos no estilo final (PESSIS, 2003, p.149).

Percebe-se que, neste estilo, ocorre um aumento das representações de cenas de violência e uma diminuição de agrupamentos temáticos de forma a ocorrer um aumento do número de grafismos formalizados e isolados (BARBOSA, 2007). Acontece também a evolução na utilização do espaço e uma transformação em relação à perspectiva apresentada

nos painéis, evidenciando planos superpostos de forma a dispor as figuras alternadamente sobre eixos horizontais e oblíquos de forma a manter a relação espacial de profundidade (PESSIS, 2003).

Os perfis gráficos existentes no Parque Nacional da Serra da Capivara se tornaram referência para o estudo dos registros encontrados em todo o Nordeste do Brasil. A Tradição Nordeste espalhou-se para toda essa região e isso é percebido pelas evidências encontradas em vários locais, como é o caso da região do Seridó, no Rio Grande do Norte e Paraíba, onde foi evidenciada uma sub-tradição, a qual foi denominada Seridó. Ela teria aparecido por volta de 9.000 anos apresentando características peculiares dos registros encontrados no Parque Nacional Serra da Capivara, apenas apresentando algumas mudanças com características próprias desta sub-tradição. Essas especificidades vão desde a variação de temas até a evidenciação do tratamento privilegiado dado às figuras humanas, desmerecendo, um pouco, as figuras de animais. Esta sub-tradição é uma das principais ramificações da Tradição Nordeste, juntamente com a sub-tradição Várzea Grande, específica do parque acima mencionado. (PESSIS, 2003)

A sub-tradição Seridó apresenta novos elementos, próprios do seu meio, que vieram a enriquecer esta mesma tradição, como vemos, abaixo, na figura 6. Pinturas apresentando decoração e representações fitomorfas que dão a impressão de uma paisagem é um dos pontos característicos, apresentando, também, elemento peculiar considerado uma exceção no registro rupestre mundial que é a pintura de um casal que “une suas mãos num gesto delicado de dança, outros protegem uma criança” (MARTÍN, 1999, p. 259).



Fig. 6: Sítio Xique-Xique I – Carnaúba dos Dantas – Seridó – RN (Tradição Nordeste – Sub-tradição Seridó)

Fonte: <http://www.ab-arterupeste.org.br/arterupeste.asp>

O sítio Pedra do Alexandre, em Carnaúba dos Dantas, Rio Grande do Norte, é um exemplo deste tipo de sub-tradição, apresentando cenas do cotidiano destas populações exemplificadas pelos

[...] grupos de homens ou mulheres que carregam bolsas, cestas ou potes, transportando água ou alimentos; algumas figuras são singelas na simplicidade de sua nudez, outras, cheias de cocares e atributos, mostram o poder da sua hierarquia. Com armadilhas e jaulas, caçadores, na tocaia, aguardam pacientemente o passar da onça. Pequenas figuras adornadas com penas, ensaiam uma dança de roda, onde os participantes são dirigidos por um mestre de cerimônias ostentando cocar e ramos nas mãos (MARTÍN, 1999, p. 259 – 261).

A Tradição Nordeste desaparece silenciosamente por volta de seis mil anos e isto é percebido por não serem descobertos indícios que comprovem evidências de novos grupos culturais que pudessem ter se deslocado por estas regiões. O que se encontra são elementos isolados da Tradição Agreste até dois mil anos (PESSIS, 2003).

4.2.3. Tradição Agreste

Esta tradição já era desenvolvida desde os 9.000 A.P., sendo obtido este posicionamento cronológico através da datação feita em um painel de pinturas existente no Parque Nacional Serra da Capivara, sudeste do Piauí, o qual se encontrava em excelentes condições de conservação (PESSIS, 2003).

Segundo Gabriela Martín(1999), ela é encontrada em todo o Nordeste, desde a região agreste até à região semi-árida. É caracterizada por uma técnica gráfica inferior à tradição Nordeste. Sua principal característica são os grafismo de grande tamanho, na maioria das vezes, isolados, sem formar cenas e, quando estas existem, se apresentam com poucos indivíduos ou animais. São, muitas vezes, acompanhados por grafismos puros, simples ou mal elaborados.

Para Pessis:

O tratamento das figuras é limitado e de má elaboração, não permitindo, na maioria das vezes, nem mesmo a identificação das espécies animais representadas. As figuras são, geralmente, maiores do que as da Tradição Nordeste, chamando de imediato a atenção do visitante pelas dimensões da mancha pictural. Existe uma escolha clara de não representar o movimento e, assim, todas as figuras são manifestadamente estáticas. Os grafismos não reconhecíveis que aparecem, coexistindo com as figuras da Tradição Agreste, são numerosas e apresentam grande variedade morfológica (PESSIS, 2003, p. 86).

Nesta tradição, o tipo de pigmento utilizado é o vermelho, nas diversas tonalidades, e com diferentes densidades e elaboração estética dos grafismos, dependendo da área geográfica. Devido à grande extensão que abrange, a tradição agreste é composta de várias sub-tradições, algumas podendo ser determinadas, enquanto outras foram apenas esboçadas e estão aguardando estudos mais aprofundados (PESSIS, 2003). Segundo Martín (2003, p.13), “a tradição Agreste se transformou em um recurso ambíguo e excludente”, tornando a classificação desta, por negação. O que não seria tradição Nordeste seria tradição Agreste, o que acarreta problemas sérios de classificação e comparação dos dados, porque coloca uma grande quantidade de informações para a caracterização de apenas uma tradição.

Por se encontrarem dispersas em todo o território nordestino, ela se divide em várias sub-tradições as quais algumas podem ser determinadas como é o caso da sub-tradição Cariris

Velhos, enquanto que outras ainda se encontram apenas esboçadas, aguardando estudos mais aprofundados (MARTÍN, 1999).

No nosso estudo, nos limitaremos à sub-tradição Cariris Velhos, pois é a que se configura, atualmente, na área de abrangência da nossa dissertação. Ela se estende do sul da Paraíba ao nordeste de Pernambuco, limitados pelos municípios de Campina Grande, ao norte, e Arcoverde, ao sul. O levantamento feito por Ruth Trindade de Almeida (1979) enumera a existência de sítios rupestres encontrados no lado paraibano (MARTIN, 1999).

Seus grafismos não aparecem em abrigos e paredões no alto das serras, preferindo matacões arredondados de granito, nos vales e nas encostas das serras, como forma de se destacar nas paisagens. Segundo Gabriela Martín:

São conjuntos formados por abrigos com pinturas rupestres, permanente ou temporariamente ocupados como acampamento ou habitação, com um cemitério nas proximidades, e sempre perto de fonte de água, tais como caldeirões, olhos d’água ou pequenos riachos, ou seja, sítios com pinturas, cemitério e água, em pé de serra, que são os elementos que caracterizam basicamente os sítios arqueológicos da sub-tradição Cariris Velhos na Paraíba e em Pernambuco (1999; 281).

A presença de grafismos puros fez com que fosse observada uma variedade denominada ‘geométrica elaborada’ e, como estão juntos com a tradição Agreste, ainda não se possui elementos de separação que possa incluí-los em outra tradição.

Segundo Aguiar (1982), os elementos principais do estilo Cariris Velhos são a predominância de grafismos de composição, sem formar cenas, com maior número de zoomorfos que antropomorfos, apresentando poucas representações de sexo, marcas de mão em positivo, sempre na parte superior dos painéis, acesso as pinturas relativamente fácil e pinturas sobre matacões de granito.

A inexistência de explicações sobre os motivos geométricos encontrados na região da sub-tradição Cariris Velhos nos faz levantarmos questionamentos sobre os grafismos. O primeiro deles diz respeito à filiação desses sítios com a tradição Agreste, já que a ocorrência de motivos geométricos não é um atributo exclusivo desta tradição, sem mencionar o problema das cronologias para o Estado da Paraíba. Agregado a esse problema pode-se apontar o pequeno volume de estudos acerca desta tradição, em especial no Cariri paraibano,

o que nos leva a considerar uma parte das filiações apontadas na literatura para esta área como açodadas.

As técnicas empregadas na elaboração dos mesmos, incluindo o tipo de tinta, modo de aplicação do pigmento, entre outros, é a mesma utilizada na tradição Agreste. Observa-se a existência de vários painéis com grafismos puros em diversas áreas do país e, o grande problema observado é com relação à escolha do que pode ou não ser considerado ‘geométrico’ para que se possa definir uma tradição com este nome.

4.2.4. Tradição Itaquatiara

Ao longo de todo o território brasileiro é observável a existência de gravuras indígenas localizadas nas rochas ao longo de cursos d’água. São denominadas de ‘itaquatiara’, que significa, na língua tupi, *pedra pintada*. De todas as manifestações rupestres da fase pré-histórica essas são as que mais tem prestado a interpretações diversas. São as que “formam a tradição ou as tradições mais enigmáticas de toda arte rupestre do Brasil” (MARTIN, 1999, p. 298).

Continuando com as afirmações de Gabriela Martín (1999), as itaquatiaras do Nordeste estariam ligadas ao culto das águas. Esta afirmação se baseia no fato de que ocorriam estiagens na região e as fontes de água eram consideradas como lugares sagrados, nos sendo desconhecidos seus significados.

Esta tradição é difundida em toda a América do Sul, o que não quer dizer, provavelmente, que os registros rupestres foram feitos pelos mesmos grupos culturais e no mesmo período. Para Aguiar, “o culto das águas e cosmogônicos são crenças universais que podem produzir representações semelhantes entre grupos em estágios culturais diferentes” (1982, p.98).

É interessante perceber que os grafismos encontrados em Ingá, por exemplo, são tidos como únicos, mesmo possuindo semelhanças com os grafismos encontrados na região do Seridó e dos Cariris Velhos. Eles seriam únicos no sentido de ser um “conjunto gráfico homogêneo na técnica, na organização e aproveitamento do espaço gráfico e na indubitável mensagem que o painel gravado transmite...”, pois as explicações a ela dadas vão desde a visita de transatlânticos e transpacíficos até explicações lógicas, mas que ainda precisam de comprovação científica (MARTIN, 1999, p. 300).

Podemos dizer que a ocorrência de sítios com sinalizações de motivos geométricos não quer dizer que exista uma tradição geométrica na região, como, por exemplo, o caso da Pedra do Ingá, pois ainda não podemos apresentar uma explicação para este fato, já que, a indisponibilidade de levantamentos que levem a uma relação dos grupos étnicos que, porventura, habitaram esta área, e que foram responsáveis pela pintura dos abrigos com grafismos das tradições Agreste e Nordeste não é factível, visto que pode-se incorrer em diversos problemas de ordem antropológica.

Ao analisarmos a nossa área de estudo, o Cariri paraibano, percebemos que foram encontrados vários sítios de gravações e pinturas, distribuídos ao longo da mesma, e que apresentam pinturas consideradas da tradição Agreste, sub-tradição Cariris Velhos, e gravações, filiadas, genericamente, à tradição Itaquatiara.

4.3. PESQUISAS E PROJETOS ARQUEOLÓGICOS NA PARAÍBA

Os estudos arqueológicos no território do Estado da Paraíba têm se apresentado, em alguns casos em forma de levantamentos. Possivelmente, as únicas pesquisas estabelecidas sistematicamente, foram: a realizada, de forma pontual, por alguns pesquisadores do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba; a realizada por Almeida em 1979; o levantamento feito pela Fundação Casa de José Américo, em 2000; as pesquisas sistematizadas pelo arqueólogo Carlos Xavier de Azevedo Netto, iniciadas em 2004, e os levantamentos apresentados pela Sociedade Paraibana de Arqueologia.

Na análise destas pesquisas, não nos interessa discutir os meios pelos quais estes levantamentos foram feitos, dando juízos de valor a tais procedimentos, mesmo sabendo da importância dos critérios que deveriam ser utilizados por estes pesquisadores. É importante ressaltar que as pesquisas estão de acordo com a época em que foram feitas, obedecendo aos critérios que estavam vigentes em cada tempo proposto. Uma avaliação criteriosa das diversas pesquisas de forma a enquadrá-las num modelo mais científico e sistemático não é o nosso objetivo. O nosso intuito é ressaltar a importância das pesquisas e levantamentos realizados nestes locais para a construção de uma cultura histórica, de forma que se evidencie as particularidades presentes em cada momento em que estes levantamentos foram realizados. Interagir o homem com a sua história de forma a procurar construir esta cultura histórica como “fruto de uma mentalidade histórica de uma época”, como diz Le Goff (1992).

4.3.1 Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba

Analisando as revistas do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano percebe-se que pouco se faz referência aos sítios arqueológicos na Paraíba antes da década de 1970. O que se encontra em algumas revistas isoladas do Instituto são as pesquisas realizadas por Azevedo Dantas, que trata de um trabalho por ele realizado, minuciosamente, através de seus desenhos, pelos quais procurou mostrar os sinais enigmáticos percebidos nos rochedos demonstrando ter sido um trabalho árduo de uma civilização considerada por ele como “antiqüíssima” (IHGP, 12).

Esta obra, intitulada “*Indícios de uma civilização antiqüíssima*”⁵ relata as andanças deste autor por regiões do Rio Grande do Norte e da Paraíba. Esta edição merece destaque por descrever não só os sítios arqueológicos por ele encontrados, mas o ambiente em que eles estão inseridos. Relata a proximidade dos mesmos aos rios existentes na região de forma a colocar os sítios arqueológicos fazendo parte da natureza a qual estavam inseridos.

José de Azevedo Dantas morreu no ano de 1929, aos 38 anos de tuberculose, deixando o seu diário, o qual retrata todas as suas andanças pelo interior nordestino. Anos mais tarde, seu irmão Mamede doou seus manuscritos para o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, os quais foram publicados em 1994 pela editora A União, fazendo parte das edições da Biblioteca paraibana.

Em seu trabalho, ele discorre sobre os diversos sítios arqueológicos existentes, os quais se localizam, atualmente, na região do atual Seridó, compreendendo os estados de Paraíba e Pernambuco. Segundo Martín (1994):

Na obra de José de Azevedo Dantas, recolhem-se gravuras e pinturas pré-históricas dos municípios de Acari, Carnaúba dos Dantas, Parelhas, Jardim do Seridó e Santana do Mato, no Rio Grande do Norte, Flores em Pernambuco e Picuí e Campina Grande na Paraíba, que representam documentos de referência importantíssimos para o prosseguimento das pesquisas arqueológicas na região do Seridó. Os desenhos vão acompanhados de breves referências à sua localização, muito úteis e precisas, além de alguns comentários do autor que lhes dão um toque pessoal e certa graça ingênua, quando nos fala, por exemplo, do “homem precolombiano do Brasil atlântida”, na lâmina 207, ou ao dizer que “o homem primitivo regressa velozmente à sua taba de uma intrépida caçada vencendo os obstáculos que se antepõem em seu caminho”..., na lâmina 19,

⁵ O livro *Indícios de uma civilização antiqüíssima*, de José de Azevedo Dantas, foi impresso a partir de um manuscrito único do autor, doado ao Instituto Histórico e Geográfico Paraibano pela sua família, nos anos 1930, após a sua morte em 1928, tendo permanecido até o ano de 1994, sem publicação.

ou ainda referindo-se a “uma cena galante dos tempos prehistóricos” e a “jogadores dos tempos primitivos”, na lámina 37. Em conjunto, o álbum de desenhos de Dantas registra um número extraordinário de grafismos representativos dos três principais horizontes culturais de registros rupestres determinados no Nordeste do Brasil, conhecidos como Nordeste, Agreste e Itaquatiara, por sua vez indicadores de grupos étnicos diferentes e cronologias distantes entre si (MARTÍN, 1994, apresentação).

A importância do trabalho de Dantas é percebida pelo caráter inédito de suas informações para o período em que é realizado, pois sem ter a pretensão de contribuir para o conhecimento arqueológico da região, ele afirma que a sua contribuição, mesmo sendo ínfima, ajude no esclarecimento do nosso passado pré-histórico. Além disso, muitos dos sítios levantados, atualmente, já não mais existem. Na figura 7 (abaixo), percebemos que alguns dos painéis levantados por Dantas obedecem a uma seqüência de cenas que apresentam figuras humanas, de animais e utensílios que devem fazer parte do cotidiano destas populações.

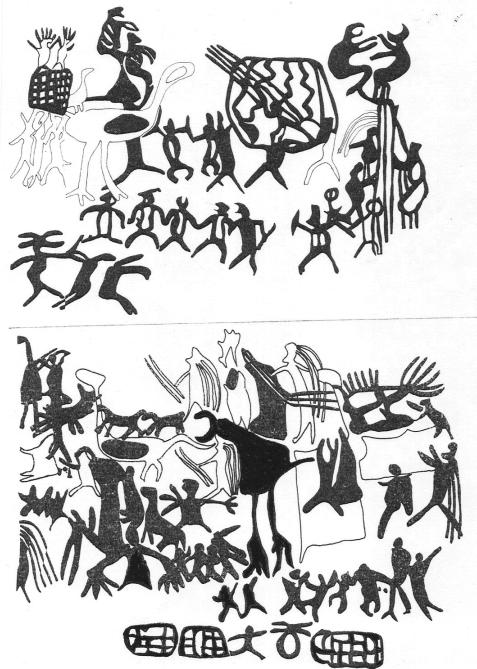


Fig. 7: Exemplo de grafismo bicolônicos da Tradição Nordeste/ Subtradição Seridó, em Carnaúba dos Dantas.

Fonte: Dantas, 1994

Também foi percebido para este período, que algumas revistas discutem sobre as Itacoatiaras de Ingá, citada por Clóvis de Lima, que revela o quanto este monumento era

impressionante e filho de um passado, sinais de escrita ideográfica, como se representassem “elos de um só círculo de influência” (IHGP, 12, p. 122).

Desta forma, pouco se discutiu por esta instituição sobre assuntos relacionados aos registros encontrados em nosso Estado, mas o pouco que se tem demonstra que o interesse e, muitas vezes, a curiosidade de alguns, foi despertada para os mistérios da nossa ocupação pré-histórica.

4.3.2 PROCA (Programa de Conscientização Arqueológica)

O Proca (Programa de Conscientização Arqueológica) surge com o intuito de realizar um trabalho educacional nos municípios do interior paraibano e elencava a proposta de realizar palestras e mini-cursos que procurassem envolver atividades conscientizadoras sobre o potencial e a valorização do patrimônio arqueológico local e regional na Paraíba. Entendendo os monumentos arqueológicos como sendo parte integrante do meio ambiente por nele estar inserido, tem a preocupação de analisar o contexto natural de cada sítio pesquisado. Em suas pesquisas ele procura fazer um levantamento de sítios arqueológicos existentes no Estado, onde 90% deles encontram-se distribuídos no Planalto da Borborema, com maior concentração na região dos Cariris Velhos e Agreste paraibanos. Foram visitados os sítios de registro rupestre publicados na obra de José de Azevedo Dantas denominado “*Uma Civilização Antiquíssima*”, de 1994, os encontrados na obra de Ruth Trindade de Almeida chamado “*A Arte Rupestre nos Cariris Velhos*” e no de João Marinho Moraes Neto, “*Itacoatiaras do Seridó Paraibano*”. A edição de uma revista chamada RETAP (Revista Trimestral da Atividades do Proca) coloca para o conhecimento da sociedade todo o levantamento por eles realizado de forma a complementar às atividades realizadas realizadas por estes pesquisadores.

4.3.3 As pesquisas de Ruth Trindade de Almeida

Almeida (1979) nos faz um relato sobre os sítios arqueológicos que apresentam registros rupestres encontrados na região do Cariri paraibano, principalmente os localizados nas redondezas da serra denominada Cariris Velhos. Em seu livro intitulado *A arte rupestre nos Cariris Velhos*, sistematiza seus levantamentos feitos em trabalho de campo e toda a sua

pesquisa sobre a região, demonstrando uma descrição dos sítios visitados na época de sua pesquisa, realizando desta forma os devidos cadastramentos destes sítios, sendo que esta é a única obra que trata sistematicamente os sítios arqueológicos do Estado da Paraíba. Nestes levantamentos, se pode ter uma visão geral da importância do local com relação à existência do registro rupestre nesta região, já que estão documentadas as localizações de alguns sítios, suas formas e a tipologia de sinais encontrados. Para Almeida, com relação à sua pesquisa:

No que se refere às atividades de campo, temos a dizer que quase todos os sítios foram visitados apenas uma vez, sendo as gravuras ou pinturas copiadas e fotografadas, o que é suficiente para o cadastramento mas insuficiente para estudo mais detalhado. Nessa fase preliminar do trabalho anotamos tudo que nos foi dado observar sem preocupação com julgamento de valor. Partindo do princípio de que todos os sítios são igualmente importantes, aplicamos a todos eles a mesma técnica de trabalho, pois não teria sentido qualquer seleção de material, aprioristicamente. Assim, o presente trabalho será pouco mais que um relatório, no qual apresentamos um quadro do que vimos no campo. Será o início de uma longa história a ser concluída por outros... Equivale dizer que ainda não há condições para afirmar em que época essas pedras foram desenhadas ou gravadas, ou que hipóteses podem ser formuladas para explicar o emaranhado de símbolos deixados na pedra pelos habitantes que nos antecederam na região (ALMEIDA, 1979, p.14-15).

Desde o título de seu trabalho, Almeida faz referência aos registros rupestres os chamando de “arte rupestre”. Este conceito, sempre foi muito discutido por teóricos da área e, ao mesmo tempo, muito polêmico. A utilização de vários termos para sua significação “induz uma metodologia e marcos teóricos sobre os quais se pretende adequar uma possível interpretação deste objeto de estudo” (SILVA, 2004). Por isso, ele já se mostra consagrado pelos estudiosos da arqueologia e, mesmo assim, muitos ainda não o assimilam. É o que fala Prous quando declara que:

[...] a ‘obra de arte’ é considerada, desde Kant, uma ‘finalidade sem fim’, ou seja, sua própria finalidade, objeto de contemplação estética quase que mística... Por não o conhecer, é que consideramos uma escultura de sambaqui, de catedral gótica ou da Nigéria apenas como ‘obra de arte’, e não como instrumento de culto, ou meio de propagação de uma ideologia” (PROUS, 1992, p. 510).

Aguiar, analisando o trabalho de Trindade diz que ela:

[...] concentrou seu trabalho na região geográfica denominada “Cariris da Paraíba”. Dos 49 sítios por ela estudados, 34 são de pinturas, 13 são de

gravuras e 2 apresentam as duas manifestações associadas no mesmo painel. Em sua grande maioria os desenhos são abstratos, sendo o objeto representado de forma esquemática ou simplificada. Em menor número de sítios a arte naturalista ou figurativa, também aparece (AGUIAR, 1982, p.92).

Além de que:

[...] limitou-se a fazer uma descrição do sítio e, sucintamente, do tipo de pintura ou gravura localizado, sem determinar para seus achados a tradição a que poderiam pertencer. Posteriormente com a continuação das pesquisas em Pernambuco, vimos que os sítios localizados nos “Cariris da Paraíba”, podem ser incluídos na tradição “Agreste”... (AGUIAR, 1982, p.93).

Fazendo um levantamento dos sítios arqueológicos levantados do Almeida, percebemos que a maioria foram sítios de pintura, como demonstra a tabela abaixo:

MUNICÍPIO	SÍTIO	OCORRÊNCIA
Aroeiras	Papagaio	Pintura
	Pedras Altas	Pintura
	Uruçu	Pintura
Barra de São Miguel	Pedra Pintada	Pintura
Boa Vista ⁶	Fazenda Aldeia	Pintura/Gravura
	Sítio Bravo	Pintura/Gravura
Boqueirão	Altar	Pintura
	Sem Nome (Santo Antônio)	Pintura
	Serra do Caturité (Caturité)	Pintura
Cabaceiras	Caiçara	Pintura
	Lajedo Pai Mateus	Pintura
Congo	Caiçara	Pintura
	Serra Engabelada	Pintura
Fagundes	Catuama	Pintura
	Laranjeiras	Pintura
Gurjão	Pedra Grande	Pintura
	Caifaz	Gravura
	Catinga	Gravura
Lagoa Seca	Amaragi	Gravura
Olivedos	Fazenda São Braz	Pintura/Gravura
Queimadas	Sítio Bodopitá	Pintura
	Sítio Castanho	Pintura

⁶ No período do levantamento de Ruth Trindade, este município era distrito de Campina Grande, por isso, em seu livro esses sítios não estão no município de Boa Vista, mas como fazendo parte de Campina Grande.

	Cinco Cruzes	Pintura
	Gravatá	Pintura
	Pedra Comprida	Pintura
	Pedra do Touro	Pintura
São João do Cariri	Muralha do Meio do Mundo (Picoito)	Pintura
	Mares I (Lajedo do Eliseu)	Gravura
	Mares II (Pedra do Jacó)	Pintura
	Formigueiro	Pintura
São José dos Cordeiros	Fazenda Tapera	Pintura
	Algodão	Pintura
	Cachoeira	Gravura
	Novo (Mororó)	Gravura
Serra Branca	Areias	Pintura
	Capoeira	Pintura
	Cauaçu	Pintura
	Conceição	Pintura
	Macambira	Pintura
	Pé de Serra	Pintura
	Capoeira	Gravura
	Lajedo Jatobá	Gravura
	Fazenda Poção	Gravura
	Fazenda Saco	Gravura
	Lajedo Tamburil	Gravura
	Poção 2	Pintura
Sumé	Balanço	Pintura
	Fazenda Pedra Comprida	Pintura
	Olho D'água de Padre	Gravura

Quadro 2: Levantamento de sítios arqueológicos feitos por Ruth Trindade de Almeida, em 1979.

Fonte: Almeida (1979)

Para Pessis (2003), o esforço físico necessário para a realização das pinturas é menor do que o exigido para a produção das gravuras, de forma que existem limitações impostas pelo próprio suporte e pelas técnicas utilizáveis.

De acordo com as discussões vigentes, a expressão ‘arte’ estaria ligada à interpretação do apreciador, numa visão subjetivista, não podendo ser concebida dentro dos limites de busca da verdade científica. Vemos o que afirma Bourdieu: “[...] a classe dos objetos de arte seria definida pelo fato de que existe uma percepção guiada por uma intenção propriamente estética, isto é, uma percepção de sua forma mais do que sua função” (apud RIBEIRO, 1995, p.28). A arte seria um produto histórico, legitimida pela sociedade que a produziu, pois fora dela seu significado perde o seu sentido dando lugar apenas à beleza plástica. Atendendo à inserção histórica, as representações rupestres estariam vinculadas à esfera estética e estariam

representando uma lógica simbólica. Assim mesmo, considerando que seu significado original está perdido, há a persuasão do universo simbólico que norteou essas criações.

A preocupação de estudiosos da área quanto ao uso da terminologia “arte rupestre” os levou a buscar metodologias que procurassem direcionar as hipóteses a serem estudadas como forma de legitimar o seu conteúdo enquanto objeto de pesquisa científica. Isto seria uma forma de se dar uma seqüência lógica, dentro da comunidade científica, buscando uma maneira de se direcionar as terminologias e favorecer a sua utilização em áreas afins. É o que Martín discute quanto às polêmicas entre arqueólogos e historiadores da arte, no que diz respeito à discussão do termo ‘arte’, dado aos registros rupestres. Segundo ela, eles “procuram respostas diferentes às mensagens que as pinturas e gravuras rupestres proporcionam” (MARTÍN, 2003, p. 237).

Durante o período de 1839 a 1950, o termo que predomina para os grafismos rupestres seria os que nos remetem a uma idéia de comunicação através destes vestígios, ou seja, hieróglifos, letreiros antigos, escrita pré-histórica. Entre 1950 e 1960, seria o que André Prous chamaría de “Período Formativo, ou seja, se procurou criar instituições de pesquisas com o apoio de profissionais estrangeiros. Neste período, já começa a se consolidar o termo “arte rupestre” (PROUS, 1992, p.11).

De 1970 a 1980, percebe-se uma maior sistematização dos procedimentos arqueológicos para os registros e pesquisa dos sítios, surgindo daí discussões sobre estilo, tradição, cronologia e ambiente, elementos essenciais para que ocorra uma boa interpretação dos registros rupestres. Entre 1980 e 1985 começa a surgir uma preocupação maior com relação à metodologia utilizada nos estudos que eram muito limitadas, tornando obsoleta a idéia de se abordar os sítios apenas como caráter descritivo. Novas propostas teórico-metodológicas começam a se preocupar em buscar meios que procurem abordar, com mais clareza, o significado das representações rupestres, com explicações mais coerentes (PROUS, 1992).

É importante ressaltar que os modernos estudos sobre os registros rupestres se apropriam de conceitos e teorias da antropologia, da psicologia cognitiva e da semiótica, principalmente na “Teoria Semiótica de Pierce”, baseada no tripé signo objeto, veículo e interpretante, que procura discutir os conceitos de signo, sinal e informação, e a relação existente entre eles. Através destas discussões, se procura estabelecer o vínculo entre as sociedades pretéritas passando a abordar formas de representação que o homem faz do seu

universo, sua concepção de mundo, baseadas nos vestígios materiais deixados por estes povos.

O fato de Almeida (1979) se referir aos registros como elementos de “arte rupestre” não diminui a importância e o caráter inestimável de sua obra pelo fato dela estar ligada a uma área na região do atual Cariri paraibano e que demonstra ser a tentativa de estabelecer um banco de dados, que venha a sistematizar um levantamento preliminar desta região e que vem, mais tarde, a ser complementada por outras pesquisas de mesma natureza. Assim, que seu trabalho acaba por definir uma unidade estilística para a região do Cariri Paraibano, o estilo “Cariris Velhos”, filiado a Tradição Agreste. Segundo ela, “os sítios da sub-tradição Cariris-Velhos, que apresentam indícios de ocupação, formam estruturas bem definidas que consideramos como o “habitat” típico dos caçadores dessa sub-tradição rupestre” (MARTÍN, 1999, p. 281).

Desta forma, ela caracteriza a territorialidade da sub-tradição Cariris Velhos como os sítios rupestres da tradição Agreste que se estendem numa ampla área ao sul da Paraíba e ao Nordeste de Pernambuco, ou seja, 36° - 37° de longitude, limitados pelos municípios de Campina Grande ao norte e Arcos ao sul.

4.3.4 Fundação Casa de José Américo

O Projeto de pesquisa Resgate Histórico, Arqueológico, Arquitetônico e Cultural da Região do Cariri paraibano compreendeu os municípios de São João do Cariri, Cabaceiras e Serra Branca. Através desse levantamento foi elaborado um relatório que tinha como objetivo identificar e registrar os bens culturais da Região do Cariri, dentre eles o patrimônio arqueológico, visando a promoção e proteção desse patrimônio cultural.

Através de um inventário da região, onde se registravam os bens culturais, se procurava divulgar o patrimônio cultural, de forma a criar condições de se promover a promoção de uma interiorização do turismo cultural desses locais.

Pessis, analisando os registros encontrados no Piauí, ressalta a importância de se estudar esta forma de expressão das sociedades pretéritas e afirma que:

Os registros gráficos pré-históricos, pintados ou gravados, são produtos de uma atividade que, para a pré-história, possui, como vestígio arqueológico, um valor duplo. Tem a materialidade constituída pelos desenhos, que são os

primeiros na história da cultura humana e que fornecem informações sobre como se resolviam os problemas técnicos para atingir um produto gráfico. E também são suporte da dimensão imaterial da cultura, constituída pela temática tratada, pelo que as figuras representam e pelos múltiplos significados que estes registros tiveram para seus autores ao longo de um tempo remoto (PESSIS, 2003, p.55)

A proposta visa subsidiar a criação de normativas para o gerenciamento das áreas históricas e pré-históricas, seu tombamento, proteção, revitalização ou restauração destes bens patrimoniais, bem como nortear a implantação ordenada do turismo histórico, arqueológico e ecológico na região do Cariri paraibano.

O projeto inicial visava à visitação de todos os municípios desta área, mas por motivos políticos, este projeto terminou se limitando aos municípios citados anteriormente, não havendo o tempo necessário para a sua conclusão.

Assim, os levantamentos feitos do patrimônio arqueológico promovem a busca pelos marcadores de memória presentes nas continuidades deixadas pelo passado pré-histórico de forma a promover a construção da memória e identidade do povo que vive nesta região e que foi deixada pelos antepassados para que fiquem registrados os marcos da história de um povos.

4.3.5 Programa Arqueológico do Cariri Paraibano

Azevedo Netto (2005) sistematizou sua pesquisa arqueológica nesta mesma região de forma a procurar evidenciar as manifestações de registro rupestre existentes com o objetivo de compor as manifestações culturais relacionadas às questões ambientais, em uma abordagem mais completa dos vários nichos ambientais existentes nessa região do semi-árido nordestino. Sua área de abrangência não se limita apenas à região conhecida como Cariris Velhos, mas contempla todo o atual Cariri paraibano.

Os estudos arqueológicos no território do Estado da Paraíba têm se apresentado de modo pontual, mas em alguns momentos relacionado aos estudos ambientais, nos mais diversos formatos e circunstâncias. Este fato é fruto da percepção de que a esfera dos comportamentos culturais, que configura o ambiente antrópico, também é influenciada e influencia as formações ambientais, circunscrevendo assim um ambiente total. Em função dos resultados observados no Projeto Arqueologia do Cariri - O reconhecimento e documentação dos sítios arqueológicos a partir do qual

podem-se inferir que há uma relação estreita entre os compartimentos topográficos e a forma como os sítios arqueológicos estão distribuídos... (AZEVEDO NETTO, 2005. p.1)

Assim, a preservação de qualquer forma de patrimônio, só é possível na medida em que ele passe a fazer parte do cotidiano e da história da população que convive com ele, esta pesquisa apresenta como objetivo principal a tarefa de identificar, localizar e prospectar os sítios arqueológicos correlacionados aos sítios de registro rupestre existentes no Cariri paraibano, visando a construção de uma relação entre esses componentes do registro arqueológico e essa região do nordeste brasileiro. Segundo Azevedo Netto (2005, p.4) “a prática atual dos estudos arqueológicos está intimamente relacionada com a preocupação de reconstituição dos processos sociais, culturais e até cognitivos, a partir dos artefatos produzidos e usados” pelas mais diversas sociedades, e, essa perspectiva demonstra que através das recorrências das formas culturais obtidas através das informações arqueológicas se consegue chegar a uma real formação de comunidades que se reconheça com afinidades de presente e de passado, estabelecendo-se, assim, a identidade cultural de uma sociedade e, desta forma, evidenciando os marcos referenciais desta mesma sociedade. Nas figuras abaixo (8, 9, 10 e 11) se evidencia a presença de várias formas de expressão cultural deixadas nos painéis de registro rupestre encontrado municípios de São João do Cariri, Serra Branca, Queimadas e Sumé. Percebe-se que para cada área as formas de expressão cultural demonstram particularidades estéticas e técnicas dos registros encontrados nos diversos sítios da região.



Fig. 8: Gravação do sítio Serrote dos Letreiros – Município de São João do Cariri/PB
Fonte: Carlos Xavier de Azevedo Netto



Fig. 9: Gravação do sítio Poção – Município de Serra Branca/PB
Fonte: Carlos Xavier de Azevedo Netto

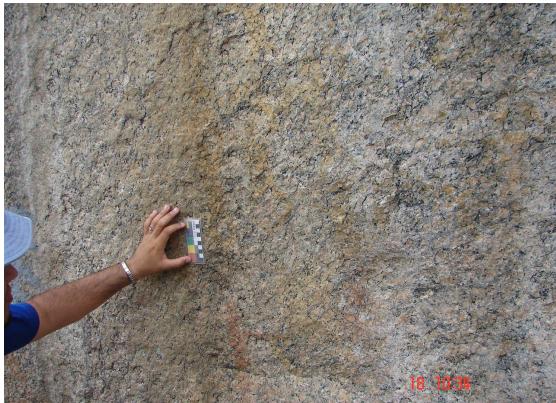


Fig. 10: Pinturas do sítio Castanho I – Município de Queimadas/PB

Fonte: Carlos Xavier de Azevedo Netto



Fig. 11: Pintura do sítio Pedra Ferrada – Município de Sumé/PB

Fonte: Carlos Xavier de Azevedo Netto

Podemos dizer que as pesquisas realizadas por Azevedo Netto compreendem três etapas. Num primeiro momento, seu projeto era denominado “A arte rupestre na Bacia do Rio Taperoá: a ordenação e representação de seus dados”, realizado a partir de 2003, com o apoio do CNPq, e apresentava como objetivo documentar e organizar os dados existentes sobre os registros rupestres que fossem sendo encontrados ao longo da Bacia do Rio Taperoá, no Cariri paraibano, visando a construção de um banco de dados sobre este registro nesta região.

Utilizando como apoio não apenas a pesquisa realizada por Almeida (1979), também se procurou expandir sua área de pesquisa aumentando a quantidade de sítios arqueológicos encontrados nesta região. Desta forma, se ampliou a quantidade de sítios existentes e catalogados para a região do Cariri. A segunda etapa da pesquisa realizada por Azevedo Netto se inicia em 2005, dando sempre continuidade ao projeto anterior. Nesta etapa, ele procura ampliar a região da pesquisa abordando todo o Cariri paraibano. Seu projeto passou a denominar “Arqueologia do Cariri” e continuou sendo financiado pelo CNPq. Atualmente, este projeto é denominado de “Programa Arqueológico do Cariri” ligado ao “*Programa de Pesquisas Ecológicas de Longa Duração – PELD – CAATINGA*” e será desenvolvido junto ao “*Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA/UFPB*”. Seu objetivo é prospectar e escavar os sítios arqueológicos, identificados e localizados no projeto “*Arqueologia do Cariri*”, correlacionados aos sítios identificados com o registro rupestre, visando a construção de uma relação entre esses componentes do registro arqueológico para essa região do nordeste brasileiro. Na tabela abaixo, classificamos os sítios arqueológicos de acordo com a natureza e modalidade dos mesmos.

Município	Sítio	Natureza	Modalidade
Camalaú	Barra	Cemitério	Ósseo e cerâmica
	Pedra Pintada	Registro Rupestre	Pintura e Gravura
	Cangalha	Registro Rupestre e cerâmica	Pintura
	Cacimba das Bestas I	Registro Rupestre	Pintura
	Cacimba das Bestas II	Registro Rupestre	Pintura
	Cacimba das Bestas III	Registro Rupestre	Pintura
	Cacimba das Bestas IV	Registro Rupestre	Pintura
	Cacimba das Bestas V	Registro Rupestre e cerâmica	Pintura
	Cacimba das Bestas V'	Registro Rupestre	Pintura
Campina Grande	Estreito	Registro Rupestre	Gravura
Queimadas	Castanho I	Registro Rupestre	Pintura
	Castanho II	Registro Rupestre	Pintura
	Castanho III	Registro Rupestre	Pintura
	Pedra do Touro	Registro Rupestre	Pintura
	Loca	Registro Rupestre	Pintura
	Pedra do Parafuso	Ocupação	Cerâmico e lítico
	Zé Velho	Registro Rupestre	Pintura
	Bodopitá	Registro Rupestre	Pintura
	Guaratiba	Registro Rupestre	Pintura
São João do Cariri	Mare I	Registro Rupestre	Gravação
	Mare II	Registro Rupestre	Pintura
	Picoito	Registro Rupestre	Pintura
	Serrote do Letreiro	Registro Rupestre	Pintura e Gravura
	Serrote da Jurema	Cemitério	Ósseo e cerâmica
São João do Tigre	Cadeia I	Registro Rupestre	Pintura
	Cadeia II	Registro Rupestre	Pintura
	Cadeia III	Registro Rupestre	Pintura
	Jucurutu	Registro Rupestre	Pintura
	Jurema	Registro Rupestre	Pintura
	Pintura	Registro Rupestre	Pintura
	Roçado do Seu Ulisses I	Registro Rupestre	Pintura

	Roçado do Seu Ulisses II	Registro Rupestre	Pintura
	Serrote do Camaleão	Registro Rupestre	Pintura
	Sítio 2	Registro Rupestre	Pintura
	Sítio 3	Registro Rupestre	Pintura
	Várzea Grande	Registro Rupestre	Pintura
	Várzea Grande II	Registro Rupestre e cerâmico	Pintura
	Cavaco	Registro Rupestre	Pintura
São José dos Cordeiros	Pedra do Cazé	Registro Rupestre	Pintura
Serra Branca	Poção	Registro Rupestre	Gravura
	Poção II	Registro Rupestre	Pintura
	Tamburil	Registro Rupestre	Gravura
Sumé	Pedra da Onça	Registro Rupestre	Gravura
	Pedra Ferrada	Registro Rupestre	Pintura
Zabelê	Logradouro I	Registro Rupestre	Pintura
	Logradouro II	Registro Rupestre	Pintura
	Logradouro III	Registro Rupestre	Pintura

Quadro 3: Levantamento de sítios arqueológicos no Cariri Paraibano.

Fonte: Dados do Programa Arqueológico do Cariri Paraibano (2006)

Através destes levantamentos se conseguiu fazer um cartograma de localização de alguns sítios arqueológicos encontrados no Cariri paraibano. Isto é demonstrado nos mapas encontrados nos anexos (I, II , III e IV), encontrados no final deste capítulo.

Nos sítios de registro rupestre levantados por estes projetos percebeu-se que, através da coleta de dados realizada na região em questão, para os sítios com gravações, foi observado que sua ocorrência encontra-se associada, de modo geral, a lajados, ou mesmo a afloramentos horizontais, com figurações geométricas lineares, apresentando raríssimos casos de pontos e círculos, com sulcos muito rasos, sempre a céu aberto. Os suportes dessas gravações encontram-se nos sopés das serras da região, não sendo identificados, até o momento, outros vestígios em cotas mais altas.

Para os sítios de pinturas, estes se encontram em afloramentos graníticos, ocupando várias faces verticais dos mesmos (fig. 13), não sendo observado nenhuma determinação de orientação magnética dos painéis. Os seus motivos são mais abrangentes que das gravações, desde geométricos lineares, circulares até figuras que lembram antropomorfos (fig. 15), ocupando paredes verticais ou mesmo pequenos abrigos. As cotas verificadas nestes locais apresentam-se mais elevadas que as apresentadas pelas gravações, embora sejam ainda

próximos aos sopés das serras. É interessante observar que não foi observada nenhuma relação de continuidade entre os mesmos, com exceção do Serrote dos Letreiros, onde um de seus painéis é de pintura.

A existência de elementos da cultura material, como artefatos (figs.12 e 14) encontrados nesta região também são catalogados pela equipe de pesquisa.



Fig. 12: Material lítico encontrado no Município de São João do Tigre/PB

Fonte: Carlos Xavier de Azevedo Netto



Fig. 13: Pintura do sítio Pintura - Município de São João do Tigre/PB

Fonte: Carlos Xavier de Azevedo Netto



Fig. 14: Exemplo de cerâmica com decoração plástica do Município de Camalaú/PB

Fonte: Carlos Xavier de Azevedo Netto

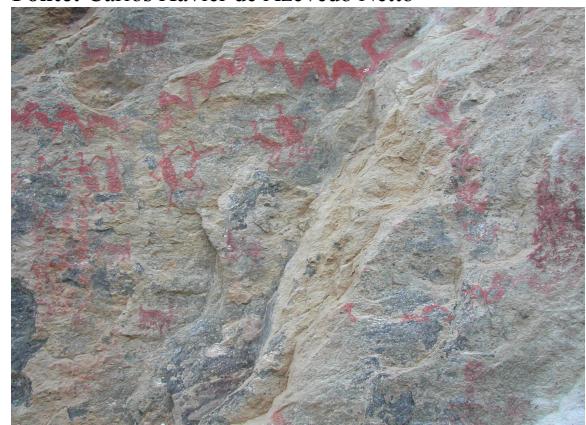


Fig. 15: Exemplo de pintura de cenas no Município de Camalaú/PB

Fonte: Carlos Xavier de Azevedo Netto

A terceira forma de ocorrência de sítio arqueológico neste município que foi observada é exemplificada pelo sítio Serrote da Macambira. Ele é um abrigo sob-rocha, formado por afloramentos graníticos que forma um salão contendo três aberturas. Não possui pinturas ou gravações rupestres, mas foram encontrados restos humanos diretos e material lítico e cerâmico.

4.3.6 Sociedade Paraibana de Arqueologia

A Sociedade Paraibana de Arqueologia foi fundada no dia 11 de outubro de 2006, e tem como objetivo reunir pesquisadores e outros interessados no campo da arqueologia, espeleologia e paleontologia para que sejam desenvolvidas pesquisas no território paraibano. A partir desta data, a cada dois meses, é lançado um boletim informativo que divulga as atividades desenvolvidas pelos associados da instituição. Estes dados são referentes a dados que estão sendo coletados no território paraibano, além de algumas contribuições referentes aos mais diversos assuntos de interesse dos seus associados. Fazem parte de seu quadro de associados pesquisadores das mais diversas linhas de estudo, os quais não precisam, necessariamente, terem formação acadêmica para fazerem parte das suas publicações.

Quando realizam seus trabalhos de campo, eles o fazem de forma a realizar levantamentos dos locais visitados. Foi assim quando visitaram cidades do Cariri paraibano como São João do Cariri, São João do Tigre, Camalaú, Serra Branca, entre outras.

Independente das discussões que os mesmos apresentam, o lançamento destes boletins colocam a esta sociedade diretamente ligada ao que se está produzindo em pesquisas para a região de forma a tornar esta mesma população ciente que existem levantamentos e que há uma preocupação em levar estas informações ao contato desta sociedade. O fato destes boletins serem produzidos no meio digital faz com que ele se torne acessível a diversos segmentos desta sociedade, pois não me lembro de ter encontrado nenhuma cidade em que não existisse uma “*lan-house*” que colocasse esta mesma população em contato com a internet. Na figura abaixo (fig. 16), vemos o primeiro exemplar apresentado em meio eletrônico pela Sociedade Paraibana de Arqueologia.

SPA
SOCIEDADE PARAIBANA DE
ARQUEOLOGIA

Boletim
Ano I, Nº 01, Campina Grande. dez/2006.

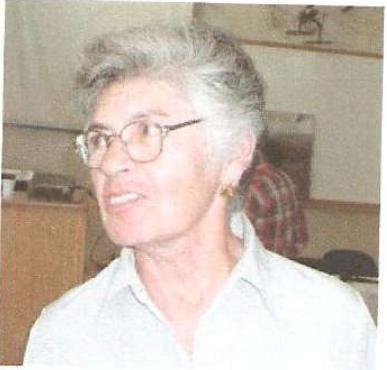
BOLETIM INTERNO DA SOCIEDADE PARAIBANA DE ARQUEOLOGIA
Redator chefe e presidente da SPA: Prof. Vanderley de Brito

Fundada a Sociedade Paraibana de Arqueologia.

No dia 11 de outubro de 2006, às 20:00h, na rua José da Silva Chaves, 135, bairro do Quarenta, Campina Grande/PB, reuniram-se os pesquisadores Vanderley de Brito, Juvandi de Souza Santos, Thomas Bruno Oliveira e Sheila Dias Farias para criação da Sociedade Paraibana de Arqueologia (SPA), cujos participantes constituíram a primeira direção da sociedade civil que será presidida pelo professor Vanderley de Brito pelo prazo de dois anos. Na reunião foi apresentado e aprovado o Estatuto da SPA que prevê reunir pesquisadores no campo da arqueologia, espeleologia e paleontologia para desenvolverem pesquisas em território paraibano.

A SPA foi registrada no Cartório Único Ofício Maria das Neves Ramos Vital Ribeiro, em Queimadas, no dia 06 de novembro de 2006, cujo anúncio público foi registrado no Jornal da Paraíba de 26 de novembro de 2006.

Morre Eunice Braz, a guerreira da caatinga.



Faleceu recentemente a artista plástica e professora Eunice Braz Boaventura, proprietária da RPPM Fazenda Almas, uma reserva no cariri da Paraíba com importantes sítios arqueológicos. Eunice defendia o patrimônio natural, histórico e arqueológico da reserva e sempre se prestou a colaborar com pesquisas na propriedade. Acompanhou o trabalho de Ruth Trindade de Almeida na década de 1970, as pesquisas do PROCA e, mais recentemente, as pesquisas do arqueólogo Carlos Xavier na propriedade.

Fig. 16: Capa do primeiro exemplar do Boletim da Sociedade Paraibana de Arqueologia
Fonte: www.arqueologiadaparaiba.blogspot.com

As discussões levantadas acerca dos registros encontrados pelos levantamentos arqueológicos que foram feitos por pesquisadores na região do Cariri paraibano vem, juntamente com as informações históricas sobre os primeiros habitantes a contribuir para que seja constatada a existência de uma cultura histórica nesta região e, assim, procurar contribuir com os estudos da Pré-história local de forma que se possa surgir, num futuro próximo, estas propostas possam gerar novas pesquisas referentes a esta região.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos, nessa parte de nosso trabalho, tecer algumas considerações a título de inferências de nossa pesquisa. Discutir se há ou não uma cultura histórica no Cariri paraibano e se ela pode ser exemplificada pelos registros históricos e arqueológicos por lá encontrados foi a nossa grande preocupação. Vale salientar que por mais pesquisas que se façam nesta região, até o presente momento, muito ainda tem que ser feito com o objetivo de conseguir respostas para os processos históricos referentes aos primeiros habitantes que, porventura, aconteceram antes da chegada dos europeus.

Aliar a História à Arqueologia não foi uma tarefa fácil para esta nossa pesquisa. Até porque, ela tinha que atender à demanda da área de concentração do Mestrado e à linha de pesquisa sobre História Regional em que estava inserida. Por isso, trabalhamos numa área que podemos chamar de fronteiriça, mas que muito veio a contribuir com o nosso crescimento profissional e particular.

Procurando mostrar as novas discussões existentes dentro do campo da Nova História Cultural, discutimos a polissemia do termo cultura e chegamos ao conceito de cultura histórica.

A construção a que nos referimos a todo instante aborda a análise de processos culturais empreendidas por historiadores de ofício e por aqueles agentes que, de forma direta ou não, são responsáveis pela realização de processos históricos como é o caso abordado nesta dissertação, de pesquisas arqueológicas que foram realizadas no Cariri paraibano em períodos distintos. Assim, devido à nossa iniciativa de procurar respostas para as nossas indagações, discorremos sobre o que para nós podemos considerar necessário para que se possa construir uma cultura histórica.

Se há ou não uma cultura histórica existente para a região do Cariri paraibano referente aos primeiros habitantes que viveram nesta área, isto só foi possível saber depois da nossa pesquisa concluída.

Por isso, partindo do conceito por nós proposto para o que conhecemos sobre cultura histórica em que afirma que cultura histórica é a relação do homem com o seu passado dizemos que os agentes responsáveis por este processo fazem uma leitura do passado perpassando os processos culturais que fazem parte da história da sociedade estudada.

Para a nossa conclusão afirmamos que a cultura histórica do Cariri paraibano relacionada aos primeiros habitantes que viveram nesta região, faz parte do processo histórico que está sendo

construído pela população local e que ela vem assimilando sua própria história através do contato de pesquisadores com a sua população.

Após apresentarmos o nosso conceito sobre o que considerar como cultura histórica, abordamos, através das pesquisas históricas, as teorias apresentadas por historiadores clássicos e por historiadores contemporâneos que procuraram analisar o processo histórico da conquista desta região através de uma abordagem descritiva para a história mais clássica e outra mais interpretativa e indagadora quando falamos de historiadores contemporâneos.

A visão dos historiadores considerados como clássicos se tornaram importantes para a historiografia devido ao seu caráter inédito em que elas foram apresentadas, pois suas informações, que foram muitas vezes revisitadas por historiadores contemporâneos, nortearam as discussões vigentes em diversos períodos da história local paraibana.

Assim, podem-se buscar informações sobre as discussões existentes sobre a ocupação do Cariri paraibano tendo em vista que, dentro da própria historiografia local, a região considerada foi pouco discutida em diversos períodos e que só na atualidade é que novas discussões são colocadas como forma de se questionar essas visões tradicionais.

O saber histórico abordado nas escolas através da própria disciplina História é que vem a aguçar a curiosidade das crianças e desperta o interesse da juventude em conhecer suas origens. Este mesmo saber foi despertado pelas pesquisas que foram feitas por historiadores e arqueólogos que por lá estiveram.

Isto nos faz discorrer sobre a idéia de uma história local que vem a confirmar as questões de identidade e memória, tão presentes no debate historiográfico atual como nas próprias discussões na área da arqueologia e que reverenciam a importância de fazer parte de uma história e se identificar com ela.

A nossa dissertação não discute o ponto de vista da opinião da população local sobre a cultura histórica existente para estas populações, mas como as discussões históricas e arqueológicas contribuíram para que esta construção pudesse existir no cotidiano destas sociedades locais.

Nas discussões sobre o registro arqueológico nos preocupamos em apresentar o contexto arqueológico no Nordeste do Brasil como forma de se procurar entender como as pesquisas para esta região estão sendo sistematizadas. As técnicas utilizadas para esta sistematização seguem uma linha de raciocínio que obedecem aos mesmos critérios utilizados nas diversas áreas de pesquisa estabelecidas no Nordeste brasileiro. Isto favoreceu a discussão sobre as diversas tradições existentes para as áreas de pesquisa como um todo, de forma a procurar entender como elas podem ser classificadas a partir de maiores estudos.

Percebe-se que há uma diversidade nos padrões estilísticos encontrados no Cariri paraibano em que eles se dividem em elementos da Tradição Agreste, Nordeste e mesmo, em alguns casos, da Tradição Itaquatiara. Os sítios de pintura encontrados próximos a locais fronteiriços da região sul do Cariri paraibano oferecem características peculiares a elementos da Tradição Nordeste, enquanto que na região leste do Cariri eles apresentam características similares à Tradição Agreste.

Os sítios com gravações tem recebido a denominação genérica de pertencentes à Tradição Itaquatiara e estão dispostos em áreas mais centrais desta mesma região como é o caso do município de São João do Cariri e Serra Branca e em alguns deles também está presente registros de pinturas que apresentam características da Tradição Agreste.

As nossas afirmações são baseadas nas diversas pesquisas realizadas nesta área, mas que ainda precisam ser aprofundadas para que se possam fazer mais afirmações sobre a dinâmica existente entre os registros deixados pelos primeiros habitantes desta região. Com uma ampliação das áreas de observação destes registros se podem aferir maiores afirmações sobre a pré-história da região do Cariri paraibano e apresentá-la como parte integrante da história da ocupação humana do Nordeste brasileiro.

As discussões sobre as pesquisas realizadas nesta região e que foram feitas desde a década de 1970 vem a afirmar que as mudanças ocorridas dentro da arqueologia neste período refletiram no interesse de pesquisadores em tentar dar início a uma sistematização nestas pesquisas de forma a iniciar uma intensificação da mesma numa área que, por ser considerada uma região semi-árida, pouco interesse tinha sido despertado pelos pesquisadores, pois esse tipo de pesquisa era em maior profundidade e intensidade em regiões de clima mais ameno como as regiões Sudeste e Sul do Brasil. A partir do momento que Niéde Guidón se estabelece no Nordeste, especificamente no Piauí onde descobertas surpreendentes são evidenciadas, o interesse pela região Nordeste se inicia.

Os registros históricos e arqueológicos encontrados são recepcionados pela sociedade local e fazem parte do cotidiano e da história do lugar. Se você chegar para qualquer morador local e perguntar sobre as chamadas “pedras pintadas”, como eles denominam os registros rupestres, ou sobre os indígenas que habitaram aquelas paragens, vai obter informações sobre essas áreas. Eles sempre possuem informações a nos dar, mesmo que percebamos que elas não obedecem a uma lógica, mas, mesmo assim, as informações são reais e fazem parte do saber local. Até porque, eles são responsáveis por levar equipes de pesquisa para os locais em que estes registros arqueológicos estão inseridos.

Ao longo desta pesquisa, pontuamos algumas considerações que consideramos importantes, mas que sabemos que não estamos exaurindo o tema deste nosso trabalho. Ele, ora exposto, responde, em muito, às nossas interrogações acerca do conceito de cultura histórica. No entanto, algumas outras questões não puderam ser respondidas, afinal, somos conscientes da impossibilidade de “resgatar” todo um passado. Mas a discussão que expusemos nessa narrativa, sugere algumas futuras pesquisas, o que implica dizer que o historiador nunca está satisfeito com as respostas que obtém e sempre procura fazer mais perguntas ao passado de forma a compreendê-lo.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Alice. Tradições e estilos na arte rupestre no Nordeste brasileiro. **Clio –Revista do curso de Mestrado em História**, Recife, n. 5, p. 91 – 128, 1982.
- ALMEIDA, Elpídio de. **História de Campina Grande**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1978.
- ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1966.
- ALMEIDA, Ruth Trindade de. **A arte rupestre nos Cariris Velhos**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1979.
- ALVES, Márcia Angelina. Teorias, métodos, técnicas e avanços na Arqueologia Brasileira. **Revista Canindé**, Xingo/ Sergipe, n 2, p.9 – 51, dez. 2002.
- ARRUDA, José Jobson. Cultura Histórica: territórios e temporalidades historiográficas. **Saeculum – Revista de História**, João Pessoa, v. 13, n. 16, jan./jun. 2007, p.25 – 31. 2007.
- ARTE rupestre. Disponível em: <<http://www.ab-arterupestre.org.br/arterupestre.asp>> Acesso em: 1 de set. de 2008.
- AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de. Memória e Identidade: a representação através da cultura material. In: **Caderno de Estudos e Pesquisas**, São Gonçalo (RJ), n19, p 13 – 24, 2003.
- _____. **A Arte Rupestre da Bacia do Taperoá**: a ordenação e representação de seus dados. João Pessoa: UFPB, 2004. (Projeto de Pesquisa).
- _____. Memória, Identidade e Cultura Material: a visão arqueológica. **Revista Vivência**, Natal, n. 28, p 265 – 276, 2005.
- _____. **Arqueologia do Cariri**: identificação e mapeamento dos sítios arqueológicos. João Pessoa: UFPB, 2005. (Projeto de Pesquisa).
- _____. **Programa Arqueológico do Cariri Paraibano**: princípios e produção de conhecimento. João Pessoa: UFPB, 2006. (Projeto de Pesquisa).
- _____. **Arqueologia do Cariri**. Relatório Final/CNPQ/Edital Universal, 2007.
- BARBOSA, Ricardo José Neves. **As pinturas rupestres da área arqueológica vale do Catimbau – Buíque, Pernambuco**: estudo das fronteiras gráficas de passagem. 2007. 142 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia e Conservação do Patrimônio) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2007.
- BARROS, José d'Assunção. História Cultural e História das Idéias. In: GEBRAN, Philomena (org.). **História Cultural, Várias Interpretações**. Goiânia: E.V, 2006. p.131-154.

BORGES, José Elias. Índios Paraibanos:— classificação preliminar. In: OCTÁVIO, José; RODRIGUES, Gonzaga. (orgs.). **Paraíba**: Conquista, Patrimônio e Povo. João Pessoa: [s.n.], 1993. p. 21-42.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. 10. edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. Diálogo das Grandezas do Brasil. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1977.
Disponível em: <http://cms-oliveira.sites.uol.com.br/1618_dialogos_-_brandao.pdf> Acesso em: 19 de fev. 2008.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Trad. Sérgio Góes de Paula.. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CASTORIADIS, Cornelius. **Encruzilhadas do Labirinto**: os domínios do homem. Trad. José Oscar de Almeida Marques. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. 2.

CASTRO, Eduardo B. Viveiros de. Perspectivismo e multiculturalismo na América indígena. In: _____. **A inconstância da alma selvagem**, São Paulo: Cosac; Naify, 2002. p. 345-399.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

_____. **A invenção do cotidiano**. São Paulo: Vozes, 1996.

CEVASCO, Maria Elisa. Prefácio. In: WILLIAMS, Raymond. **Palavras-Chave**: um vocabulário de cultura e Sociedade. São Paulo: Boitempo, 2007. p.9-20.

CHARTIER, Roger. Introdução e Capítulo I. In: _____. **A História Cultural**: entre práticas e representações. 2. ed. Lisboa: Difel, 2002. p14-67.

CORREA, Roberto Lobato. **Região e Organização Espacial**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987. Série Primeiros Princípios.

COSTA, Ivanice Frazão de Lima et al. **Relatório Histórico e Arqueológico da região do Sabugi Paraibano**. João Pessoa: Fundação Casa de José Américo, 2000.

COSTA, José Jonas Duarte da. **Impactos Socioambientais das Políticas de Combate à Seca na Paraíba**. 2003. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo, 2003.

CROSBY, Alfred W. **Imperialismo ecológico**: a expansão biológica da Europa, 900 – 1900. Trad. José Augusto Ribeiro e Carlos Afonso Malferrari. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC (Editora da Universidade do Sagrado Coração), 1999. Trad. Viviane Ribeiro do original La notion de culture dans les sciences sociales. Paris: Éditions la Découverte, 1996.

CUNHA, Manuela Carneiro da. (org) **História dos índios no Brasil**. São Paulo: FAPESP; Cia das Letras, 1992.

DANTAS, Beatriz G; SAMPAIO, José Augusto L; CARVALHO, Maria Rosário G. de. Os povos indígenas no nordeste brasileiro: um esboço histórico. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (org) **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 431 – 456.

DANTAS, José de Azevedo. **Indícios de uma civilização antiqüíssima**. João Pessoa: A União, 1994.

DIAS, Margarida Maria dos Santos. **Intrépida ab origine**: o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a produção da história local – 1905/1930. João Pessoa: Almeida Gráfica, 1996.

DIEHL, Astor Antônio. **Cultura Historiográfica**: memória, identidade e representação. São Paulo: Edusc, 2002.

EAGLETON, Terry. Versões de Cultura. In: _____. **A Idéia de Cultura**. São Paulo: Unesp, 2005. p.9-50.

FLORES, Élio Chaves. Dos feitos e dos ditos: História e Cultura Histórica. **Saeculum – Revista de História**, João Pessoa, v. 13, n. 16, jan./jun. 2007, p.83 – 102.

FUNARI, Pedro Paulo. Os historiadores e a cultura material. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2006.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRIINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 2007.

GASPAR, Madu. **A Arte Rupestre no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

GOMES, Ângela de Castro. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca. **Cultura Política e Leituras do Passado**. Historiografia e Ensino de História. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.43-63.

GOMES, Paulo César da Costa. O Conceito de Região e sua Discussão. In: CASTRO, Ina Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÉA, Roberto Lobato (orgs). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

GUEDES, Paulo Henrique Marques de Queiroz. **A colonização do sertão da Paraíba**: agentes produtores do espaço e contatos interétnicos (1650 – 1730). 2006.157f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HERCKMANS, Elias. Descrição Geral da Capitania da Paraíba [1639]. Recife, RIAHGPE, Recife, n. 31, p. 239-288, 1886.

JOFFFILY, Irineo. **Notas sobre a Paraíba**. Rio de Janeiro: tipografia do Jornal do Comércio de Rodrigues & C, 1892.

LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. 4. ed.. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

_____. **A História Nova**. 5. ed. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. História. In: _____. **História e Memória**. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1992. p. 47-76.

LIMA, Marcos Galindo. **O Governo das Almas**: a expansão colonial no país dos tapuias – séculos XVII e XVIII. 2003. 307f. Tese (Doutorado em História) – Leiden Universiteit, Holanda, 2003.

MACHADO, Maximiano Lopes. **História da Província da Paraíba**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1977.

MAMIANI, Luiz Vincencio. **Catecismo da Doutrina Christã na Língua Brasilica da Nação Kiriri** (1698). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1942.

MARIZ, Celso. **Apanhados Históricos da Paraíba**. João Pessoa: Conselho Estadual de Cultura, 1994.

MARTIN, Gabriela, **Pré-História do Nordeste do Brasil**. 2.ed. Recife: Universitária/UFPE, 1997.

_____. Fronteiras estilísticas e culturais na arte rupestre da área arqueológica do Seridó (RN/PB). **Clio –Revista do curso de Mestrado em História**, Recife, v. 1, n.16, p. 11 – 32, 2003. (Série Arqueológica)

MEDEIROS, Ricardo Pinto de. Entre Guerras, Currais e Missões: povos indígenas da antiga Capitania da Paraíba. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 22., 2003, João Pessoa. **Anais Eletrônicos...** João Pessoa: UFPB, 2003. Disponível em: < www.guiajp.com.br >. Acesso em: 2 fev. 2005.

MELLO, José Octavio Arruda de. **História da Paraíba**: lutas e resistências. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1995.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. O Patrimônio cultural entre o público e o privado. In: _____. **O direito à memória**: patrimônio e cidadania. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1992.

MOSCOVICI, Serge. Prefácio. In: JOVCHELOVITCH, Sandra; GUARESCHI, Pedrinho (orgs). **Textos em Representações Sociais**. Petrópolis: Vozes, 1994. p.7-16.

NIMUENDAJU, Curt. **Mapa Etno-histórico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1981.

PESEZ, Jean –Marie. História da cultura material In: LE GOFF. Jacques. **A História Nova**. 4.ed.. São Paulo: Martins Fontes, 1988, p. 210.

PESSIS, Anne-Marie. **Imagens da Pré-História: Parque Nacional Serra da Capivara.** [s.l.]: FUNDHAM/PETROBRÁS, 2003.

_____. Apresentação gráfica e apresentação social na Tradição Nordeste de pintura rupestre no Brasil. In: **Clio – Série Arqueológica**, Recife, n. 5, p. 11-35, 1988.

_____. Identidade e classificação dos registros pré-históricos do nordeste do Brasil. In: **Clio – Série Arqueológica**, Recife, v. 1, n. 8, p. 35 – 68, 1992.

PINTO, Irineu Ferreira. **Datas e Notas para a história da Paraíba** (1908). João Pessoa: Universitária, 1977. v. 1.

PROUS, André. **Arqueologia Brasileira**. Brasília: UnB, 1992.

PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros: Povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil (1650-1720)**. São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2002.

RETAP – Revista Trimestral das atividades do PROCA, 2003

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PARAIBANO, v. 12. João Pessoa: Teone, 1953.

RIBEIRO, B. Achegas à definição de arte indígena. **Interfaces**, Rio de Janeiro, n.1, Junho, 1995.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SALES, José Borges de. **Alagoa Nova: notícias para sua história**. Fortaleza: Gráfica Editora, 1990.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Linha de Horizonte. In: _____. *A Globalização e as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez, 2002. p.25-102.

SEIXAS, Wilson Nóbrega. **IHGP – Anais do Ciclo de Debates sobre a Paraíba na participação dos 500 anos de Brasil**. João Pessoa: Secretaria da Educação e Cultura do Estado, 2000.

_____. Pesquisas para a história do sertão. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**, João Pessoa, n. 21, p. 51-84, 1975.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

SILVA, Joaquim Perfeito da. **Arte rupestre**: conceito e marco teórico. Disponível em: <[Rupesstreweb](http://repesstreweb.tripod.com/conceito.html), <http://repesstreweb.tripod.com/conceito.html>>, 2004>. Acesso em 24 mar. 2006.

TAVARES, João de Lyra. **Apontamentos para a História Territorial da Paraíba**. Mossoró: Fundação Guimarães Duque, 1989.

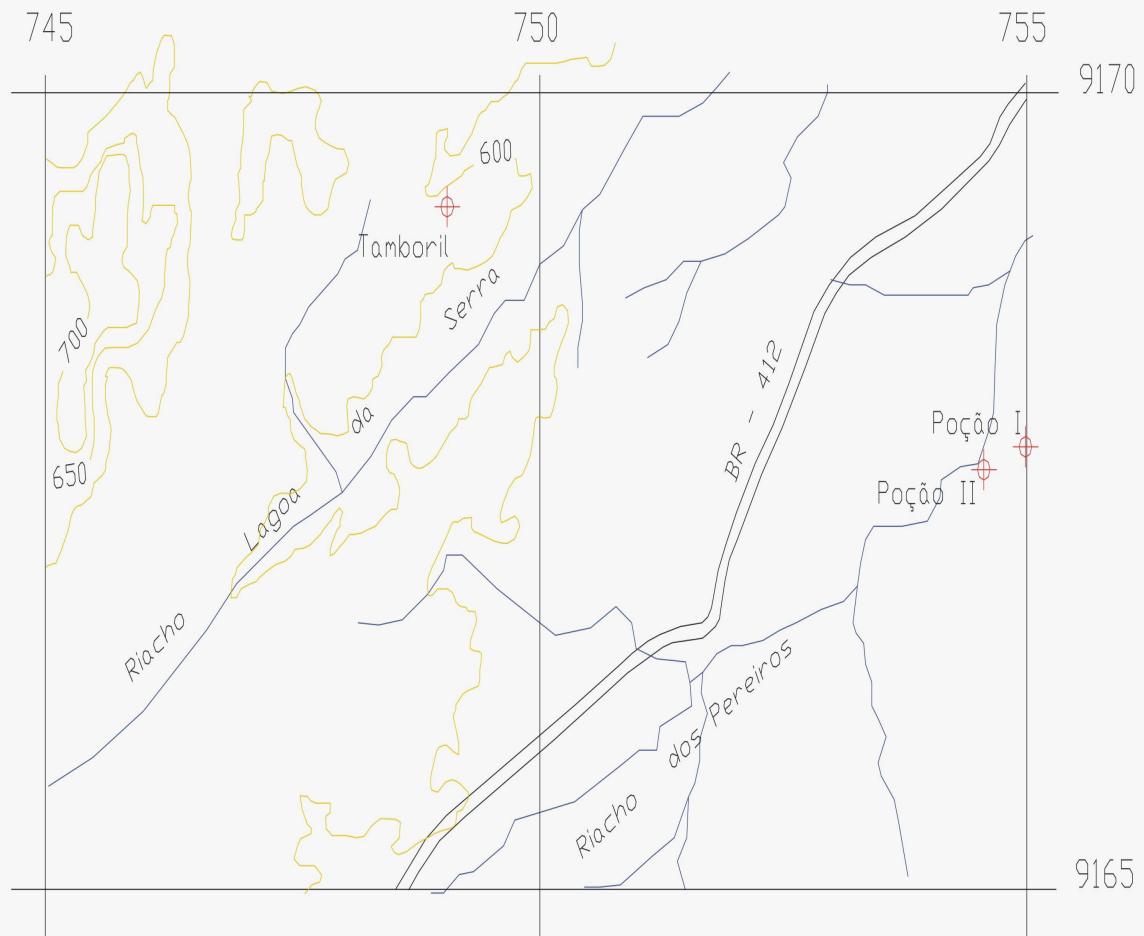
VIDAL, Lux; SILVA, Araci Lopes da. O Sistema de objetos nas sociedades indígenas: arte e cultura material. In: SILVA, Araci Lopes da; GRUPIONE, Luís Donisete Benzi (org). **A temática indígena na escola:** novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995. p. 376.

WEHLING, Arno. Fundamentos e virtualidades da epistemologia da história: algumas questões. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v.5, n.10, p. 147-169, 1992.

WILLIAMS, Raymond. Introdução/Estudos Culturais. In: _____. **Palavras-Chave:** um vocabulário de cultura e Sociedade. São Paulo: Boitempo, 2007. p.25-45 e 420-427.

Anexos

Cartograma de Localização de Sítios Arqueológicos - Serra Branca



Legenda

- Sítios (Site marker)
- Estrada pavimentada (Paved road)
- Estrada sem pavimento (Unpaved road)
- Hidrografia intermitente (Intermittent hydrography)

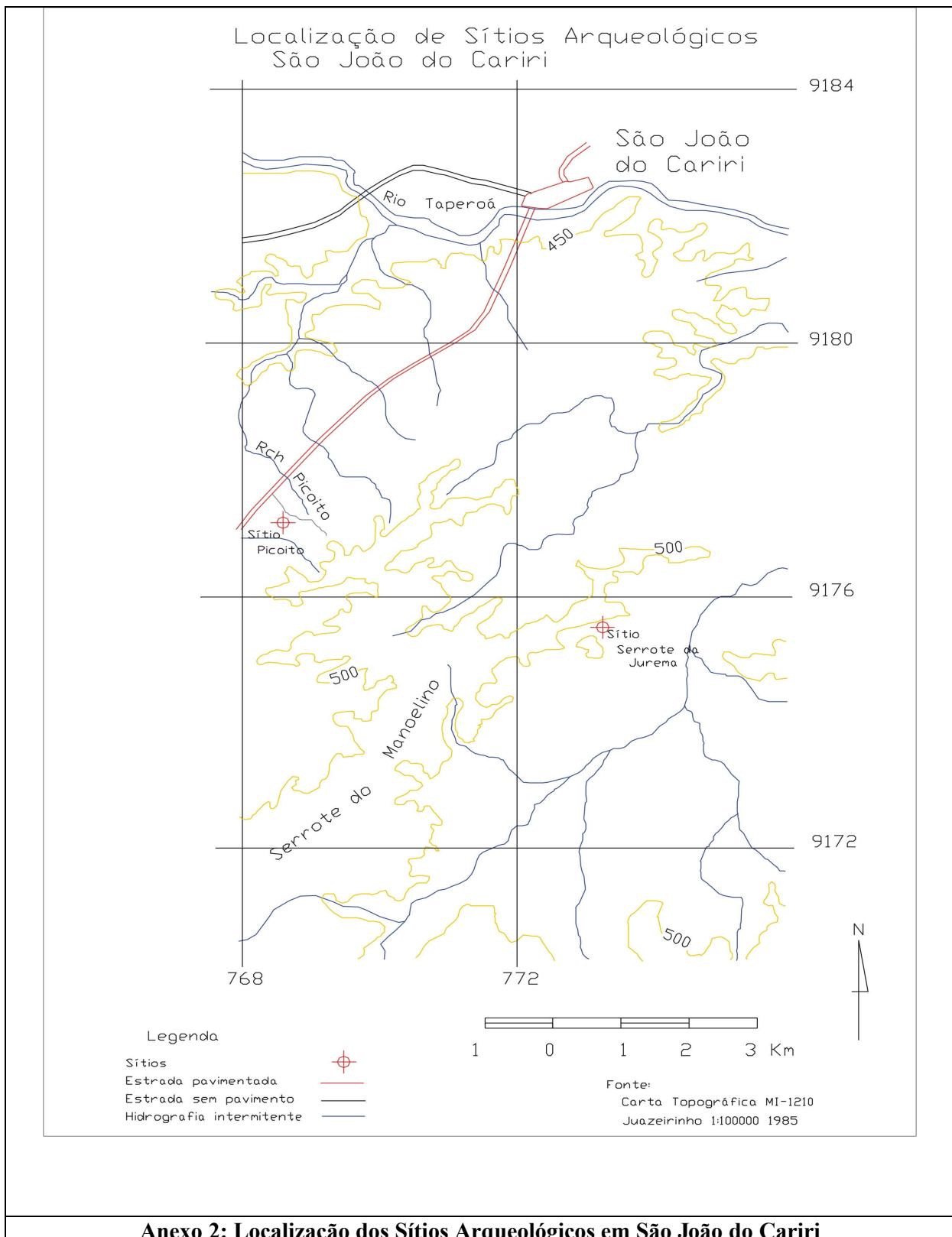


0 1 1 2 3 km



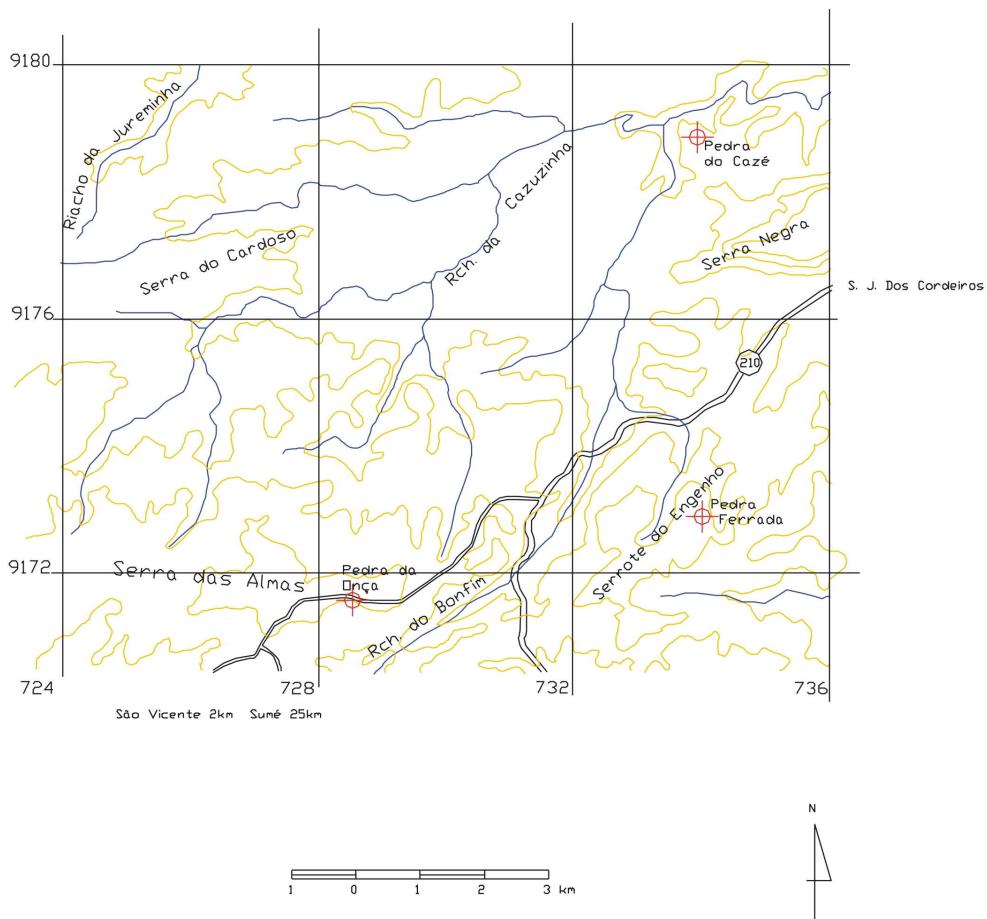
FONTE:
Carta Topográfica
Sumé 1: 100000
Folha SB24-X-III, 1970

Anexo 1: Localização dos Sítios Arqueológicos em Serra Branca



Anexo 2: Localização dos Sítios Arqueológicos em São João do Cariri

Cartograma de localização de sítios Arqueológicos - Sumé

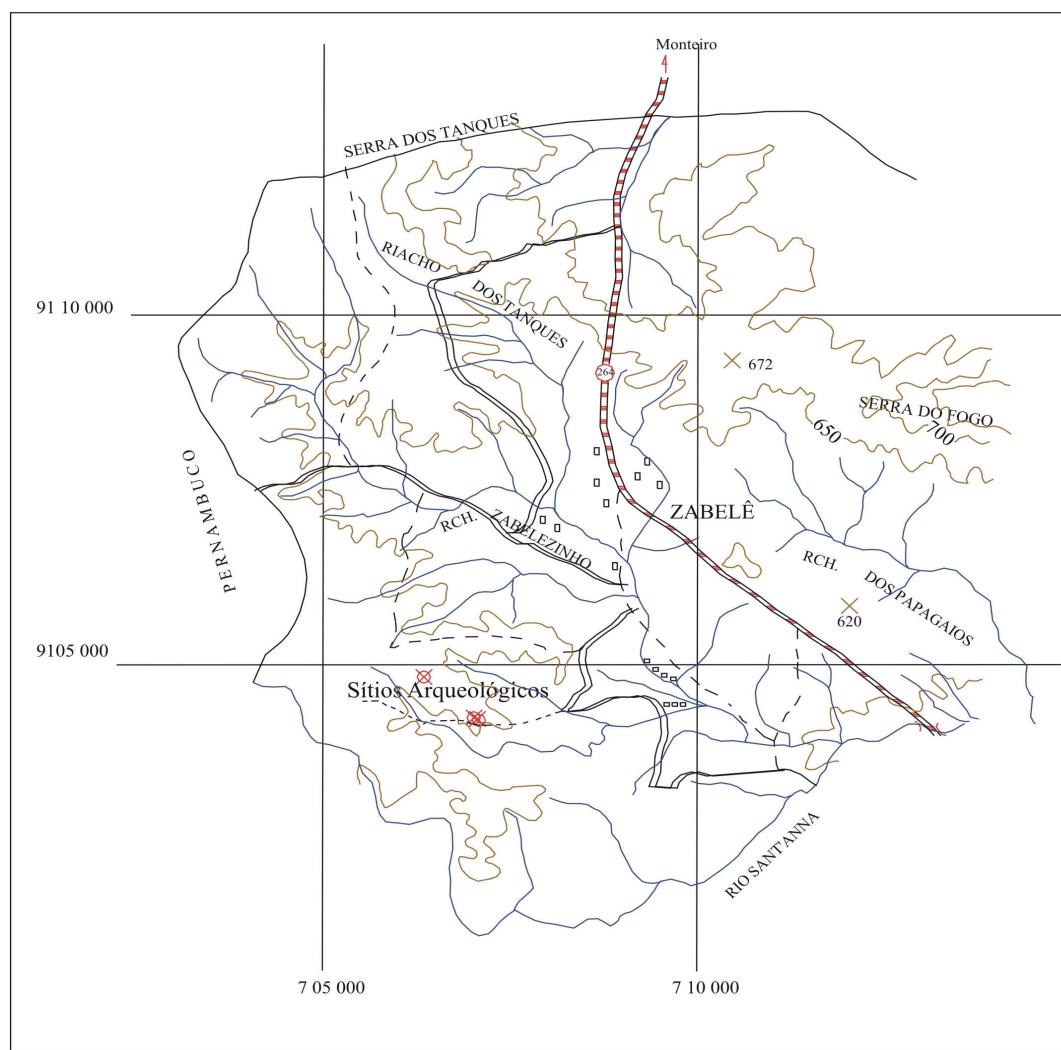


Legenda

- | | |
|--------------------------|--|
| Sítios | |
| Estrada pavimentada | |
| Estrada sem pavimento | |
| Hidrografia intermitente | |

Fonte:
Carta Topográfica Juazeirinho
MI1210 Folha SB24-Z-D-II
1:100000, 1985

Anexo 3: Localização dos Sítios arqueológicos em Sumé



SITIOS ARQUEOLOGICOS



1000 0 1000 2000 metros

ESTRADA SEM PAVIMENTAÇÃO



Eqüidistância das curvas de nível: 50 metros
Projeção Universal Transversa de Mercator
Datum vertical: IMBITUBA - Santa Catarina
Datum horizontal: CORREGO ALEGRE - Minas Gerais

TRÁFEGO PERMANENTE



TRÁFEGO PERIÓDICO



CAMINHO



ELEMENTOS ALTIMÉTRICOS

Cota comprovada _____ x 792

N

Fonte:
Carta SB.24-Z-B-VI
MI-1132
SUDENE - 1985
Zoneamento Ecol. Econ.
LGA - SIGA - 2004

Anexo 4: Localização dos Sítios arqueológicos em Zabelê

